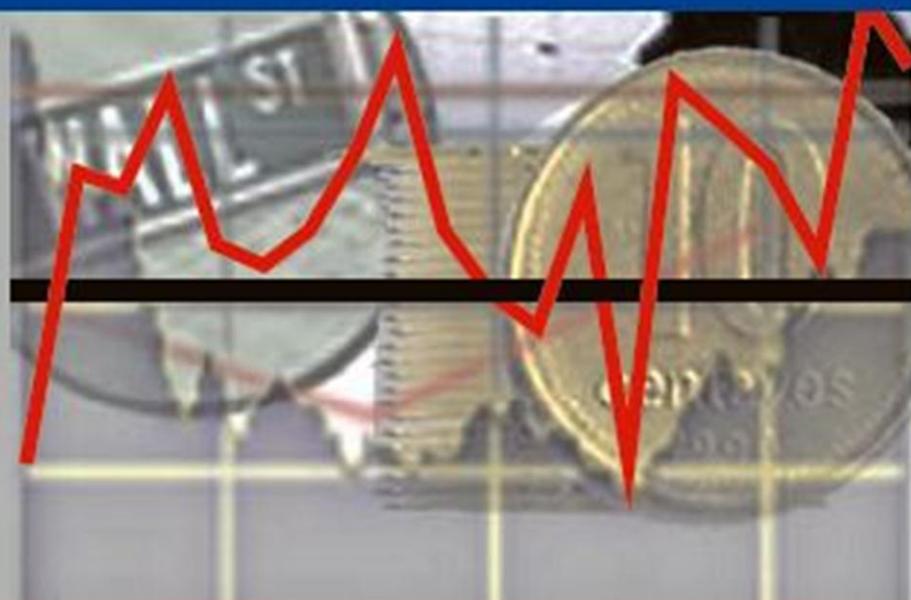


PEDRO SISNANDO LEITE



FUNDAMENTOS DE ECONOMIA

Teoria, Prática e Políticas

FUNDAMENTOS DE ECONOMIA

TEORIA, PRÁTICA E POLÍTICAS

PEDRO SISNANDO LEITE

FUNDAMENTOS
DE
ECONOMIA

TEORIA, PRÁTICA E POLÍTICAS

FORTALEZA-CEARÁ
2009

Copyright © 2009 by Pedro Sisnando Leite

PROJETO GRÁFICO E CAPA
Carlos Alberto Alexandre Dantas

REVISÃO
Tereza Porto

DESENHOS
Nicola

Catálogo na Fonte

L 533f Leite, Pedro Sisnando
Fundamentos de Economia: teoria, prática e políticas./
Pedro Sisnando Leite. – Fortaleza: Pedro Sisnando,
2009.
300p.
E-Book
ISBN: 978-85-97517-2-4
1. Economia. I. Título

CDD: 330

À memória do Prof. Ari de Sá Cavalcante,
que abriu as portas para a minha vida no
magistério da Universidade Federal do
Ceará, através de concurso público para
a Faculdade de Economia, na qualidade
de diretor.

Para meus alunos de “Introdução à Economia” da Universidade Federal do Ceará, com os quais compartilhei momentos importantes de minha formação acadêmica e profissional.

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	15
PREFÁCIO.....	17

PARTE UM **INTRODUÇÃO**

Por que Estudar Economia.....	25
A Natureza da Atividade Econômica.....	26
Fatos e Teoria.....	28
Processo de Raciocínio em Economia.....	30
Divisão da Economia.....	32
Micro e Macroeconomia.....	33
Conceitos Fundamentais.....	35
Bens.....	36
Utilidade.....	38
Valor.....	38
Preço.....	38
Riqueza.....	39
Produção.....	42
Falácias da Economia.....	43
Sofisma da Composição.....	50
A Falácia do Termo Não Distribuído.....	52
Posterior a Isso É, Portanto, por Causa Disto.....	52

Raciocínios por Analogia.....	53
Tudo Preto, Tudo Branco.....	54
Pleno Emprego e Desemprego.....	54
Subemprego	57
Recursos Produtivos	62
Recursos Naturais do Brasil	63
Capital.....	70
Os Fundadores da Economia Política	73
Adam Smith.....	74
David Ricardo.....	77
Karl Marx.....	81

PARTE DOIS

O FATOR POPULACIONAL

O Fator Populacional	89
A Pressão Demográfica.....	89
A Transição Demográfica	93
A Escassez do Capital devido ao Crescimento Demográfico. 97	
Escape Parcial para as Pressões Demográficas	98
O Ótimo Populacional	100
População Mundial	101
Aspectos Estruturais da População.....	106
A Qualidade da População.....	110
O Fator Humano na Produção de Bens	111
Potencial Humano e Tecnológico.....	112
Conceitos Usados na Demografia.....	114

PARTE TRÊS
A TEORIA DA PRODUÇÃO

Os Problemas Centrais do Sistema Econômico	121
Decisões Econômicas e a Lógica da Escolha.....	124
Possibilidades de Produção	126
Lei dos Custos Crescentes.....	128
Tecnologia e Crescimento	132
A Delimitação da Fronteira da Produção.....	136
A Função de Produção	139
Efeitos da Combinação Variável de Fatores e os Rendimentos Decrescentes	145
Fatores de Produção.....	148

PARTE QUATRO
MERCADOS E O PAPEL DOS PREÇOS NA ECONOMIA

O Papel dos Preços em Nosso Sistema Econômico.....	157
Os Modelos de Mercado	159
Mercado de Competição Perfeita.....	161
Fatores de Imperfeição do Mercado.....	167
Monopólio	170
Oligopólio.....	175
Competição Monopolista	177
Relações entre os Mercados	179

PARTE CINCO
GLOBALIZAÇÃO E COMÉRCIO INTERNACIONAL

A Globalização	185
Custos e Benefícios.....	186
Quem se Beneficia	188
Programa de Inclusão na Globalização	189
A Globalização nos Países Ricos	191
A Desigualdade Global	192
O Comércio Internacional.....	194
Teoria do Comércio Internacional	197
Regulamentação do Comércio.....	198
A Natureza do Balanço de Pagamentos.....	200
Princípios de Contabilização do Balanço de Pagamentos..	201
Classificação do Balanço de Pagamentos	202
Balanço Comercial.....	203
Balanço de Serviços	204
Balanço de Capitais – pagamentos de transferência.....	206
Variáveis Financeiras do Comércio Exterior.....	207
Política Cambial.....	210
O Comércio Exterior no Brasil	211
Os Blocos Econômicos de Países.....	214

PARTE SEIS
DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

Elementos Conceituais.....	221
Características das Economias Subdesenvolvidas.....	226
A Teoria do Desenvolvimento Econômico.....	227
Elementos do Crescimento	231
Desenvolvimento do Nordeste	232

PARTE SETE
ROTEIRO PARA RELATÓRIOS TÉCNICOS

Finalidade dos Relatórios Escritos.....	249
Fontes de Informações.....	249
Compilação dos Dados	250
Análise das Informações.....	251
Organização do Relatório.....	251
Preocupações do Relator	252
Composição do Relatório	253
Dicas para Escrever Bons Relatórios	258
Normas para a Elaboração de Trabalho Prático	258

PARTE OITO
ESQUEMA DE ESTUDO AGRÍCOLA

Âmbito Geral da Pesquisa	269
Esquema do Estudo.....	271
Esboço de um Roteiro.....	272
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	281
GLOSSÁRIO.....	286

APRESENTAÇÃO

A ideia básica deste livro é transmitir os conhecimentos essenciais e úteis do estudo de Economia teórica e prática para iniciantes das faculdades e cursos que tratam dessa ciência. É um livro destinado também para autoaperfeiçoamento de executivos e outros profissionais das áreas afins da Economia.

Redigido em linguagem clara e acessível às pessoas não familiarizadas com os jargões científicos, mas dentro do maior rigor da teoria econômica e das experiências práticas vivenciadas pelo autor como economista profissional.

Obviamente, as ideias aqui contidas não são originais. Mas oriundas dos mais renomados economistas brasileiros e internacionais. Sinto-me aliviado ao afirmar isso, sem deixar de assumir as responsabilidades por todo o conteúdo desta obra. Os assuntos vêm de muitas fontes e a seleção e forma de exposição não podem ser atribuídas a qualquer autor em particular, a não ser a mim.

Um dos objetivos deste livro é ajudar os leitores a ampliarem seus conhecimentos sobre assuntos que são tratados na imprensa, conversações e no dia-a-dia da nossa vida profissional e social. São assuntos econômicos, sociais, de desenvolvimento econômico e ferramentas conceituais utilizados pelos políticos, formadores de opinião e executivos.

Não se trata de um livro tradicional de introdução à Economia onde são estudados quase exclusivamente os elementos teóricos da macroeconomia, microeconomia e, às vezes, comércio internacional, moeda e bancos.

A denominação deste livro de Fundamentos de Economia – teoria, prática e políticas – tem o propósito de ampliar o estudo para diversos aspectos mais abrangentes e sem nenhuma finalidade doutrinária. O estudo completo desta obra evidencia que são confrontados pensamentos diversos sobre o mesmo assunto, exatamente com esse propósito.

Para explicitar melhor as matérias tratadas, são utilizadas estatísticas e gráficos que dão suporte para que o leitor intuía seu próprio julgamento e conclusões.

A minha esperança é que os leitores sejam motivados para avançar nos estudos dessa ciência que afeta a existência de todas as nações e está presente em todos os instantes de nossas vidas. Na reflexão sobre a conveniência e oportunidade da publicação deste livro, tocou-me emotivamente o pensamento do poeta John Greenleaf: “com a língua ou a pena, das palavras que uma pessoa diz, decerto, são as mais tristes eu deveria ter feito e não fiz”.

Peço, portanto, aos amigos leitores que acolham esta obra com benevolência e um simples instrumento no ofício de ensinar, que me proporciona muita felicidade.

Pedro Sisnando Leite

PREFÁCIO

Este livro tem como base notas preparadas para servir de guia às minhas aulas para os estudantes da primeira série da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará. O Curso de Introdução à Economia dessa Faculdade compreendia, quando lecionava esta disciplina, dois semestres, com as denominações de Introdução à Economia I e II, abrangendo a primeira parte o estudo da estrutura e funcionamento de um sistema econômico, análise introdutória dos principais problemas da Economia, com especial ênfase aos países subdesenvolvidos; e noções essenciais de microeconomia e macroeconomia. No segundo semestre, portanto Introdução à Economia II, estudavam-se principalmente Comércio Internacional e Desenvolvimento Econômico.

Como assinala Kenneth Boulding, a “Economia apresenta um problema peculiar de exposição, dado que suas várias partes estão muito mais relacionadas do que as partes de outras matérias. A menos que o estudante possua uma visão de todo o grande universo da Análise Econômica, é provável que não compreenda a significação de cada parte que estuda”. Inúmeros outros autores que lecionam introdução à Economia, em muitas partes do mundo, são unânimes quanto a este

“approach” para o ensino de Economia na fase inicial dos cursos de graduação.

Nessas condições, um curso de Fundamentos de Economia tem como objetivo fundamental oferecer uma visão global da estrutura e funcionamento de um sistema econômico, definindo os conceitos básicos relativos aos seus principais elementos e suas inter-relações. Dá-se, assim, uma ampla noção dos vários campos da ciência econômica, de modo que os estudantes fiquem habilitados a situar, no contexto geral, os diferentes problemas a serem estudados depois mais pormenorizadamente. A orientação geral deste livro é não somente a exposição dos princípios teóricos puros, mas principalmente a aplicação de tais conhecimentos aos problemas econômicos contemporâneos.

A multiplicidade de assuntos que o estudo dos fundamentos de Economia contempla exige a consulta a inúmeros compêndios, nem sempre disponíveis ou de difícil aquisição por parte dos estudantes. O acesso à bibliografia estrangeira torna-se ainda mais limitada, tanto pelas razões comentadas, como devido às naturais barreiras dos idiomas estrangeiros.

Por outro lado, apesar de reconhecer-se que existem em língua portuguesa excelentes livros textos de princípios de Economia, o mesmo não se verifica

com os estudantes que reclamam livros mais objetivos e que estejam condizentes, nas suas formulações, com os problemas do Brasil, ou dos países em desenvolvimento, que será o ambiente no qual haverão de atuar profissionalmente.

O presente livro, portanto, procura suprir a tais necessidades, apesar de reconhecer que se precisa de leituras complementares para atender plenamente esse objetivo. Não houve da parte do autor preocupações obstinadas quanto à originalidade, especialmente nas questões de cunho teórico. A maior contribuição do autor se relaciona com a fundamentação desses princípios e com o método expositivo. Na verdade, a maior preocupação que orientou a elaboração do presente livro foi organizar um repositório de elementos para o estudo de iniciação ao aprendizado de economia, sem a intenção de sobrecarregar o leitor com assuntos inúteis. Ou em nível superior ao que se deve transmitir nesta fase de formação profissional.

É de suma importância entender que a função da ciência econômica é observar e descrever a realidade social empírica, analisar e explicar as relações de causa e efeito entre os fatos econômicos. Nosso objetivo científico é oferecer um conhecimento satisfatório adequado do mundo em que vivemos, que nos permita prover, a partir daí, cuidados especiais para satisfazer nossas necessidades.

PARTE UM INTRODUÇÃO

As atividades das pessoas
em qualquer ponto do globo
são concernentes com o ganho
ou gasto de suas rendas.



Por Que Estudar Economia

Os estudantes geralmente se perguntam, por que estudar Economia? Pelo menos três razões são apontadas para justificar tal atitude.

Em primeiro lugar, o estudo de Economia proporciona as condições para a tomada de decisões pessoais. Quando comprar e a que preço, o que vender, qual o emprego que deve ser escolhido. Qual deve ser nosso comportamento em uma ocasião de inflação ou depressão?

Em segundo lugar, é uma ajuda para os indivíduos se tornarem melhores concidadãos. O mundo no qual vivemos torna-se a cada dia incrivelmente complexo. Cada vez mais as decisões a serem tomadas requer conhecimentos especializados em Economia. Quais são os mais efetivos elementos para um combate à inflação? As despesas governamentais podem ser remédio para a cura do desemprego? O que o governo pode fazer para combater os monopólios? Como e de que modo os países subdesenvolvidos podem sair desse estágio para outro de progresso e de prosperidade? Como escolher melhor os candidatos a postos eletivos face aos programas de trabalho que os mesmos apresentam como plataforma?

E, por fim, devemos estudar Economia como preparação para uma carreira. O estudo de Economia

provê “background” para carreiras profissionais em vários campos, especialmente como economistas, administradores, no setor dos negócios, como jornalistas e políticos etc. Quanto ao campo da Economia propriamente, o técnico poderá trabalhar como pesquisador e planejador de instituições públicas, tais como o Banco do Nordeste do Brasil, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e das demais regiões do País, órgãos de planejamento estaduais etc. Ele poderá também dedicar-se a tarefas de preparação de projetos e assessoria a empresas e outros órgãos públicos e privados.

A Natureza da Atividade Econômica

As atividades das pessoas em qualquer parte do globo são concernentes com o ganho ou gasto de suas rendas. Cada pessoa, evidentemente, desde o mais humilde operário ao cientista ou governante, consegue seus meios de vida de distintas maneiras. Isto é, através do trabalho manual, trabalho intelectual, nas fábricas, nas fazendas, nos escritórios, em trabalhos simples ou complexos, em atividades interessantes ou enfadonhas. Deste ponto de vista, a Economia se preocupa com estas atividades de ganhos e gastos, de produção e de consumo, não importa a categoria do trabalho ou do dispêndio realizado.

O problema característico e fundamental da Economia, contudo, está diretamente relacionado com a combinação dos fatores produtivos (terra, capital, trabalho) tendo em vista a produção de bens de tal maneira que se alcance a satisfação da maior quantidade possível de necessidades. As dificuldades que surgem para atingir este objetivo residem na existência de fatores relativamente escassos face às necessidades que se tem em vista satisfazer. Na verdade, se todos os bens econômicos estivessem disponíveis em abundância deixariam de existir os problemas econômicos. Por outro lado, os fatores produtivos têm utilização alternativa, isto é, podem ser usados para a produção de bens diversos, conforme as necessidades dos indivíduos ou da sociedade como um todo.

À Ciência Econômica cabe exatamente a escolha dos melhores usos que se deve fazer dos fatores produtivos face à sua escassez e aos usos alternativos a que se prestam. De fato, as necessidades de bens e serviços são múltiplas e variadas, além de apresentarem uma gradação hierárquica quanto a sua satisfação. Em outras palavras, enquanto as necessidades dos indivíduos são praticamente insaciáveis devido à própria natureza humana, elas não são semelhantes para cada indivíduo ou sociedade. Existem as necessidades insubstituíveis e fundamentais, como alimentação, vestuário e habitação,

e as necessidades secundárias ou mesmo supérfluas, como as viagens de recreio, artigos de luxo etc.

Face ao exposto, pode-se definir a Economia como sendo a ciência que estuda a forma em que uma sociedade satisfaz as necessidades de sua população mediante a utilização de fatores produtivos relativamente escassos.

Fatos e Teoria

No início do estudo de Economia é necessário dar muita atenção à teoria pura, pois está é a base sobre a qual a Economia aplicada repousa. Torna-se necessário conhecer bem os princípios econômicos e o funcionamento das instituições a fim de poder-se fazer julgamentos sobre seus méritos e defeitos. Isto é, a respeito dos problemas empíricos do sistema econômico, que é a principal preocupação dos estudantes de Economia.

A teoria econômica não oferece solução para todos os problemas. Ela pode ajudar, contudo, a ver o problema em todos os seus aspectos, a fim de entender os argumentos e opiniões conflitantes, até onde elas são baseadas em conhecimentos e razões científicas.

A Economia como ciência restringe o seu campo à descrição, análise e explanação da atividade econômica.

Nesse sentido, a Economia é o estudo do comportamento humano na utilização dos meios escassos entre fins alternativos. Sua função é investigar a vida econômica e descobrir verdades acerca dela.

Um dos propósitos para se fazer um curso de Economia é adquirir uma compreensão adequada do sistema econômico. Isto não significa que se tenha de memorizar uma grande quantidade de conceitos ou de fatos econômicos práticos. O conhecimento dos fatos é apenas um passo no caminho do aprendizado da Economia.

O mais importante processo para entendimento e interpretação dos problemas econômicos é desenvolver uma “maneira de pensar” ou a habilidade para analisar esses problemas, identificar os objetivos e as maneiras alternativas para alcançá-los. Isto significa a habilidade para usar os instrumentos intelectuais destinados a compreender qualquer que seja o problema em evidência, tanto na vida pessoal como na sociedade. Estes instrumentos denominam-se **Teoria Econômica**. Em outras palavras, as generalizações a respeito do comportamento da Economia em termos de conceitos, de princípios gerais e leis são chamadas de teoria econômica. O levantamento dos fatos a respeito de um problema econômico específico ou de âmbito geral é chamado de **Economia Descritiva**.

Através desse processo de observação empírico é que se formulam as teorias. A formulação de políticas econômicas e seu controle a partir de princípios econômicos é denominada de **Economia Aplicada**.

Processo de Raciocínio em Economia

James D. Calderwood e George L. Fersh, no livro **Economics in Action**, indicam alguns passos que podem ser seguidos para analisar os problemas econômicos. Sugerem os referidos autores que devemos perguntar a nós mesmos as seguintes questões, quando nos depararmos com um problema econômico.

1. Qual é O problema? Devemos primeiro aprender os fatos sobre a situação.
2. Por que o problema é importante? Qual é sua significância para os consumidores ou produtores, ou trabalhadores ou para o governo e para a nação, e quais são os pontos de vista considerados por esses grupos. Aqui os problemas são definidos.
3. Quais são as tendências essenciais sobre o problema estudado.
4. Quais são os vários objetivos perseguidos? Desenvolvimento econômico, estabilidade, eficiên-

cia, segurança, justiça econômica, liberdade econômica etc.

5. Quais são as consequências prováveis decorrentes de cada uma dessas alternativas?
6. Como deve cada política alternativa ser apreciada à luz de suas relações com os vários fins da sociedade.

O estudante de Economia necessitará desenvolver certas habilidades ou esquemas de raciocínio. O mesmo que se faz quando se estuda química, biologia ou matemática. Um jogador de xadrez ou de futebol também requer determinados padrões de raciocínio. Em Economia muitos conceitos e ideias podem ser apreendidas a partir de nossas experiências pessoais como consumidores, economizadores, usuários das forças ou poderes de importar.

Esta compreensão dos problemas, porém, não é suficiente. É necessário pensar de maneira abstrata e considerar a sociedade como um todo ao invés de experiências isoladas. Para entender como os preços são determinados, não basta saber o que se verifica quando uma pessoa compra um quilo de carne, mas o que se verifica quando todas as pessoas compram carne em todo o País. Do mesmo modo, o que interessa ao economista é como o sistema bancário cria empréstimos e

não como um Banco em particular opera. A habilidade para raciocinar em abstrato em Economia toma por base a construção de modelos simplificados da realidade. Aparentemente estes modelos podem parecer realísticos, de grande utilidade para o entendimento do mundo real. Mesmo nas ciências exatas semelhante método é adotado. Um químico faz suas experiências de laboratório usando uma proveta onde são isolados os elementos para as suas pesquisas controladas.

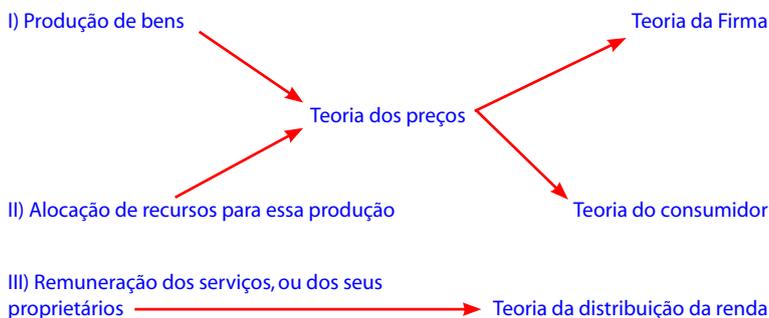
A aplicação dos modelos em Economia se faz propriamente através da eliminação de hipóteses em substituição aos fatos mais reais, até se formar uma visão completa dos efeitos que se pretende examinar sobre o mundo real.

Divisão da Economia

O ponto importante a destacar é que a Economia pode ser descritiva, teórica e aplicada, conforme foi explicado nos itens anteriores. Uma maneira intuitiva para distinguir as diversas partes em que está programado o presente curso de Introdução à Economia é indicar os segmentos em que se divide a teoria econômica.¹

¹ HOLANDA, Antônio Nilson Craveiro. *Introdução à Economia*. Fortaleza: BNB, 1975.

- a) Microeconomia, que estuda o sistema de preços na determinação da:



- b) Macroeconomia, que estuda a renda nacional e o nível geral de emprego. Dentro deste segmento encontram-se os estudos dos ciclos econômicos de curto prazo e a teoria do desenvolvimento econômico que se relaciona com o período de longo prazo.
- c) Teoria monetária, que estuda a função da moeda no sistema econômico, a taxa de juros, o nível geral dos preços. Estes problemas tanto podem estar afetos à macro como à microeconomia.

Micro e Macroeconomia

Não existe uma divisão precisa entre macro e microeconomia, apesar de muitos problemas poderem

ser imediatamente reconhecidos como pertencentes a um ou outro campo de estudo. Em Finanças Públicas e Economia monetária encontram-se problemas que tanto podem ser macro como microeconômicos. Um perfeito conhecimento da diferenciação entre estes dois segmentos da Economia, contudo, não somente é útil como necessário. Como ficou esclarecido anteriormente, para compreender-se problemas de nossa Economia e evitar incidir no sofisma da composição, deve-se estar bastante informado a respeito do que deve ser considerado com base nos conceitos da macro ou da microeconomia.

De modo geral, trata-se de macroeconomia quando se estuda o funcionamento da Economia como um todo, a demanda global, a oferta global, o total do emprego, a taxa de crescimento da Economia, os movimentos gerais de preços tais como inflação e deflação. O mesmo ocorre no que tange a problemas relacionados com as flutuações dos níveis gerais de salários monetários, problemas relacionados com a especificação dos recursos produtivos em bens de consumo e de produção, e o crescimento da capacidade produtiva.

As respostas a estas questões, portanto, são pertinentes a agregados econômicos, isto é, a ênfase é sobre o total dos fenômenos observados. Quanto se concentra a atenção em uma parte da Economia, tal como o comportamento do consumidor individual ou do empresário

com relação a um determinado produto, trata-se de problemas de microeconomia. A alocação dos recursos escassos segundo os diversos usos alternativos, os salários nas diferentes áreas, assim como as relações de preços de vários bens de consumo dos fatores de produção ou de bens de consumo estão afetos à microeconomia. A análise microeconômica, portanto, se preocupa com o estudo de assuntos pertinentes a uma empresa, a uma indústria, a uma mercadoria, em particular.

Conceitos Fundamentais

O presente capítulo será dedicado à definição de alguns conceitos básicos frequentemente usados no estudo da Economia. Por conveniência, contudo, a maioria dos termos técnicos pertinentes ao campo da Economia somente serão explicados posteriormente, conforme o próprio desenvolvimento dos assuntos a serem estudados. Tal orientação tem em vista evitar a simples memorização de conceitos sem um perfeito entendimento do respectivo conteúdo, com prejuízos para um adequado aprendizado.

Os conceitos aqui considerados são o mínimo necessário para o entendimento das matérias iniciais do programa, levando em conta que as pessoas iniciantes no estudo de Economia possuem um prévio conhecimento

de termos cujo significado na linguagem econômica tem um sentido diferente do uso popular. Além do mais, a uniformização da linguagem dos alunos, numa fase inicial, evita as discussões comumente surgidas por força das diferenças de entendimento dos termos básicos da teoria econômica.

Bens

A população utiliza para satisfazer suas necessidades alguns produtos tangíveis, tais como alimentos, vestuários, móveis, veículos, aparelhos domésticos, medicamentos etc. Outras necessidades são quanto ao conselho do médico, aos serviços do advogado, do dentista, das agências bancárias e das casas comerciais ou de apresentações teatrais, dos serviços do professor e de muitas outras coisas imateriais que permitem a nossa existência. Os produtos materiais são chamados de mercadorias e os imateriais de serviços, enquanto que todas estas coisas que as pessoas desejam para satisfazer suas necessidades são chamadas de Economia de bens.

Alguns bens econômicos satisfazem necessidades diretamente, outros são essenciais não para sua imediata utilidade, mas para ajudar na produção de outros bens. Os bens que são diretamente consumidos são chamados de **bens de consumo** e os bens destinados a ajudar

diretamente a produção são denominados de **bens de produção**. A distinção prática entre um bem de produção e um de consumo pode ser feita pelo uso que se faz do Bem. O gás butano, usado em um restaurante, é um bem de produção, mas o mesmo produto usado em um domicílio familiar é um bem de consumo.

▪ Resumo

Bens – bem é qualquer coisa à qual os indivíduos atribuem o poder de satisfazer desejos e necessidades. Os bens podem ser materiais e imateriais, como os serviços prestados por um barbeiro. Enquanto todos os bens são semelhantes na utilidade que possuem, eles podem ser divididos em dois grupos quanto à escassez e a transferibilidade, isto é, bens econômicos e bens livres.

Bens Livres – o ar, a luz do sol e, em certas condições, a água são bens livres pela abundância em que são encontrados e pela condição de intransferibilidade que possuem. De fato, os bens livres, apesar de poderem ser transferidos fisicamente em certas condições de uma pessoa para outra, não podem sê-lo no sentido econômico. Estes bens, por esta razão, recebem pouca atenção do estudo da ciência econômica.

Bens Econômicos – as coisas úteis, escassas e transferíveis são conhecidas como bens econômicos. A

aquisição de um bem econômico geralmente necessita de um pagamento de um preço ou de cessão de alguma coisa em troca.

Utilidade

Utilidade é um conceito relativo e subjetivo. A capacidade que cada bem possui de satisfazer os desejos e necessidades é chamada de utilidade. Em outras palavras, a utilidade é algo intrínseco aos bens, ou seja, é a capacidade que os bens possuem de satisfazer necessidades humanas.

Valor

O valor de um bem ou serviço é a quantidade de outros bens pelos quais ele pode ser permutado. Ele pode ser expresso tanto em unidades físicas como monetárias. Em uma Economia de escambo, a permuta de cinco quilos de algodão por quinze quilos de feijão expressa o valor de um bem em relação ao outro. Um saco de arroz vendido por R\$ 60,00 permite comprar duas sacas de farinha de mandioca a R\$ 30,00 cada.

Preço

O preço de um bem ou serviço é a quantidade de moeda que se obtém na troca de um bem ou serviço.

Diferentemente do valor, o preço somente pode ser expresso em termos monetários.

Riqueza

Foi explanado anteriormente que a Economia somente se preocupa com as coisas que são relativamente escassas e requerem esforço para adquiri-las, isto é, com coisas que podem ser vendidas e compradas. Em outras palavras, o termo riqueza deve ser confinado com bens econômicos; assim a utilidade e a escassez são essenciais para uma definição satisfatória de riqueza. O terceiro elemento indispensável nesse sentido é que os bens possam ser possuídos e transferidos, isto é, em Economia, riqueza é restrita às coisas que têm substância material, como casas, roupas, máquinas etc. O conceito de riqueza, portanto, consiste de bens econômicos materiais, os quais existem em um determinado lugar e tempo.

Enfim, a riqueza de um país é um agregado ou estoque de coisas úteis, escassas, materiais e transferíveis existentes em certo momento. Desse modo, se um inventário de todos os bens econômicos materiais do Brasil fosse realizado nós teríamos uma ideia da riqueza do país. A avaliação da riqueza neste sentido, conseqüentemente, deve incluir:

- Recursos naturais e solos utilizáveis na agricultura e na indústria extrativa;

- Todos os melhoramentos sobre a terra, incluindo fábricas e edifícios de escritórios, casas residenciais, canais de irrigação, estradas de rodagem e de ferro;
- Locomotivas, tratores, instrumentos agrícolas, aviões, navios, vagões e todos os veículos;
- Rebanho pecuário, sementes, matérias-primas;
- Os bens de consumo final: alimentos, roupas, móveis etc.
- Todos os outros bens úteis e materiais.

Deve ser notado que a riqueza é avaliada no seu contexto físico e não em termos monetários, apesar de sermos inclinados a considerar a expressão monetária como sinônimo de riqueza. A objeção para o uso da avaliação monetária, no sentido de riqueza, pode ser observado quando de um período de rápidas mudanças no valor da moeda, isto é, de inflação. Uma casa que pudesse ser vendida por vinte milhões de Reais, depois de alguns anos poderia ser vendida por quarenta milhões de Reais, caso tivesse ocorrido uma elevação nos níveis de preços, ou dez milhões de Reais, se ocorresse uma baixa em tais níveis de preços. Não obstante, qualquer que fosse o preço de venda da casa seria satisfeito o mesmo desejo.

Outro problema que deve ser observado com relação a esta questão é se a moeda deve ser considerada

como riqueza. Muitas pessoas acostumadas a pensar em riqueza em termos de moeda não vacilam em afirmar positivamente tal questão. Os economistas, porém, excluem a moeda da categoria de riqueza. De fato, se um homem possui um sapato ele pode usá-lo e satisfazer uma necessidade, e caso não queira fazê-lo pode permutá-lo por outra coisa. Este objeto tem utilidade de uso e de troca. Papel moeda, contudo, apenas tem utilidade de troca mas não de uso. Moeda metálica constitui uma exceção, pois ele pode satisfazer certas necessidades de consumo por ser diferente do seu valor de moeda, tais como o ouro, a prata e outros materiais dessa classe. Do mesmo modo, os certificados de estoques, notas promissórias etc. não são riquezas, mas títulos de riqueza.

O conjunto de riqueza, ademais, exclui as habilidades e talentos dos indivíduos e os serviços que tais pessoas produzem. De fato, habilidades são intransferíveis, assim como os serviços são imateriais. Além disso, habilidade e serviços quase não têm significado quando são considerados em um determinado momento, no sentido agregativo. Eles somente exercem influência através do tempo, especialmente com relação à renda. Acrescente-se que seria grandemente dificultoso avaliar tais coisas monetariamente, desde que fisicamente isto seria impossível. Não deve ser entendido, porém, que os bens imateriais não sejam importantes. Na verdade,

pode ser muito mais significativo para um País contar com habilidades de seus habitantes do que com bens materiais, sem contudo possuir tais habilidades. A camisa de Pelé e a renda que ele pode proporcionar é um exemplo.

Produção

Toda atividade que contribui direta ou indiretamente para a satisfação das necessidades econômicas é produzir. Em síntese, produção é a criação de utilidade. Deve ser levado em conta, porém, que os economistas consideram como produção não só a criação ou elaboração de produtos materiais, mas também os serviços. Desse modo, um alfaiate que confecciona uma roupa realiza um ato de produção, assim como os serviços de um advogado ou de uma enfermeira. Por outro lado, a criação de utilidade pode realizar-se de diferentes maneiras.

Assim, a mudança da forma da matéria, como no caso do carpinteiro, do agricultor, ou do alfaiate é chamado de **utilidade-forma**. A segunda categoria de utilidade criada pelo processo de produção é chamada de **utilidade-lugar**. Isto é, as mercadorias são produzidas em um lugar qualquer, mas necessitam ser transportadas para os centros de consumo ou para onde as mesmas sejam necessitadas, tal como ocorre com os produtos

agrícolas que têm de ser transportados do quadro rural para as cidades, e os produtos industriais, que provêm às vezes de longas distâncias. Quanto ao **tempo-utilidade** diz respeito à estocagem de certos produtos para venda em outras oportunidades em que os consumidores as procuram. Por fim, quando as nossas necessidades são satisfeitas diretamente pela prestação de um serviço, como no caso de exibição de uma orquestra, de atores, de professores, e semelhantes é chamado de **utilidade-serviço**. Ou seja, em cada um destes casos, o ato de produzir e consumir são simultâneos.

Para o economista, portanto, produção é a criação de qualquer bem ou serviço que as pessoas estejam desejando pagar por sua obtenção.

Falácias da Economia

São relativamente poucas as pessoas que, não possuindo um conhecimento básico de Economia, estejam isentas de serem influenciadas ou inteiramente conduzidas pelas falácias da Economia. Muitos homens de negócios, políticos e autodidatas estão diariamente expondo pontos de vista. Sobre o comportamento da Economia, os seus problemas, e as políticas econômicas do governo, baseados em sofismas que se tornaram aceitos pelo uso generalizado que se fazem, de maneira

errônea, da teoria econômica. Os erros que se cometem em nome da Economia, de fato, podem ser sutis e de difícil identificação. Noutros casos, porém, são grosseiros e podem ser reconhecidos imediatamente. Os estudantes de Economia devem estar advertidos sobre este assunto a fim de não cometerem os enganos comuns dos pseudo-economistas.

Noventa por cento das falácias da Economia, que estão causando horrível mal ao mundo, resultam da ignorância de que a “arte da Economia está em considerar não só os efeitos imediatos de qualquer ato ou política, mas, também, descobrir os resultados mais remotos”. Muitas pessoas julgam certas ações apenas pelo que está diante dos seus olhos, quando deveriam olhar de maneira mais ampla. Outros julgam apenas os resultados imediatos sem averiguar todas as consequências de uma certa política no decorrer do tempo.

Deixa-se de levar em conta que uma política pode objetivar atingir toda a população, enquanto outra visa a atingir apenas um limitado grupo. Enfim, muitas coisas que parecem verdadeiras, quando examinadas de um único ângulo, podem tornar-se uma mera ilusão quando levados em conta todos os interesses. Em decorrência disso, quando um economista tiver de examinar um problema deve fazê-lo de modo que todos os fatos que com ele se relacionam estejam devidamente identificados.

Não levar em conta esta orientação poderá levar-nos, inconscientemente, à aceitação de muitas falácias. Afirmações como a de que a salvação dos produtores agrícolas deve ser o aumento do crédito pode significar, por outro lado, que se esteja recomendando, como solução para os agricultores, aumentar as suas dívidas. Indicar uma política deliberada de aumento dos preços dos gêneros alimentícios para beneficiar os produtores poderá resultar temporariamente na prosperidade dos que produzem, mas provavelmente resultará no empobrecimento dos operários que vivem nos centros urbanos, que terão de pagar mais caro pelos gêneros que necessitam consumir.

Quando se fala numa política de subsídio a um setor da atividade econômica, pode-se estar recomendando como consequência uma elevação nos impostos que irão afetar todos os contribuintes. Procurar elevar as exportações poderá motivar como consequência incontornável elevar também as importações. Aumentar os salários dos operários como política social de ajuda aos trabalhadores poderá significar um aumento nos custos de produção e de elevação dos preços dos produtos a serem adquiridos por estes mesmos operários.

Em muitas circunstâncias, qualquer uma dessas medidas poderá ser a solução do problema que se tenha em vista resolver. É necessário, todavia, que sejam

consideradas as repercussões secundárias que advirão das providências adotadas, isto é, os efeitos positivos e negativos a fim de que se atinja o objetivo desejado ao invés de criar novos problemas.

A crença dos gastos governamentais como panacéia para os problemas econômicos é outra falácia bem popular. No entanto, o governo jamais empresta ou concede algo às empresas, que delas não retire. O desconhecimento dessa elementar verdade é que leva muitas pessoas a defenderem programas governamentais destinados ao aumento do emprego e, a seguir, criticarem a cobrança de mais impostos. Poderá ser correta tal política sob certas circunstâncias de emergência, mas a longo prazo é difícil justificar semelhante orientação.

As afirmativas de que a máquina cria desemprego são bem aceitas, mas representam uma negação a toda a história do desenvolvimento tecnológico do mundo. Na verdade, nos países onde prevalecem os mais elevados níveis tecnológicos são exatamente aqueles onde existem os mais altos níveis de emprego e carência de mão-de-obra. Durante a revolução industrial, muitas máquinas chegaram a ser destruídas pelos operários a fim de que não se gerassem crises de desemprego. Os inventores dessas máquinas foram ameaçados de morte e muitos tiveram que fugir.

O que ocorreu posteriormente com a introdução dessas máquinas não correspondeu ao que pensavam os

artesãos temerosos de perder os seus empregos. No fim do século passado, quatro anos após a introdução dos teares mecânicos para a fabricação de meias existiam mais de cem operários por cada operário do período anterior ao uso das novas máquinas. Em 1760, quando a máquina de tecer algodão foi inventada, existiam na Inglaterra cerca de 7.900 pessoas empregadas na produção de tecidos. Vinte e sete anos depois, o número de pessoas que estavam trabalhando em tecelagem havia-se elevado para 320.000, isto é, um aumento no período de 4.400%.

Evidentemente, no caso em que um empresário substituísse mão-de-obra por máquinas provocaria desemprego, admitindo-se a manutenção dos mesmos níveis de produção. Outras atividades, porém, seriam estimuladas a ampliar sua produção, gerando novas fontes de emprego. Fabricar as máquinas, construir os edifícios para a nova indústria, construir estradas de acesso à indústria, produzir mais energia elétrica, fabricar embalagens, fazer propaganda para os novos produtos.

Enfim, inúmeras oportunidades indiretas de trabalho surgem devido à adoção dessas técnicas. Além disso, com a renda adicional gerada pela nova tecnologia cresce o poder aquisitivo dos que estão direta ou indiretamente trabalhando na indústria. Com o aumento do lucro extra, os empreendedores podem ampliar suas

atividades econômicas e os recebedores de renda aumentam o seu consumo. Em todos os casos haverá um aumento indireto de emprego, ou mesmo direto, com a ampliação do mercado para os produtos industrializados dessa maneira. Pode-se dizer pois, contrariamente ao que se pensa, que as máquinas aumentam o emprego. Deve-se, aliás, estar lembrado que a sua função não é aumentar o emprego, mas a produção, elevar o padrão de vida, vindo o emprego como decorrência.

Em elevados estágios de desenvolvimento, de fato, as máquinas podem criar desemprego deliberado. Isto é, introduzir-se a automação como modalidade para liberar a mão-de-obra que deseja dedicar parte de seu tempo ao lazer, motivado pelos altos padrões de salários atingidos, que permitem “trabalhar menos e ganhar mais”.

Algumas empresas norte-americanas já adotam o regime de semana de quatro dias de trabalho. O maior sindicato dos Estados Unidos, que é o das indústrias de aço, é adepto deste sistema, e estabeleceu como meta a semana de quatro dias de trabalho para os seus associados. Nesse país, mais de 80 milhões de trabalhadores já cumprem jornadas de trabalho de 40 horas semanais ou apenas cinco dias por semana. Vantagens apresentadas pelos técnicos “os trabalhadores ficam mais alegres, mais eficientes e produtivos, as faltas são praticamente nulas, caem as despesas com trabalho extraordinário”.

Além disso, tal regime significa Economia de transporte, estacionamento e alimentação dos trabalhadores e para as empresas, Economia de energia elétrica com refrigeração, aquecimento, manutenção etc.

Atualmente no Nordeste encontra-se em curso uma longa discussão sobre os efeitos das modernas tecnologias adotadas pela indústria que se está implantando, por força do processo de desenvolvimento Regional. Diz-se que as indústrias que estão sendo estimuladas não têm capacidade para resolver o problema do desemprego da Região. Seria preferível estimular o artesanato, que é um grande empregador de mão-de-obra. Visto o problema desse ângulo, também se comete uma falácia. Dois aspectos, pelo menos, deveriam ser examinados adicionalmente para qualificar devidamente a questão. Em primeiro lugar, o que está em julgamento não é se a nova indústria cria ou não emprego suficiente. O que há de verdadeiro é que existe uma limitação de capital de modo a possibilitar uma expansão rápida da indústria e de outros setores de atividade ao mesmo tempo.

A adoção de um sistema industrial que seja “barato”, ou seja, economizador de capital pode tornar-se recomendável nesta situação. Ambos os sistemas, porém, são criadores de mão-de-obra visto no seu contexto geral. A adoção de um ou outro método se define pelas

condições de mercado. Portanto, o segundo aspecto a considerar é sobre as conveniências e necessidades de adotar máquinas modernas ou obsoletas face às qualidades dos produtos elaborados, as preferências dos consumidores, e a capacidade competitiva que a indústria deva possuir.

No caso do Nordeste, tornou-se necessária a adoção de uma indústria moderna porque havia necessidade de competir com a indústria do centro-sul, que já usava tecnologia moderna e que abastecia o mercado local. Trata-se, em outras palavras, de produzir para substituição de importações. Por outro lado, muitas indústrias que estão sendo instaladas objetivam atingir os mercados externos onde a capacidade de competição com outros Países desenvolvidos exige uma elevada modernização do setor.

Em resumo, as falácias da Economia assumem diversas características de meias verdades ou erros crassos. Diversas denominações são dadas para classificar tais falácias, sendo as mais comuns as que se encontram comentadas a seguir.

Sofisma da Composição

Esta falácia consiste em pensar-se que, o que é verdadeiro para a parte, é verdadeiro para o todo. Isto pode

ser ilustrado por um cidadão que se tornou milionário fazendo poupanças do que ganhava.

Eu me tornei rico porque economizei meu dinheiro, ao invés de gastá-lo. Em vista disso, recomendo que todas as pessoas deste País deveriam fazer o mesmo. Assim, todos nós ficaríamos ricos e o problema da pobreza seria eliminado.

Na verdade, se todas as pessoas seguissem este conselho e de repente parassem de gastar, com a finalidade de poupar, as empresas teriam de parar, causando o desemprego e conseqüentemente a capacidade de economizar.

Do mesmo modo, em uma situação de elevados preços do milho poderia ser recomendável que um agricultor ampliasse a sua produção para aproveitar as condições favoráveis do mercado, mas se todos os agricultores fizessem o mesmo, ocorreria uma super produção e os preços cairiam. O aumento de renda esperado iria declinar, motivando malefícios em vez de vantagens.

O sofisma da composição, enfim, é um problema de diferenciação entre micro e macroeconomia. O que é verdade em uma destas áreas não é verdadeiro necessariamente em outra.

A Falácia do Termo Não Distribuído

A lógica formal faz uso de silogismos em seus raciocínios ou argumentos: o silogismo típico desenvolve-se em três partes: a) premissa maior, b) premissa menor, c) conclusão. Por exemplo:

- a) toda madeira queimar
- b) o cedro é uma madeira
- c) portanto, o cedro queimar.

Deve ser entendido imediatamente, todavia, que a simples apresentação da premissa não a torna válida, mesmo que a pessoa que a apresenta seja um Ph.D ou um bem sucedido homem de negócios.

Posterior a Isso É, Portanto, por Causa Disto

Este sofisma é conhecido como *Post hoc, ergo propter hoc*. Um exemplo não econômico serve para esclarecer esta falácia. Todas as manhãs um galo na casa do meu vizinho canta vigorosamente. Cerca de trinta minutos depois o sol nasce. Portanto, o canto do galo causa o surgimento do sol. Outro exemplo. No dia seguinte à posse do governador do Ceará as ações do Banco do Nordeste subiram de cotação, portanto, a posse de governador no Ceará motiva a elevação das ações do Banco do Nordeste.

Na verdade, em Economia as coisas podem acontecer ao reverso dessa ordem. Uma perspectiva de escassez de um produto no futuro pode causar no presente uma elevação de preços desse produto.

A fraqueza da conclusão dessa falácia, portanto, é que a mera sequência dos acontecimentos não motiva uma conexão de causa. Além disso, em Economia não se verifica necessariamente uma relação de causa e efeito constante, face à impossibilidade de controlar os fatores que influenciam a adoção de determinada medida. Enquanto em uma situação um fenômeno é causa de outro, em situação diversa o que é efeito pode se tornar causa. A emissão de moeda pode gerar uma inflação, mas em outro momento a inflação pode motivar a elevação de salários.

Raciocínios por Analogia

Este processo de análise pode ser um instrumento útil para o economista, mas, noutras situações, é totalmente falho e inadequado. O Brasil queimou os seus estoques de café para motivar a elevação do preço deste produto no mercado internacional. A Colômbia, portanto, deveria ter feito o mesmo em outra ocasião, quando se deparou com o mesmo problema com relação aos baixos preços do seu produto.

O Brasil, porém, era o principal supridor do produto no mercado externo, com super-produção. Devido à pequena participação da Colômbia no mercado mundial de então nada adiantaria queimar café porque o Brasil poderia suprir as necessidades do mercado pelos preços existentes.

Tudo Preto, Tudo Branco

Em Economia as coisas não ocorrem segundo um processo de “quem não está comigo está contra mim”. A verdade muitas vezes está no meio termo. Dizer-se que somente o desenvolvimento da agricultura poderá motivar o desenvolvimento do Nordeste pode ser uma política suicida. Políticas que visem unicamente o desenvolvimento industrial sem qualquer atenção à agricultura também é inaceitável.

A solução é exportar, nada mais. Ou o Brasil acaba com a saúva ou a saúva acaba com o Brasil. Sem a fixação do homem nordestino ao solo não teremos desenvolvimento da agricultura. Estas e outras concepções radicais não têm nenhum apoio da Economia. São meras falácias.

Pleno Emprego e Desemprego

A expressão “pleno emprego” às vezes é utilizada para definir o grau de utilização dos fatores de produção

de modo geral. O seu apropriado uso, todavia, se refere especificamente aos recursos humanos, considerados como os seres humanos em sua dimensão econômica, ou seja, supridores do fator trabalho e agentes do processo produtivo. Em sentido amplo corresponde a mão-de-obra ou força de trabalho.

Quando se diz, portanto, que um País está em situação de pleno emprego, o termo compreende uma situação na qual todas as pessoas aptas para o trabalho, estão efetivamente trabalhando. Dentro deste conceito, não podem ser consideradas desempregadas as pessoas com insuficiente idade para o trabalho, ou em idades avançadas, que não tenham condições físicas ou intelectuais para o trabalho ou que simplesmente não desejam exercer nenhuma atividade econômica.

A este respeito se pode indicar que muitos países desenvolvidos como os Estados Unidos, Japão, Suíça, França, Alemanha Ocidental, além de outros, estão ou estiveram durante certos períodos com pleno emprego de sua mão-de-obra disponível. Em alguns dos países citados, torna-se necessário em algumas épocas do ano de maior atividade econômica receber trabalhadores de outros países para suplementar a carência de mão-de-obra local. Muitos italianos e espanhóis, por exemplo, anualmente se deslocam para a Alemanha Ocidental, Suíça e França para, durante quatro ou cinco meses

do ano, trabalhar nestes países. Este fenômeno tipifica claramente uma situação de pleno emprego nos países recipientes dessa mão-de-obra.

Por outro lado, o conceito adotado para caracterizar o desemprego baseia-se na situação em que a Economia não tem capacidade para utilizar os recursos humanos disponíveis. Em outras palavras, as oportunidades de trabalho oferecidas não são suficientes para absorver a oferta de mão-de-obra em condições de trabalhar e que estejam efetivamente a procura de emprego.

Convém destacar que existem pelo menos duas situações diversas quanto ao desemprego. O desemprego pode se referir a uma situação de desocupação efetiva ou desemprego de fato, enquanto pode se tratar de um desemprego temporário. Neste caso, diz-se que é um desemprego friccional, ou seja, as pessoas estão transitoriamente mudando de ocupação, mas que em certo espaço de tempo encontram novas atividades a executar. Esta situação é típica dos países desenvolvidos onde prevalece uma grande flexibilidade nas mudanças de um trabalho de uma empresa para outra, ou simplesmente estão mudando de funções face a novas habilidades adquiridas e por motivos de aspirações de progresso.

Por esse motivo é que se encontram casualmente nas estatísticas de emprego dos países adiantados uma

parcela de 3% a 5% da mão-de-obra na condição de desempregados temporários. Contrariamente ocorre nos países subdesenvolvidos, onde se registram taxas de desemprego efetivo bastante elevadas. Estudos do Instituto Latinoamericano de Planificação Econômica e Social (Chile) do ano 2000 taxas de desocupação para países isolados da América Latina com mais de 10%. Pesquisas realizadas no Nordeste do Brasil indicam que o desemprego visível, nos centros urbanos, atinge em média 13%, enquanto em Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina é de 7% e no Rio de Janeiro, e São Paulo é de 4%.

De acordo com levantamentos da Pesquisa Nacional de Admostragem de Domicílios, da Fundação IBGE, encontravam-se trabalhando no Nordeste (2005), com menos de 35 horas semanais, 17% das pessoas consideradas como ocupadas, ou seja, de certo modo em condição insuficiente de atividade.

Subemprego

Não há uniformidade entre os economistas e entre os países quanto ao significado de subemprego. A definição² mais aceita, porém, indica como subemprego

² OIT, *Medición del sub-empleo. Conceptos y métodos, informe IV.*

visível as pessoas que involuntariamente trabalham em tempo parcial ou durante períodos inferiores às jornadas normais de trabalho.

O **subemprego invisível ou disfarçado** existe quando o trabalho de uma pessoa não permite a plena utilização de suas qualificações e capacidade e os ganhos decorrentes são anormalmente baixos relativamente às suas habilidades. Nesta categoria estão também os trabalhadores que exercem suas atividades em estabelecimentos que apresentam baixa produtividade. Neste último caso denomina-se também de subemprego potencial.

Estes conceitos são operacionais e se destinam a formular critérios para a estimativa do subemprego nos países subdesenvolvidos.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios, realizada pela Fundação IBGE, **emprego** corresponde a “qualquer acordo definitivo para a realização de trabalho regular remunerado – em dinheiro, em bens e em dinheiro além de uma parte em bens. O emprego pode ser em regime de tempo integral (40 ou mais horas semanais) ou em regime de tempo parcial (menos de 40 horas semanais).”

Nessa pesquisa foram consideradas como ocupadas aquelas pessoas que estavam trabalhando na semana da pesquisa, ou mesmo que não trabalhando, tivessem algum emprego ou negócio do qual se mostrassem tem-

porariamente afastados por se encontrarem em fase de férias, doentes, em dissídio coletivo ou de luto.

Como desocupadas foram consideradas as pessoas que não tinham emprego na semana de referência da pesquisa ou não se encontravam afastadas do trabalho por quaisquer motivos, mas que tivessem tomado alguma iniciativa nos dois últimos meses para conseguirem emprego. Em outras palavras, a condição de desocupado é condicionada a uma situação em que as pessoas estivessem procurando emprego. Como consequência, uma pessoa que estivesse sem trabalho, mas não tomado providências para encontrar um emprego, não é considerada como desocupada.

A força de trabalho corresponde às pessoas de 14 anos e mais que estivessem ocupadas ou desocupadas segundo os conceitos acima comentados. No Nordeste, 43% de pessoas estão abaixo desta idade. No Censo Demográfico, realizado pelo Serviço Nacional de Recenseamento, a força de trabalho abrange as pessoas de 10 anos e mais. Esta dilatação do âmbito etário da força de trabalho dotado pelo Censo objetiva atingir as pessoas nas idades de 10 a 14 anos que exercem atividades no setor agrícola.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, referente ao ano de 2005, encontravam-se na força de trabalho do Nordeste (Piauí a Bahia), 25,5 milhões de pessoas, das quais 23,2 milhões

eram ocupados e 2,3 milhões desocupados a procura de emprego. A força de trabalho total nesta época, 57% eram do sexo masculino. A distribuição por atividade revela que 36% das pessoas empregadas estavam no setor agrícola e 10% na indústria e construção. As indústrias de utilidade pública, comércio de mercadorias, prestação de serviços, transporte e comunicações, profissões liberais, serviços gerais, administração pública e outros concentravam 54% das ocupações. Das pessoas com afazeres no setor não agrícola, 23% eram empregados, 27% trabalhadores por conta própria e 45% correspondia a membros da família e sem remuneração.

Quanto ao regime de trabalho das pessoas ocupadas também em atividades não agrícolas, 56% estavam na condição de empregados trabalhando 40 horas ou mais por semana, 22% em tempo parcial e 7% temporariamente ausentes do emprego. No tocante aos desocupados, 70%, a predominância era do sexo masculino.

Vale destacar que 41% de todos os ocupados no Brasil estão na Região Sudeste, com 36,8 milhões de pessoas.

Uma forma característica do subemprego na agricultura decorre dos períodos de entressafra, quando as necessidades de mão-de-obra são bastante reduzidas. A esse tipo de desemprego parcial se chama de **subemprego estacional**. Em muitas áreas onde ocorre tal fenômeno, passa a uma situação de pleno emprego

em épocas de plantio, e principalmente de colheita. No setor industrial de transformação de produtos agrícolas, também se verifica este problema. A indústria de óleos e gorduras vegetais do Nordeste é um exemplo desse comportamento, pois muitas fábricas funcionam apenas de 4 a 6 meses por ano.

Segundo a pesquisa do PNAD – Fundação IBGE, referente às horas semanais de trabalho das pessoas ocupadas, constata-se que aproximadamente 20% das pessoas que trabalhavam na agricultura estão incluídas no grupo de horas trabalhadas inferior a 35 horas por semana. Convém recordar que num regime de cinco dias semanais de 8 horas, ou seja 40 horas, é o normalmente considerado para fins de estimativa de emprego pleno da mão-de-obra.

Em um país desenvolvido, essa situação poderia ser normal e mesmo desejável, tendo em vista que dada a possibilidade de obter-se renda suficiente para uma vida condigna em menos horas, poder-se-ia dedicar o restante do tempo ao lazer, divertimentos ou outras atividades recuperadoras dos esforços despendidos no trabalho. Quando se trata de um País subdesenvolvido, e baixa produtividade da mão-de-obra e de uma conseqüente baixa renda, tal fenômeno apenas tipifica uma condição de subemprego e baixa produtividade.

TABELA 1 – Brasil – Ocupação da mão-de-obra^(*) (2005).

1 – Números absolutos (milhão)			
Regiões	Agrícola	Não Agrícola	Total
Norte	1,5	5,0	6,5
Nordeste	8,4	14,8	23,2
Sudeste	3,7	33,2	36,9
Sul	3,1	11,1	14,2
Centro-Oeste	1,1	5,1	6,2
Brasil	17,8	69,2	87,0

2 – Números Relativos			
	Agrícola	Não Agrícola	Total
Norte	24	76	100
Nordeste	36	64	100
Sudeste	11	89	100
Sul	22	78	100
Centro-Oeste	18	82	100
Brasil	22	72	100

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil-2006.

Nota: (*) Pessoas de 10 anos de idade ou mais.

Recursos Produtivos

Qualquer coisa que contribua para o processo produtivo é chamado de fator de produção. Usualmente os fatores de produção são classificados em quatro grupos: Recursos Naturais, o trabalho, que são os recursos humanos, e o capital, que são todos os bens produzidos

e se destinam a ajudar à produção de novos bens. Naturalmente que dos bens de capital estão excluídos os bens de consumo final.

A quarta categoria corresponde à capacidade empresarial representada por um tipo especial de serviço humano concernente à organização e direção dos negócios. Pode-se acrescentar, ainda, um ingrediente complementar ao processo de produção, isto é, a tecnologia.

Recursos Naturais do Brasil

No Brasil, por um longo tempo, parte considerável de sua renda nacional foi originária dos recursos naturais, através da produção de artigos primários demandados pelos mercados externos. Estas exportações tiveram um papel de vital importância porque elas promoviam os meios para obter muitos investimentos e para a importação de bens e serviços de consumo, os quais por várias razões não podiam ser produzidos com recursos locais.

A fertilidade dos solos de São Paulo e do Paraná fazem desses Estados os maiores produtores mundiais de soja e café. O clima e as condições de produção de pastagens tornaram o Rio Grande do Sul o mais importante criador de gado vacum do Brasil. As reservas de

petróleo do Rio de Janeiro (Campos) e Bahia e a capacidade energética da cachoeira de Paulo Afonso também são recursos naturais. Nesta categoria, ademais, estão incluídas as florestas, o clima, a flora, as disponibilidades de água para consumo humano e para as indústrias, assim como os recursos pesqueiros.

Muitos países são pobres desses recursos, enquanto outros possuem inúmeros recursos inexplorados mas não possuem conhecimentos e habilidades para utilizá-los produtivamente. Enfim falta o domínio da tecnologia para o aproveitamento do potencial de recursos.

Os recursos naturais não são estáticos, mas mudam com o tempo ou no espaço, de acordo com as possibilidades tecnológicas e condições ambientais. Eles são divididos usualmente em recursos renováveis, tais como florestas, e irrenováveis, como as jazidas de minérios.

Os problemas e cuidados acerca da conservação dos recursos naturais são muito antigos, mas somente no presente século para muitas partes do globo ele passou a ter uma importância vital. Há cerca de um milhão de anos, o gênero “homo” apareceu sobre a terra, e nossa própria espécie do “homo sapiens” existe há pelo menos 70 mil anos. Com um crescimento exponencial acelerado nos últimos séculos, seu número já chegou no momento atual a 6,4 bilhões. Com base no crescimento recente, espera-se que esta cifra dobre nos próximos 45

anos. Isto serve para ilustrar a magnitude das pressões a que os recursos naturais serão submetidos, a fim de alimentar, vestir e proporcionar as condições ambientais condignas para essa população viver adequadamente.

No caso específico do Brasil, merecem destaque os recursos relativos ao potencial hidráulico, os recursos mineralógicos e as reservas de terras agricultáveis. O potencial hidráulico das principais bacias hidrográficas do Brasil é de 81.469 MW, dos quais o Nordeste participa com 12.025 MW. A principal bacia hidrográfica é a Amazônica com 64.164 MW, seguindo-se-lhe a do São Francisco, Paraná, Sudeste, Uruguai, Tocantins, Araguaia e Uruguai. Levantamentos do Potencial Hidráulico do Brasil, elaborados pela Divisão de águas do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, contudo, estimam que o potencial hidráulico do Brasil é presumido em 150.00 MW, com fator de capacidade de 50%.

Os produtos minerais também são recursos naturais de grande importância no Brasil. Deve-se ressaltar, porém, que a importação mineral brasileira aumentou consideravelmente. Quanto aos produtos importados destacam-se petróleo e derivados, cobre e suas ligas, fertilizantes minerais, carvão e coque de hulha, linhita e turfa, alumínio e suas ligas, enxofre em bruto, não refinado, zinco e suas ligas. Outros produtos de menor

importância foram potássio, óxido de titânio, amianto, níquel e chumbo e suas ligas.

A exploração dos recursos mineralógicos do Brasil é principalmente de ferro, manganês, petróleo, alumínio, chumbo, apatita, dolomita, magnesita, amianto, cobre, tungstênio, níquel, e muitos outros de menor importância.

Estimativas realizadas para o ano 2000, no tocante à utilização das terras no Nordeste, face ao aumento previsível das necessidades de produtos agrícolas, nos próximos dez anos, indicam que todas as áreas nos estabelecimentos agrícolas não aproveitadas atualmente estarão sendo utilizadas. Das áreas atualmente fora dos estabelecimentos, apenas 10% não serão absorvidas pela expansão da agricultura. Em resumo, é prevista uma utilização quase total da superfície agricultável dos Estados nordestinos fora dos centros urbanos.

As previsões quanto às possibilidades de ampliar pela técnica as áreas de utilização agrícola no futuro são, porém, confortadoras. Com base nas pesquisas atuais pode-se antever, por exemplo, o uso econômico da água do mar, através da dessalinização com o uso de energia atômica. Até o ano 2020 calcula-se que a energia nuclear permitirá a execução de tarefas e a exploração de recursos hoje totalmente desconhecidos. O uso da madeira será substituído para fins de construção

por produtos sintéticos, permitindo a preservação de florestas para manutenção de microclimas. A partir de 2030 o fundo do mar será aproveitado economicamente, não só para a produção de plantas e peixes como para a exploração mineralógica.

Atualmente nos países desenvolvidos existe uma grande polêmica entre os conservacionistas e os agricultores devido aos efeitos nocivos do uso de insumos modernos à base de fungicidas mercuriais, inseticidas compostos de DDT e pesticidas, além de práticas agrícolas envolverem mudanças do ambiente. Os efeitos secundários de muitos destes insumos e a violação da natureza começam a ser identificados como prejudiciais à vida selvagem, à pureza dos rios e lagos e à saúde. Por isso, novos produtos e novas técnicas serão desenvolvidos nos próximos 30 anos para restabelecer a fertilidade dos solos, sem efeitos colaterais.

O Nordeste, apesar de não ser excepcionalmente rico em minérios, tem uma posição excepcional com relação à exploração de alguns minérios. A produção de petróleo, tungstênio, bário e magnesita contribuem com 100% da produção nacional. Gipsita, amianto e fósforo, com mais de 90%; cloreto de sódio e cromo com aproximadamente 80% e chumbo com 65%, para citar apenas aqueles minérios que o Nordeste participa com mais de 50% da produção do País.

Não se dispõe ainda no Nordeste de um inventário completo sobre as reservas de minerais existentes. Das pesquisas até agora realizadas, estimou-se que no subsolo da Região, potencialmente para exploração, existem as seguintes reservas: minério de ferro de 50 a 100 milhões de toneladas, sal gema, 37 milhões de toneladas; e na mesma unidade de peso, 30 de cobre, 8 de bauxita; 18 de cromo; 2,7 de cassiterita; 10 de manganês; e, aproximadamente, 1,7 de chumbo e magnésita, para citar apenas os principais produtos já inventariados.

As informações apresentadas acima são apenas indicações a respeito da significação dos recursos naturais para o desenvolvimento econômico. Muitas outras modalidades de recursos existem além dos citados, que às vezes são a base da Economia de muitos países. Não obstante, de todos os recursos naturais existentes um se destaca pela utilidade geral que apresenta, isto é, os solos agricultáveis que quando explorados fornecem os alimentos essenciais à vida humana, as matérias primas para as indústrias e os produtos destinados à exportação.

A capacidade de desenvolvimento de um país atrasado por vezes depende essencialmente das importações de fábricas, equipamentos, matérias-primas básicas e muitos outros bens indispensáveis ao progresso econômico. E é na terra que jaz este potencial de riquezas que todos os povos perseguem avidamente. No tocante

a este tipo de recurso, o Brasil é pródigo. Terras roxas, terras brancas, terras se prestam para gerar praticamente todas as culturas vegetais.

Segundo levantamento do IBGE existiam no Brasil 50 milhões de estabelecimentos agrícolas, correspondente a uma área de 350 milhões de hectares. Nesse total, estavam ocupados com lavouras 175 milhões de ha, 77 milhões de ha com pastagens para o gado e 87 milhões de ha com florestas. Dentro dos estabelecimentos existiam ainda áreas não utilizadas e inaproveitáveis. Não se encontram incluídos nos dados comentados as imensas áreas não colonizadas da Amazônia e de muitas outras regiões do País, que possuem uma área total de 851 milhões de ha.

Quanto ao Nordeste do Brasil, a área dos Estados que compõem essa Região (Piauí à Bahia) é de 154 milhões de ha. Aproximadamente 48% dessa superfície encontravam-se ocupadas pelos estabelecimentos agrícolas, onde os solos são superutilizados. No entanto, existem extensas áreas escassamente ocupadas nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Na última década ocorreu uma verdadeira revolução na aptidão agrícola dos solos do cerrado do Brasil. (Gervásio Castro Rezende, 2006). Com a descoberta de uma solução para os problemas de baixa fertilidade natural e elevada aridez deu-se uma verdadeira “construção do solo”. De acordo com a EMBRAPA, o cerrado ocupa uma área estimada em 204 milhões de hectares, ou seja,

25% do território nacional. Estão sendo utilizados atualmente apenas 66 milhões de hectares, mas 77 milhões são impróprios para a exploração agrícola.

Capital

Este termo é utilizado em diferentes sentidos e mesmo os economistas quando vão defini-lo diferem entre si. Muitos economistas definem capital como bens produzidos e usados em futura produção, enquanto outros como bens produzidos pelo homem. Neste caso, o conceito inclui fábricas, edifícios, comerciais, máquinas, estoques acumulados de matérias-primas e mercadorias, estradas de ferro e estradas de rodagem e seus semelhantes. Esta definição exclui os recursos naturais, porque estes não foram feitos pelo homem e todos os bens possuídos pelos consumidores porque estes não são usados em futura produção. Apesar deste ser o conceito adotado pela maioria dos estudiosos do assunto, existem outros.

Por outro lado, o homem de negócio considera como sendo capital o que pode ser usado como fonte de ganhos em seus negócios e as demais pessoas pensam como sendo algo do qual pode ser derivada a renda. De fato, alguns economistas definem capital simplesmente como um estoque de bens. Ele inclui bens econômicos materiais de todos os tipos,

quer feitos pelo homem ou providos pela natureza, e se usados para produção ou para consumo. Inclui recursos naturais, equipamento produtivo e todos os outros bens econômicos materiais. Neste caso, capital se torna sinônimo de riqueza.

Quanto à classificação do capital, ele pode ser dividido de diversas maneiras. Uma das classificações de capital é que ele pode ser **capital fixo** e **capital circulante**, cuja distinção pode ser identificada através do uso que se faz do mesmo. Capital fixo é aquele que é durável e pode ser usado repetidamente por um longo período, como sejam: fábricas, escritórios, lojas e edifícios usados na indústria e comércio, maquinarias, meios de transporte e comunicação etc. O capital circulante não é durável e é usado um único processo de produção: matérias-primas, bens em processo de fabricação, estoques, carvão, combustíveis.

É possível também classificar o capital sob os diferentes propósitos em que ele é usado. Assim, se o bem de capital pode ser usado em diferentes tipos de produção é chamado capital livre (borracha, algodão), enquanto que se ele pode ser usado apenas para um propósito é ele chamado de capital especializado (uma máquina para fabricar sapatos).

Um dos principais fatores pelos quais o desenvolvimento econômico se realiza é pelo aumento dos

capitais tangível e intangível existentes no País. O capital tangível existe em máquinas, edifícios, melhoramento do solo, ferramentas etc. Tudo que for tangível, ou seja, de duração superior a um ano.

É fundamental também o capital intangível. Em países como os Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo, a maior parte do capital nacional não existe em bens tangíveis. Compõe-se de bens intangíveis, tais como cultura, tradição científica, condicionantes técnicos e organização que conduzem ao progresso econômico.

A melhor maneira de considerarmos o capital de um país desenvolvido é considerá-lo como se fosse um “iceberg”. Como sabemos, um “iceberg” mantém um décimo do seu volume acima da superfície da água, isto é, a ponta que permanece visível. Os nove décimos existentes permanecem submersos – não os vemos, mas sabemos que eles realmente existem e que constituem a maior parte do corpo flutuante.

Uma aplicação direta disso nos mostra que as políticas inteiramente em projetos para a produção de bens tangíveis, desconetado do capital intangível, isto é, de altos padrões de educação, saúde, tradição científica, pesquisa etc., provavelmente não será um bom programa de desenvolvimento. Em consequência desse fenômeno poderá ser totalmente errôneo calcularmos simplesmente a diferença na quantidade de

capital tangível existente em um país como a Inglaterra e o Brasil, e então imaginarmos que tudo que temos a fazer é atingir o mesmo montante de capital tangível *per capita* dos ingleses, a fim de usufruirmos de um mesmo padrão de vida. Isto não tem cabimento, mas é o que o Brasil tem procurado fazer há muitos anos em sua política econômica.

Os Fundadores da Economia Política

No estudo dos fundamentos da Economia não se pode deixar de olhar, mesmo que superficialmente, para a contribuição de alguns notáveis filósofos e intelectuais que estudavam a ciência econômica. Normalmente é feita uma classificação desses cientistas sociais em determinadas categorias: clássicos, neoclássicos, keynesianos, pós-keynesianos e tantas outras denominações.

Muitos desses pensadores da literatura econômica são referenciados no devido momento ao longo dos capítulos deste livro. Mesmo correndo o risco da excessiva simplificação, destacamos a seguir os pensamentos de três homens que fizeram época na história da humanidade. São eles Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx.

Este livro ocupa-se não só da teoria econômica pura, mas também do mundo real, da utilização das políticas e princípios dessa ciência. Um método que sempre

usei na sala de aula com bastante sucesso foi o estudo das experiências da vida econômica através de fatos da biografia e das ideias de personalidades marcantes. A história também é o celeiro onde buscar em maior ou menor proporção o material para exame, compreensão e contradição das ideias e pensamentos.

Sobre essa reflexão bem disse o fundador da macroeconomia, John Maynard Keynes: “As ideias dos economistas e filósofos políticos, estejam eles certos ou errados, são mais poderosas que normalmente se imagina”.

- Adam Smith

A obra de Adam Smith (1776) é o estudo pioneiro que procurou retratar as forças que em sua época faziam surgir na Europa uma nova sociedade. A obra **A Riqueza das Nações (An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations)** nasceu do próprio processo constituído de elementos econômicos, financeiros e políticos.

Partindo da situação histórica em que vivia, os estudos de Smith evidenciam o propósito de estabelecer um “modelo” de um sistema econômico para uma nova sociedade. De modo geral, o seu objetivo era explicar o funcionamento das atividades econômicas dentro de um sistema baseado num ordenamento racional das atividades humanas. Em síntese, no modelo idealizado devem prevalecer a livre competição e a iniciativa individual.

Ao governo caberia principalmente os encargos de proteção da sociedade contra as agressões externas. Administrar a justiça, proteger todos os membros da sociedade contra a opressão, e criar e manter serviços e instituições de atividades públicas. Em casos excepcionais, aceitar a interferência do governo em assuntos de comércio externo, nos bancos, política fiscal, taxas de juros e na educação. Aprova também certas iniciativas do Estado destinadas a regularizar as relações entre empregados e empregadores, para que sejam equânimes.

No sistema de liberdade econômica previsto por Smith é a demanda efetiva que vai “regular” o funcionamento dos preços. O equilíbrio se verifica porque os indivíduos, ao procurarem a satisfação dos seus próprios interesses, são automaticamente levados por uma “mão invisível” a promover o bem-estar social.

A grosso modo, pode-se dizer que os indivíduos “per si” admitem as suas atividades no sentido de delas auferir os maiores rendimentos. Ou seja, eles trabalham, em conjunto, para tornar a “renda anual da sociedade tão grande quanto lhes seja possível”.

A partir desta visão geral do pensamento econômico de Adam Smith, pode-se resumir a contribuição ao estudo do desenvolvimento econômico. Dois aspectos se destacam para essa finalidade. O “progresso natural

da opulência” e o que diz respeito à identificação dos fatores condicionantes de tal progresso. Esses dois aspectos estão intimamente relacionados e devem ser vistos conjuntamente. A expressão utilizada por Smith de “progresso natural da opulência” denota no seu pensamento que o desenvolvimento econômico é um processo de mudança. Este processo é idealizado em três etapas: a) o da produção agrícola; b) o da produção manufatureira; c) o do comércio exterior.

Tais etapas correspondem a evolução na estrutura econômica e social das comunidades humanas. Com relação ao conceito de que o progresso da cidade não se deve fazer em detrimento do campo mas em benefício de ambos, a sua tese continua tendo validade. Do mesmo modo, é incontestável a presunção de que quanto maior o número e a renda dos habitantes da cidade, mais significativo é o mercado para os produtos agrícolas. O entendimento é de que se o campo abastece a cidade de produtos alimentícios e matérias-primas, a indústria e o comércio fornecem à agricultura alimentos e serviços necessários ao processo produtivo de que a população do campo necessita. A expressão dos diversos setores da Economia ocorre também pelo comércio exterior, quando havendo excedentes de matérias-primas ou de produtos manufaturados podem ser vendidos para outros países.

A descrição do progresso natural da opulência (desenvolvimento), segundo a doutrina smithiana, é gradativo e tende a ser, dentro de certos limites, autosustentado ou como ele diz: “perpetua-se através do tempo”. É bom lembrar que Smith estava preocupado com a “riqueza” e não com a “pobreza”. Sobre esse assunto é bom lembrar, no entanto, o que Adam Smith escreveu: “Nenhuma sociedade pode, certamente, estar florescente e feliz se a grande maioria dos seus habitantes é pobre e miserável”.

Adam Smith identificou diversos fatores essenciais ao processo de desenvolvimento. O primeiro é a divisão do trabalho. Disso resulta, em termos econômicos, o aumento da produtividade devido ao adestramento da mão-de-obra e uso de equipamentos eficazes. O segundo fator destacado por ele é o aumento do estoque de capital disponível pela comunidade. Outros elementos condicionantes do desenvolvimento são analisados por Smith tais como invenções e conhecimentos científicos. Finalmente as condições culturais e estruturais da comunidade são reconhecidas como básicos.

- David Ricardo

David Ricardo nasceu em Londres, em 1772, e foi compatriota de Adam Smith, por quem muito foi influenciado nas leituras do principal teórico da escola clássica.

A contribuição teórica de Ricardo esteve centrada principalmente nos conceitos de valor e riqueza, renda, salário e lucros. A teoria do desenvolvimento tomou por base a acumulação de capital, o qual depende do lucro. Para Ricardo, uma taxa de lucro elevada determina a existência de uma poupança mais ampla, que é canalizada para o investimento. O desenvolvimento econômico é garantido pelo aumento do emprego e pela melhoria das técnicas de produção. É pouca a importância atribuída ao comércio, mesmo sendo considerado necessário. O papel dessa atividade é ordenada do contexto da teoria das vantagens comparativas, onde a contribuição da exportação é essencial para as compras de bens de outros países a preços mais baratos. Neste particular, sua principal contribuição foi o princípio dos rendimentos decrescentes, devido à renda das terras, donde deduziu uma teoria do valor a partir da aplicação do trabalho. A Lei do Custo Comparativo, além disso, demonstra os benefícios advindos de uma especialização internacional na composição das “commodities” do comércio internacional. Foi com base nesses princípios de livre comércio que a Inglaterra adotou sua política de exportação e importação no século XIX.

A tese central da obra de Ricardo é a de que, enquanto existir evolução de taxa de lucro, o crescimento está assegurado. O modelo ricardiano nesse particular

está, contudo, condicionado à Teoria da Repartição de Rendimento, que depende dos salários e das Rendas. O raciocínio de Ricardo é muito simples. Segundo ele, o mundo apresenta uma tendência de crescimento, inclusive da população. Uma armadilha demográfica levará a que nossas terras menos férteis tenham de ser cultivadas. Como as rendas aumentam em consequência da subida do custo das terras férteis, o lucro diminuirá.

David Ricardo, em seu tratado de Economia política, explica de outro modo esse fenômeno. Diz ele que devido à acumulação de capital ocorre essa melhoria das condições de vida com redução na taxa de mortalidade e crescimento da população. Como consequência do aumento do emprego e do nível de salário torna-se necessário o aumento da produção. Tal aumento de produção é realizado com a utilização de terras menos férteis. Com o aumento dos preços dos produtos agrícolas e dos salários, a taxa de lucro irá obviamente cair.

Em consequência desta lei, o crescimento da Economia fica comprometido, levando o Rendimento Nacional a um estado estacionário. Diante desse problema, Ricardo encontra duas orientações políticas para estancar essa tendência ou estudar suas influências. Isto é, pela importação de produtos agrícolas, evitando que os preços subam, bem como os salários e as rendas. O outro caminho seria o aumento da produtividade agrícola-

la, via mecanização e novas tecnologias. Ricardo temia, no entanto, que o uso da força mecânica poderia gerar desemprego e problemas sociais. De qualquer forma, suas expectativas foram as de que essas mudanças ocorreriam lentamente e o sistema econômico encontraria um nível de equilíbrio.

Uma das teorias que tiveram mais repercussão no mundo acadêmico e na política de desenvolvimento dos países desde a publicação do seu tratado foi o conceito de vantagens comparativas. Para maior clareza dessa matéria convém explicar que os agentes econômicos – pessoas, empresas, países – são mais eficiente, quando se dedicam a produzir o que estão mais habilitados a fazer. A vantagem comparativa é especialmente importante nos mercados mundiais, onde os países se beneficiam ao exportar bens e serviços que podem produzir de maneira mais eficiente (a custo médio baixo), utilizando menos capital físico e natural que outros bens e serviços. Em particular, Ricardo demonstrou que um país pode obter vantagens do comércio internacional mesmo quando não tem vantagens absolutas. Isto ocorre quando o país escolhe a produção dos bens que tenha especialização e, portanto, vantagens comparativas. Neste caso, pode utilizar as rendas obtidas com as exportações para adquirir mercadorias e serviços a preços inferiores ao custo que representa produzi-los no país. Assim, com a adoção

desse mecanismo, o país maximiza o volume global de produção e consumo nacional.

- Karl Marx

Aos sessenta e cinco anos, Karl Marx faleceu a 14 de março de 1883. Ele nasceu na Romênia, na cidade de Trier, filho de pais burgueses e judeus, em uma família de rabinos.

A análise marxista insere-se no estudo global do processo de reprodução dos produtos, das relações sociais, de cultura e das estruturas de organização. O crescimento econômico é apenas um aspecto dessa reprodução. O conceito de “mais-valia” ocupa um lugar de destaque na teoria do desenvolvimento econômico de Marx, mesmo para os que rejeitam sua teoria do valor.

Na explicação marxista do processo de acumulação e a criação de mais-valia existe uma interligação muito estreita, desde que a primeira é resultado e causa da segunda. Marx propõe uma explicação central do crescimento do seguinte modo: cada unidade de capital é, por essência e necessariamente, uma unidade em expansão. Uma passagem do **Capital** resume a lógica desta análise (m= mercadoria e do dinheiro).

A forma completa desse movimento é $D - M - D'$, na qual $D' = D + \Delta D$ (isto é, igual à soma inicialmente adiantada menos um excedente). A este excedente

chamou 'mais-valia'. Assim, não só o valor adiantado se conserva em circulação, mas também muda, pela grandeza, acrescenta-lhe um mais e é esse movimento que transforma em capital.

No modelo marxista a acumulação só é explicada por meio da mais-valia da produção. Desse modo, ela é função da determinação dos salários, da produtividade do trabalho, da distribuição da mais-valia dos capitalistas entre seu consumo e sua acumulação. E, finalmente, da distribuição da acumulação entre capital variável (trabalho) e capital circulante (equipamento).

Segundo Marx, para que exista crescimento econômico no capitalismo é necessário a acumulação de capital, mas essa mesma acumulação traz como resultado sucessivas crises que comprometem a continuidade do crescimento. Ao mesmo tempo, a capacidade produtiva tende a aumentar em progressão geométrica, enquanto o consumo das massas aumenta de forma aritmética.

Outro argumento da crítica ao capitalismo por Engels é que o envolvimento progressivo dos operários pode estender-se em termos absolutos, relativos em exploração do trabalho. A ideia determinista de Marx é que o capitalismo não resiste a esses desajustes e à crise econômica resultante.

Segundo Marx, a taxa de lucro vai baixa a longo

prazo, em consequência de uma tendência para o aumento da composição orgânica do capital e de uma constante taxa de exploração decorrente das relações de força entre classes sociais.

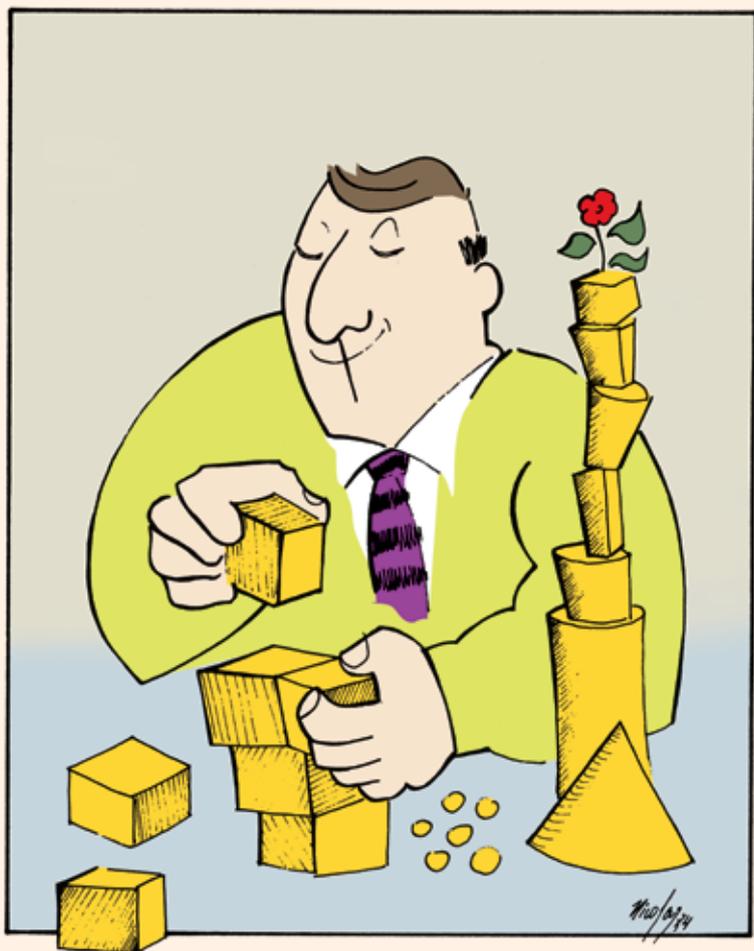
A revolução bolchevista de 1917 colocou o legado marxista sobre os ombros russos. Mas em meados do século XX, o marxismo era o credo professado de todos os Estados, desde a Alemanha Oriental até a China, e o número de seus adeptos elevava-se aproximadamente a um terço da população terrestre. Mas o marxismo sofreu uma união a cada década, ao ponto de Marx ainda vivo ter feito uma observação a seu grande amigo e estimado Engels: “Graças a Deus eu não sou marxista”.

Embora defasada e torcida, a tradição marxista, contudo, foi mantida sem quebra de doutrina até os nossos dias. O sistema marxista, em suma, baseia-se no dogma da teoria do valor do trabalho, preso à teoria da mais-valia e deste a lei da acumulação capitalista: os ricos se tornam mais ricos à medida que os pobres ficam mais pobres.

PARTE DOIS

O FATOR POPULACIONAL

A população
é o objeto e o agente
da produção.



O Fator Populacional

A população é objeto e agente da produção. Pode-se dizer mesmo que ela é um dos fatores econômicos mais relevantes de qualquer país, merecendo o seu estudo, portanto, preocupações especiais. O crescimento econômico dos países depende fundamentalmente das pessoas, seus valores, suas ideias, suas motivações e decisões. Quando os economistas falam em poupança, formação de capital etc., estão na realidade raciocinando com base no comportamento das pessoas que economizaram e fizeram empréstimos ou investiram em empreendimentos que lhes pareceram compensadores.

Em suma, para que se entenda e possa influir no desenvolvimento econômico é necessário penetrar até a camada humana para analisar as suas ações que na verdade comandam todo o processo. O estudo da população abrange, conseqüentemente, tanto os aspectos quantitativos como qualitativos, sendo o rápido crescimento demográfico um dos mais sérios problemas com que se defrontam os países que objetivam alcançar mais elevados níveis de vida e de desenvolvimento econômico de modo geral.

A Pressão Demográfica

Os economistas, demógrafos, geógrafos e o público em geral vêm se interessando de modo crescente com

os problemas populacionais, especialmente a partir do século XIX. Duas correntes de opinião se formaram quanto ao crescimento da população. Os que admitem uma superpopulação inevitável no mundo e os que não acreditam em tal possibilidade. Dentre os primeiros encontram-se todos aqueles que defendem a validade da teoria da população desenvolvida por Thomas Robert Malthus (1766-1834), que acreditava ser o crescimento demográfico desordenado da população a causa da pobreza do povo. Em um livro publicado em primeira edição em 1789 sob o título de *Ensaio Sobre o Princípio da População e de Como Esta Afeta o Futuro Desenvolvimento da Sociedade*, Malthus destacava as seguintes observações: 1) a população cresce mais rapidamente do que a produção de alimentos face à ocorrência da lei dos rendimentos decrescentes. Assim, os meios de subsistência só podiam crescer em progressão aritmética (1, 2, 3, 4...) enquanto a população tendia a aumentar em ordem geométrica (1, 2, 4, 8, 16, 32...); 2) caso não fossem tomadas providências, a população tenderia a dobrar a cada 25 anos, o que resultaria em morte pela fome por escassez de alimentos; 3) em decorrência, Malthus recomendava o controle da natalidade através do adiamento dos casamentos, reduzir os salários, manutenção da castidade fora do casamento, elevar o preço das mercadorias e reduzir os salários.

Com relação a este último aspecto, ele chamou de obstáculos preventivos, enquanto os demais denominou de obstáculos regressivos.

A História tem demonstrado que de modo geral Malthus exagerou em suas conclusões quanto às leis do crescimento demográfico, tecnológico e do desenvolvimento, segundo argumentam alguns opositores de Malthus. De fato, em muitas regiões do mundo a população tem crescido mais lentamente do que a produção de bens de subsistência. Ao contrário de níveis de vida declinantes, tem-se verificado crescente melhoria do bem-estar.

A prosperidade a que se faz referência, porém, não se tem distribuído equitativamente, havendo muitos países na atualidade onde a produção de gêneros não acompanha os aumentos populacionais, conforme havia prognosticado Malthus. Segundo o “Population Crises Committee (USA)” afóra a possibilidade de uma guerra nuclear, a expansão demográfica representa a maior ameaça à paz mundial. Ela também ameaça o desenvolvimento econômico, a estabilidade social e as estruturas políticas da maioria da população dos países subdesenvolvidos.

A população mundial, que era de 700 milhões em 1750, passou a quase 2.400 milhões em 1950, ou seja, um crescimento de mais de um triplo nesse período.

Antes de 1597 a população tinha um crescimento de 7% por século, enquanto depois de 1750 foi de 4% por década até 1850 e de 8% de 1850 a 1950. Atualmente a média de crescimento populacional dos países ricos é de 1,2% ao ano e de 2% nos países pobres, alguns dos quais se destacam com taxas de até 3,0% ao ano.

A conclusão inescapável é que nenhum conflito na história da humanidade pode ser tão devastador e tão trágico como o espectro de milhões de novas pessoas que nascem e ficam inábeis para obter suficientes alimentos para manter a vida.

Nos últimos dez anos o suprimento de alimentos mundial caiu em relação à população de pelo menos 1% e de 2%. Enquanto isso, o crescimento da população vem mantendo-se elevada em muitos países da África, Ásia e América do Sul. É urgente a adoção de programas de aumento da produção de grãos.

O progresso da Medicina e a melhoria das condições sanitárias das populações pobres têm resultado na diminuição das taxas de mortalidade, enquanto as taxas de natalidade declinaram lentamente, nos países subdesenvolvidos, mantendo os índices de crescimento da população.

O grande problema dos países da atualidade que desejam atingir o desenvolvimento econômico é acelerar o crescimento da renda a fim de possibilitar à população

o incremento dos meios necessários a sua subsistência ou à melhoria dos padrões de consumo.

Deve-se ressaltar, aliás, que somente o próprio desenvolvimento constitui o caminho para a diminuição no crescimento da população, pois a tendência do crescimento populacional atende ao comportamento constante do gráfico 1.

A Transição Demográfica

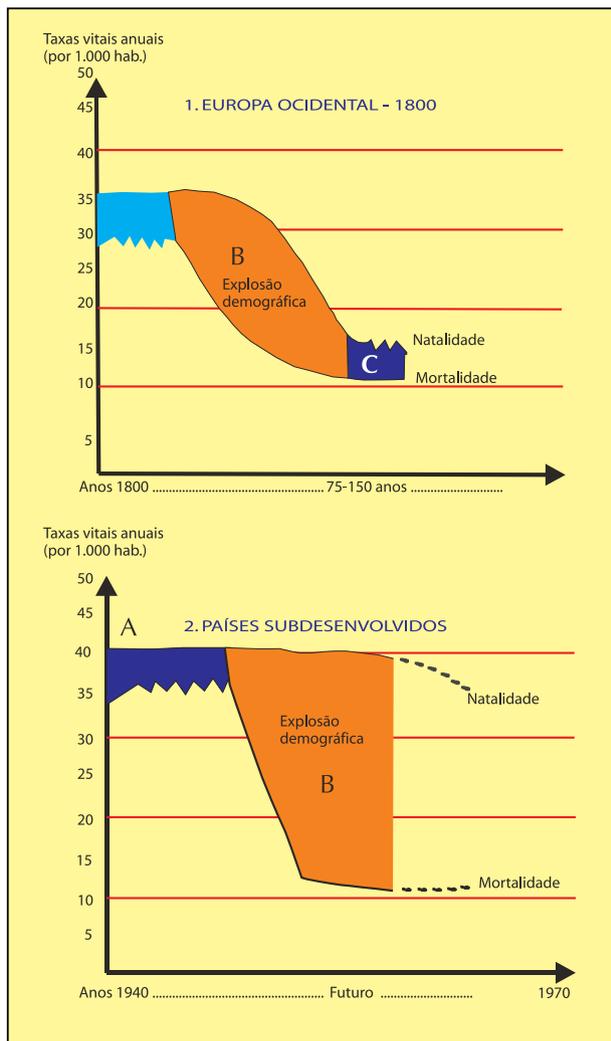
Em oposição às teorias malthusianas e os reformistas (a causa da superpopulação), tem sido proposta uma outra interpretação considerada como Teoria da Transição Demográfica.

Segundo essa convenção, formulada em 1929, o crescimento populacional tende a se equilibrar no mundo através de uma tendência da diminuição das taxas de natalidade e mortalidade.

Referido processo ocorre em três etapas sucessivas:

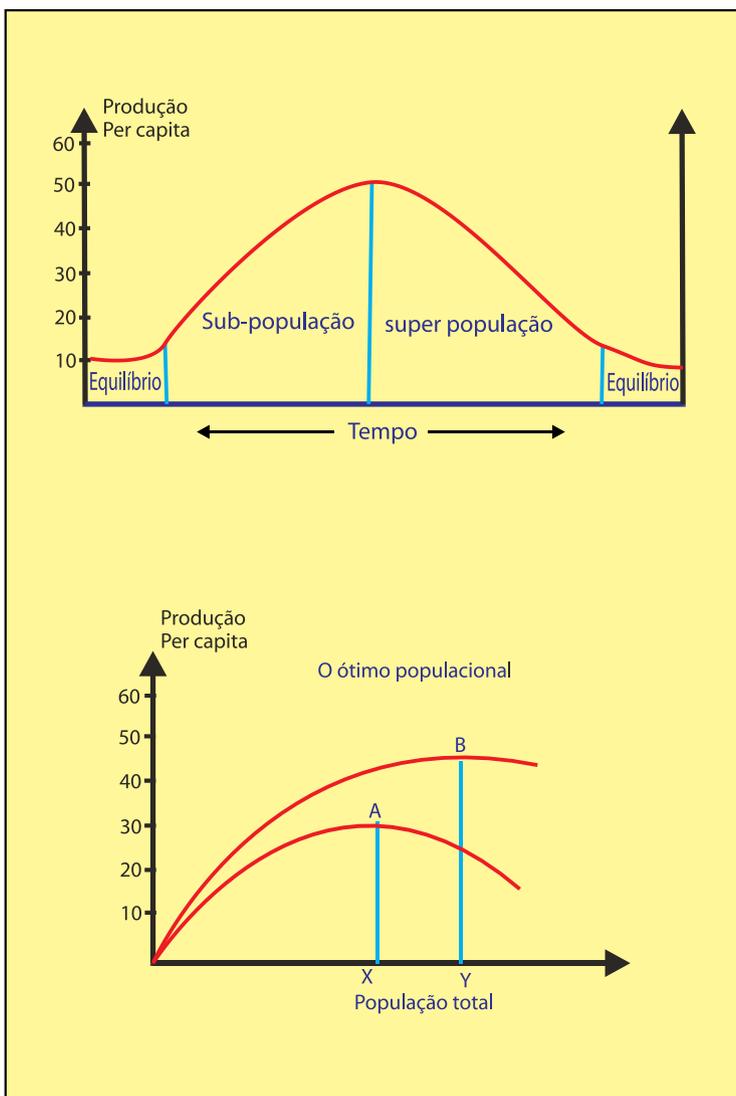
Primeira fase: constituída de baixos índices de crescimento vegetativo determinado por elevadas taxas de natalidade e mortalidade. Nascerem muitos, mas morrem muitos decorrentes de precárias condições higiênicas e das epidemias. Na Europa esta fase ocorreu até o século XVII, mas nos países pobres ela teve início no século XX.

GRÁFICO 1 – A transição demográfica



O rápido crescimento demográfico é chamado de explosão demográfica. Corresponde essa situação à zona representada no gráfico pela letra **B**. Nesse caso se manifesta um processo de desenvolvimento econômico, enquanto a faixa **A** caracteriza-se por uma região de grande atraso. Por fim, a parte **C** corresponde aos países desenvolvidos. No gráfico 2 encontram-se representadas as tendências recentes do crescimento populacional nos países subdesenvolvidos.

GRÁFICO 2 – Densidade demográfica



Segunda fase: apresenta no primeiro estágio uma redução da mortalidade (fim das epidemias e avanços médicos), mas a natalidade ainda se mantém elevada. Nesse estágio ocorre um grande crescimento da população. Quando a natalidade começa a cair, também cai o crescimento demográfico.

Terceira fase: caracterizada por baixas taxas de mortalidade e natalidade.

Com essa transição é alcançado o equilíbrio demográfico, com baixas taxas de crescimento do efetivo da população. Atualmente estão nesse estágio os países desenvolvidos, alguns com crescimento de menos de 1% e mesmo estagnados populacionalmente.

O grande problema, porém, é que esta tendência que se registrou nos países da Europa Ocidental durou um período de 75 a 150 anos a partir de 1850. Assim foi possível, durante este longo período, a Economia dos países se ajustar à situação do crescimento demográfico. Com relação aos países subdesenvolvidos, porém, o mesmo processo vem-se verificando dentro de uma período de 20 a 30 anos para mudar do primeiro estágio para o segundo, quando se agrava o problema do rápido crescimento demográfico.

A Escassez do Capital Devido ao Crescimento Demográfico

Quanto mais rapidamente cresce a população maiores inversões de capital são necessárias para manter determinado nível de produção *per capita*. Para evitar uma diminuição gradativa do nível de vida da população desses países, é necessário: a) o cultivo de novas áreas; b) a melhoria da produtividade agrícola das terras já cultivadas.

Ambos os casos exigem uma formação de capital intensa para as novas instalações, transporte dos produtos, adubos, fertilizantes etc. O caminho seguido para resolver o problema do crescimento demográfico tem sido tanto pelo caso (a) como pelo caso (b), ou mesmo pelos dois simultaneamente. Ao mesmo tempo, surgem as necessidades de industrialização, que requerem também muito mais recursos. O aumento de capital a que nos temos referido se decompõe em três parcelas, mais ou menos relacionadas entre si: 1) Capital de substituição: necessário para a substituição de equipamento consumido anualmente pelo uso; 2) Capital de equipamento: necessário para proporcionar aos novos trabalhadores provenientes do aumento da população, um equipamento adequado; 3) Capital de inovação: necessário para permitir o progresso técnico.

Cálculos realizados indicam que um país insuficientemente desenvolvido, cuja população aumenta num rit-

mo de 1% ao ano, deve investir de 2% a 5% de sua renda nacional para manter o equipamento por trabalhador em nível médio de produtividade. No caso da população crescer 2,2% ao ano, situação do Brasil, tais inversões absorverão uma proporção de 5% a 10% da renda nacional. Não é fácil para um país subdesenvolvido poupar tão acentuada proporção de renda, somente para manter padrões de bem-estar em contrabalanço com o crescimento demográfico. Se desejar aumentar tais padrões, serão necessárias inversões muito maiores.

Além do mais, é necessário enfatizar que um país deve fazer inversões não em equipamentos materiais, mas também em capital humano, sem o qual em pouco poderá resultar os esforços despendidos nos demais setores. Em outras palavras, o que se gasta para criar e educar a geração futura é também uma inversão que pode ser de grande proveito para o aumento da produção e o progresso dos países subdesenvolvidos. Estes países apresentam, aliás, uma considerável percentagem de pessoas jovens, resultando daí necessidade de poupanças e investimentos para criá-los e educá-los.

Escape Parcial para as Pressões Demográficas

Dois caminhos têm sido utilizados para contornar o rápido crescimento demográfico. Através do declínio das

taxas de natalidade decorrente do controle da natalidade e pela adoção do progresso tecnológico. Há outro escape que tem sido adotado por alguns países, apesar dessa solução não ser aplicável ao caso mundial. Trata-se das correntes emigratórias para outros países menos populosos. Esta, porém, não é uma boa solução, pois com altas taxas de natalidade a situação seria novamente agravada.

Algumas nações têm resolvido o problema de pequenas áreas com grande população fazendo com que estas se dediquem ao comércio, indústria e outras atividades terciárias a fim de exportá-las e, com as divisas geradas, proceder as importações dos alimentos necessários ao abastecimento de suas respectivas populações, assim como matérias-primas para as suas indústrias. Inglaterra, Holanda, Bélgica e Japão aplicam esta política com muito sucesso.

Quando as pressões demográficas se fazem sentir em uma região determinada de um país o escape através das emigrações é mais viável. Na verdade, os fluxos emigratórios nesses casos se processam geralmente de modo espontâneo. Devido à escassez de oportunidade de trabalho, as pessoas saem do campo para as cidades ou para outras áreas do país onde as possibilidades de emprego são maiores. Os fatores de expulsão da população rural ou os fatores de atração dos centros urbanos têm motivado um crescimento populacional das cidades brasileiras a

taxas que variam entre 3 a 4% ao ano. Do ponto de vista de movimentos populacionais em âmbito regional pode-se exemplificar com o que ocorre no Brasil.

O censo demográfico do ano 2000 registrou que 8,4% da população nascida no Nordeste se concentrava no Sudeste, Norte, Centro-Oeste e Sul. No mesmo ano foi identificado que se encontravam no Nordeste cerca 200 mil pessoas natas em outras regiões. Com relação ao Sudeste, as migrações inter-regionais correspondiam a 5% de sua população. Os natos nesta região se encontravam presentes no Sul, no Norte e Centro-Oeste e no Nordeste. Havia emigrado também do Norte e Centro-Oeste 5% da sua população e do Sul apenas 2%.

O Ótimo Populacional

Em cada país em determinado momento é possível conceber-se um ótimo populacional, que está relacionado com o maior nível de bem-estar. O conceito de ótimo populacional tomando por base a densidade demográfica (número de habitantes por quilômetro quadrado) não tem mais aplicação no campo da ciência demográfica. De fato, tal relação não representa a capacidade de sustentação que os respectivos países possuem com relação ao seu contingente demográfico.

Pode ocorrer que um país possua uma alta densidade demográfica e não seja super povoado, desde que a sua

produção cresça mais rapidamente do que a população. Ao contrário, um país pode ter uma baixa densidade e ser super povoado. Explica-se tal fenômeno pelas diferenças de recursos naturais que cada país possui com potencialidade de aproveitamento, como também a capacidade produtiva em termos dos demais fatores.

Na verdade, o ótimo populacional de uma área depende: 1) dos seus recursos naturais; 2) da quantidade de seus recursos de capital; e 3) do nível de sua tecnologia. Desde que os últimos dois fatores mudam, o ótimo populacional também muda, conforme pode ser observado pelo gráfico 2 nos pontos A e B.

População Mundial

A população mundial atingiu 6,4 bilhões de habitantes em 2006 contra 2,4 bilhões em 1950 e 700 milhões em 1760. As taxas de crescimento demográfico vieram acentuar-se a partir de 1950, sendo que, atualmente, cada ano que passa são acrescidos ao efetivo existente, em taxa acumulativa, aproximadamente 40 milhões de pessoas, correspondendo a uma taxa de incremento de 1% a 1 1/2% ao ano.

O mundo terá em 2050 cerca de 2,8 bilhões de habitantes a mais do que hoje, elevando o total de moradores do planeta a 9 bilhões, segundo relatório da Organização das Nações Unidas. E até 2030 cinco bilhões

de pessoas viverão nas cidades, o equivalente a 60% da população. O crescimento urbano ocorrerá quase que exclusivamente no mundo em desenvolvimento. Em 30 anos a população urbana nos países ricos aumentará em apenas 100 milhões de pessoas. Na América Latina, 200 milhões de moradores urbanos adicionais até 2030 significarão um aumento de 50% em relação a hoje. Na Ásia e África, a população urbana dobrará nesse período. Atualmente, um bilhão de pessoas vive em favelas, 90% dos quais estão nos países em desenvolvimento (40% na Índia e na China).

As taxas médias de crescimento da população total dos continentes no período de 1995-2005 foram as seguintes: África, 2,3%; América do Norte, 0,9%; América Latina, 1,4%; Ásia, 1,3%; Europa, -0,2%; e Oceania, 1,2%, de acordo com dados do Banco Mundial.

Em vista de tão rápida expansão demográfica é que os economistas estão dedicando especial atenção a este assunto. Para incluir em seus planejamentos critérios realísticos da oferta de emprego, habitação, das necessidades alimentares da população, da criação de novas escolas, do suprimento de matérias-primas para a indústria e para todos os setores econômicos. Especialmente do ponto de vista da América Latina e Caribe, que nos diz respeito de mais perto. Em 2005 residiam neste continente 581 milhões de pessoas, com crescimento

GRÁFICO 3 – Aumentos líquidos da população mundial por períodos de 25 anos (1900-2100)

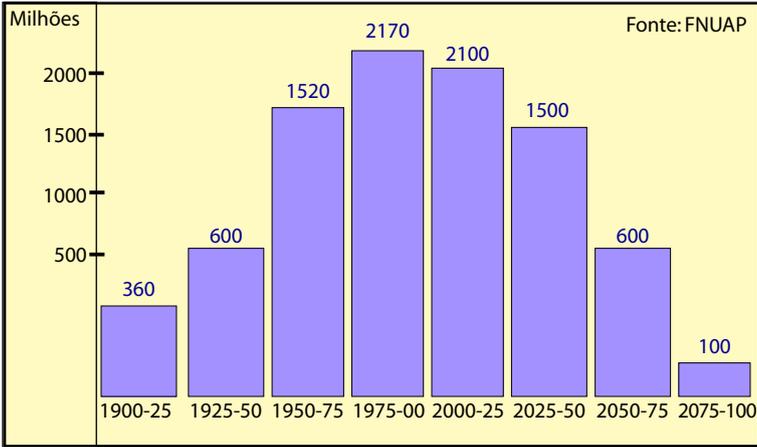
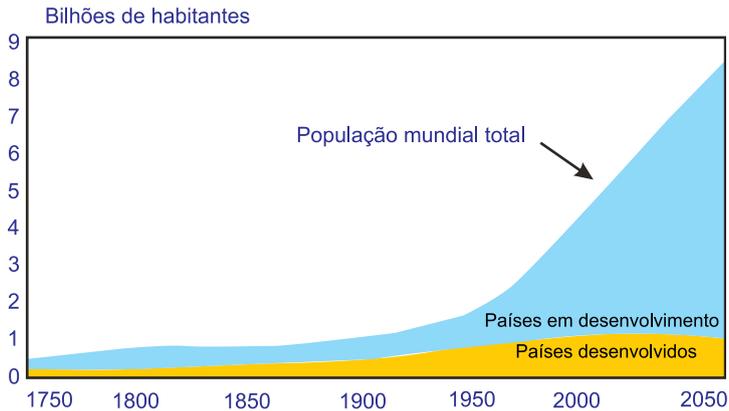


GRÁFICO 4 – População mundial, 1750-2050.



de 1,4% ao ano. A expectativa de vida era de 69 anos para os homens e 75 para as mulheres.

Tem-se evitado até agora uma crise malthusiana porque durante a última década a produção de alimentos tem crescido na mesma proporção que a população. Não obstante, a produção agrícola terá de elevar-se a uma média de pelo menos 3% para satisfazer às necessidades da população latino-americana e gerar os excedentes para exportação e para a agroindústria. Por outro lado, a população das cidades da América Latina cresce duas vezes mais rapidamente do que a população total, que já é uma das mais elevadas do mundo.

O Brasil alcançou em 2007, segundo o Censo Demográfico, 183,9 milhões de habitantes, residentes em 5.453 municípios com até 170 mil habitantes. Em comparação com o ano de 2000, o País ganhou 14 milhões de habitantes, correspondendo a um acréscimo de 8,2%. O Sudeste continua liderando as grandes regiões, com 77,8 milhões, seguido do Nordeste (58,5 milhões), Sul (26,7 milhões); Norte (14,5 milhões) e Centro-Oeste (13,2 milhões). Em termos relativos, o maior incremento no período foi no Nordeste com 22%, que conta com 26% de todos os habitantes do Brasil. Quem mais cresceu (depois do Nordeste) foi a Região Sul, com 9,4%. São Paulo continua sendo o Estado com maior população (39,8 milhões), seguido de Minas Gerais (19,2 milhões)

e Rio de Janeiro (15,4 milhões). No Nordeste, o estado mais populoso é a Bahia, com 14 milhões de habitantes. A cidade de São Paulo (zona metropolitana) é a maior do País, com 10 milhões, com o acréscimo de 4,3% em sete anos. A recordista de crescimento foi Brasília, com 16% de incremento, enquanto Fortaleza alcançou 11%.

Por fim, a esperança de vida (2005) de 72 anos, coloca o Brasil em 80ª posição no *ranking* de 192 países ou áreas, liderada pelo Japão, com 82 anos de vida média para sua população. Na região latino-americana e caribenha, Costa Rica se destaca com 78 anos de expectativa de vida.

TABELA 2 – Brasil: Indicadores Demográficos e Projeção da População – 1991/2030

Indicadores Demográficos	1995	2005	2015	2025
FECUNDIDADE				
Nascimentos (mil)	3.745	3.296	2.791	2.592
Taxa Bruta de Natalidade	23,65	17,97	13,88	12,09
Taxa de Fecundidade Total	2,72	2,02	1,64	1,59
MORTALIDADE				
Óbitos Totais (mil)	1.069	1.146	1.279	1.496
Óbitos de Menores de 1 ano	144.333	86.392	52.830	35.277
Taxa Bruta de Mortalidade	6,75	6,25	6,36	6,98
Esperança de Vida ao Nascer				
Total	68,50	72,05	74,90	77,30
Homens	64,74	68,35	71,30	73,83
Mulheres	72,46	75,93	78,68	80,95

FONTE: IBGE/DPE/Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeto UNFPA/BRASIL (BRA/02/P02)

Aspectos Estruturais da População

A duração da vida média humana tem aumentado consideravelmente. Isso decorre da diminuição das taxas de mortalidade graças ao progresso da Medicina e de melhorias nos níveis de renda, permitindo uma mais adequada alimentação e níveis higiênicos.

Há dois séculos, a expectativa de vida de um recém-nascido correspondia a uma média de 30 a 35 anos, mesmo nos países onde as condições sanitárias eram mais favoráveis. Daquela data ao presente, em muitos países, a vida média dos indivíduos tem duplicado,

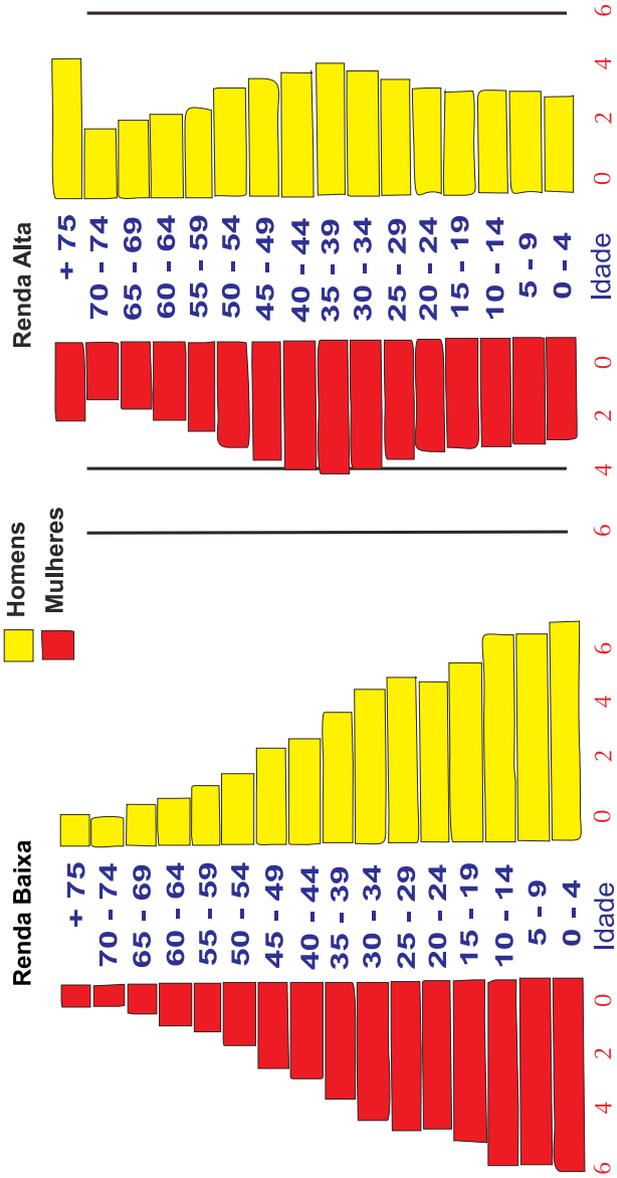
correspondendo os mais elevados índices às nações mais adiantadas. Nos países subdesenvolvidos, porém, tem sido menor o progresso nesse tocante, pois essas regiões são ainda carentes de recursos médicos e sanitários, na forma e na quantidade de suas necessidades.

A composição por idades, a distribuição da população economicamente ativa em relação à população total e por ramos de atividade constituem duas outras variáveis demográficas relevantes na problemática do desenvolvimento econômico.

Da análise da pirâmide populacional é possível conhecer se a população é jovem ou velha ou decadente, o que significa de certo modo se o país tem ou não aptidões para o desenvolvimento. No gráfico 5 encontram-se pirâmides populacionais dos padrões típicos desse fenômeno.

No tocante à estrutura de atividades da população, pode-se divisar também em que nível de desenvolvimento se classifica determinado país. Assim, quando a população de um país apresenta alta percentagem de mão-de-obra nas atividades primárias significa que se trata de uma nação subdesenvolvida. Inversamente ocorre quando se trata das atividades industriais ou de serviços, pois quanto mais elevada é a proporção dos trabalhadores nessas duas categorias, mais alto grau de desenvolvimento desfruta o País que apresenta tal situação.

GRÁFICO 5 – Pirâmides Popacionais



Nota: As faixas etárias da população obedecem um padrão que pode ser expresso na predominância de mais jovens na base do gráfico dos países subdesenvolvidos e de mais idosos nos países de renda alta (industrializados).

A tabela seguinte discrimina a população economicamente ativa de alguns países selecionados, mostrando de forma prática o que está sendo discutido neste item.

TABELA 3 – Distribuição da população economicamente ativa – 2005

Países	Setores		
	Agricultura	Indústria	Serviços
México	6	31	63
Austrália	3	28	69
Brasil	14	37	49
Estados Unidos	2	28	70

FORNTE: United Nation Organization. Anuário Demográfico, Washington, 2005.

Enfim, a população total de um País é significativa com relação ao consumo, mas não para a produção. Muitas pessoas são muito jovens ou idosas para trabalhar. Muitos estão física ou mentalmente incapazes de trabalhar. Muitos, portanto, dependem de outras pessoas. Outra proporção vive apenas da renda de suas propriedades e não trabalha.

A Qualidade da População

Além do mais, a máxima produção que uma nação pode obter dos seus recursos não depende do tamanho da sua população total nem mesmo de sua força potencial. A qualidade é essencial. E a qualidade é função basicamente da educação, da alimentação, estado sanitário, cultura e experiência. Por cultura, contudo, entende-se a maneira das pessoas encararem a vida. É essencial que elas sejam hábeis para trabalhar, tenham desejo de trabalhar, adotem novas ideias e métodos e possuam um significativo grau de espírito empresarial.

As nações utilizam-se de seus recursos humanos de maneira diversa, algumas mais eficientemente do que outras. Uma boa parte da explicação das diferenças do grau de desenvolvimento existentes entre as nações parece residir na forma adequada com que tais recursos são utilizados.

É crença geral dos estudiosos do assunto que os recursos humanos são distribuídos mais ou menos de maneira uniforme entre os países do mundo. Seria difícil provar o contrário, no que diz respeito aos recursos em potencial. O que tem havido são condições favoráveis para que em determinados países essas forças se liberem, enquanto em outros elas continuem estagnadas.

O Fator Humano na Produção de Bens

Trabalho é todo esforço humano e intelectual aplicado na produção de bens e serviços econômicos.

O número de pessoas existentes em um País é importante, mas o que prevalece significativamente é a quantidade dos que podem trabalhar e a qualidade da mão-de-obra especializada. Chega-se a denominar este fator de capital intangível, atribuindo-lhe muitas vezes maior destaque no processo de produção do que qualquer outro recurso. Países como a Alemanha, Japão, Israel, Estados Unidos, França e Inglaterra têm muitas pessoas com habilidades e treinamento nos campos da administração, Economia, engenharia; eletricitas, médicos, professores, em todos os campos do conhecimento.

Muitos fatores podem ser relacionados para explicar o desenvolvimento econômico desses países, mas inegavelmente deve-se reconhecer a grande contribuição que presta a essa finalidade os recursos humanos. A destruição da Alemanha e do Japão na Segunda Guerra Mundial parecia haver eliminado a possibilidade de recuperação desses países durante longos anos. A destruição do capital físico, porém, não limitou o potencial realizador dos povos. Em poucos anos, viram-se a Ale-

manha e o Japão recuperados e prósperos como jamais foram no passado.

Por outro lado, os milhões de pessoas da Índia, Paquistão e dos países africanos vivem submetidos a um sistema de pobreza e atraso econômico. Eles não produzem o suficiente para assegurar-lhes padrões de vida mais elevados, em parte devido à falta de capacitação e treinamento da sua mão-de-obra. Pode-se indicar também entre os recursos humanos a capacidade empresarial. E verdade que o homem de negócios ou o administrador representa um tipo especial de trabalhador. Suas atividades constam na organização dos três fatores de produção, na inovação e na capacidade de iniciativa aplicada a descobrir novos empreendimentos e atividades.

Deve-se estar advertido, ademais, que o trabalho é inseparável do homem, que possui uma consciência e que não é exclusivamente um meio de produção, senão o fim da própria Economia.

Potencial Humano e Tecnologia

A distribuição das ocupações da população ativa do futuro não será a mesma de agora. À medida que vai ocorrendo a adoção de novas tecnologias em toda a Economia aumenta a produtividade média e a renda por

habitante. Como decorrência desse fenômeno, ocorre transformação na composição da procura por bens de consumo. Diminui a demanda de produtos agrícolas e os serviços pessoais não qualificados e aumenta a demanda de produtos industrializados e serviços pessoais de melhor qualidade. Portanto, a indústria, o comércio, os transportes e os serviços qualificados, assim como o Estado, têm a função dinâmica de absorver a população excedente da produção primária e das atividades artesanais. Este mecanismo tem-se tornado um dos mais complexos desafios do crescimento econômico nos países em desenvolvimento.

Os problemas do desenvolvimento econômico são na realidade problemas de transição desses países para etapas superiores de técnica produtiva a fim de que toda a população ativa tenha a oportunidade de adquirir níveis de produtividade similar a dos países industrializados. A melhoria da produtividade depende desde logo da difusão da tecnologia mediante o aumento do capital por trabalhador e das aptidões para organizar esse processo. Como foi mencionado, nos países mais desenvolvidos a tecnologia se orienta cada vez mais para a Economia de mão-de-obra. E é esta mesma tecnologia que está sendo transferida ou concebida nos países como o Brasil. O resultado desse processo tem sido um desajuste entre o desemprego

da mão-de-obra excedente sem que as populações abundantes estejam preparadas para recebê-los. Registra-se então uma tendência da mão-de-obra desocupada ser precariamente utilizada. Isto representa um desperdício de fatores produtivos e pode motivar compreensíveis tensões sociais. Nem sempre esse fenômeno de mão-de-obra redundante se manifesta em cifras de desocupação aberta.

No censo do Nordeste do Brasil, onde temos trabalhado como economista profissional nos últimos trinta anos, a população sobrando fica subocupada com baixa remuneração ou dependente da agricultura familiar. Outros emigram para as cidades onde oferecem seus serviços não qualificados, geralmente na construção civil ou trabalhos domésticos.

Conceitos Usados na Demografia

Demografia – é a ciência que estuda a composição da população, segundo sua distribuição por sexo, idade, estado civil e características socioeconômicas, assim como os componentes que originam as modificações na referida composição, tais como, natalidade, mortalidade, migrações etc.

Taxa anual de natalidade – é a relação entre o número de nascimentos ocorridos em um país ou região,

durante um ano, e a população total desse país ou região neste período, por mil habitantes.

Taxa anual de mortalidade – é a relação entre o número de mortes ocorridas em um determinado lugar, durante um ano e a população total dessa área nesse período, expressa por mil habitantes.

Crescimento vegetativo – a diferença entre as taxas de natalidade e mortalidade constitui o crescimento vegetativo da população. A soma do crescimento migratório e vegetativo nos dá a taxa de crescimento demográfico total. No caso do Brasil, onde as imigrações provindas do exterior são diminutas, o crescimento vegetativo é praticamente igual ao crescimento demográfico total. Em um país como Israel, contudo, há um crescimento de 1,9% anual como resultantes das taxas de natalidade e mortalidade, enquanto o crescimento proporcionado pelas migrações é de 1,7%, ou seja, o crescimento geral é de 5,6% a.a.

Quando se considera a situação do ponto de vista estadual ou municipal, dá-se uma diferença entre dois tipos de crescimento, pois internamente ocorrem movimentos populacionais entre as áreas. No Brasil é comum este fenômeno, especialmente nos centros urbanos, pois os indivíduos são atraídos por perspectivas de melhores condições de vida nesses centros. Nas principais cidades do Nordeste, por exemplo, a

metade do crescimento populacional é decorrente dos movimentos migratórios.

População economicamente ativa – todas as pessoas que pelo seu trabalho contribuem para satisfazer necessidades individuais ou sociais são classificadas como exercendo atividade economicamente ativa. Desse modo, devem ser incluídos nessa classificação tanto os trabalhadores remunerados em moeda ou *in natura*, e os não remunerados que contribuem para a produção de bens e serviços em atividades extra domésticas. Assim como as pessoas que exercem atividades produtoras no lar ou para o lar, quer sejam remuneradas ou não. Alguns autores consideram também como economicamente ativas aquelas pessoas que estão sendo preparadas pelo estudo e aprendizagem para exercer mais tarde uma atividade econômica.

Diz-se que a população é potencialmente ativa quando se encontra em idade de trabalhar, quer esteja exercendo uma atividade econômica ou não.

PARTE TRÊS
TEORIA DA PRODUÇÃO

Na realidade, o grande problema da comunidade e de todos os sistemas econômicos organizados continua sendo o que produzir.



Os Problemas Centrais do Sistema Econômico

Devido à escassez dos recursos produtivos destinados à produção dos bens essenciais à satisfação das necessidades humanas, escolhas devem ser feitas continuamente entre alternativas para uso dos recursos. Este é o problema econômico central com que se deparam todas as sociedades. Especialmente três problemas pelo menos devem ser considerados por qualquer sociedade:

- a) Que tipos de produtos e serviços devem ser produzidos. Não seria necessário formular esta questão se todas as necessidades da população pudessem ser atendidas satisfatoriamente. Isto porém não acontece, porque, como se comentou, os recursos são escassos. Prioridades necessitam ser estabelecidas para identificar os produtos mais essenciais, e para escalonar os bens que possam ser produzidos imediatamente e os que devem ser postergados para depois. As decisões, por exemplo, sobre o uso que se deve fazer dos solos. Se convém serem utilizados para a produção de pastagens ou lavouras, para a construção de cidades ou florestamento. A decisão pode ser referente ao uso que se deve fazer do aço, para a fabricação de navios ou

caminhões de carga e automóveis, para bens de consumo ou de capital.

- b) Como os bens e serviços deverão ser produzidos. Os recursos produtivos podem ser combinados de diferentes maneiras. Nos países subdesenvolvidos, por exemplo, há grande quantidade de mão-de-obra não especializada e uma disponibilidade limitada de capital e de mão-de-obra especializada. As atividades agrícolas em um país desse tipo, naturalmente, tem por base o uso interino de mão-de-obra não especializada. A mecanização já se torna indispensável nos países desenvolvidos onde a mão-de-obra é escassa e o capital é mais abundante. O mesmo ocorre na construção de uma estrada, aeroporto e no setor industrial. As decisões tecnológicas existem, portanto, em qualquer sistema, quer ele seja subdesenvolvido ou adiantado. Por outro lado, a escolha da tecnologia por vezes afeta a um nível macroeconômico, principalmente quando se trata de programas governamentais ou quanto às políticas nacionais e locais de desenvolvimento econômico. No âmbito das empresas, porém, é onde se verifica mais frequentemente a necessidade de opção tecnológica. O objetivo de lucro

e a capacidade competitiva da empresa é o que orienta a decisão final sobre a tecnologia a ser adotada. Diz-se, por isso, que a questão sobre como produzir é ditada em última instância pelas forças de mercado. Isto, naturalmente, em um sistema econômico de empresas capitalistas. Nos sistemas de planificação centralizada, a decisão é tomada unilateralmente pela comissão de planejamento ou diretamente pelo governo. A experiência tem demonstrado que a primeira modalidade é a mais racional e “econômica” maneira de identificar a tecnologia adequada. Reconhecendo isto é que os países de Economia estatal estão progressivamente introduzindo mecanismo de inspeção do mercado para orientar os planejadores nas decisões sobre como produzir.

- c) Para quem os bens e serviços devem ser produzidos é a terceira questão fundamental que deve ser respondida em qualquer sociedade. Quem serão os consumidores de televisão, automóveis, roupas, alimentos, moradias, serviços médicos, escolas e Universidades; enfim, de tudo que o sistema econômico produz. No caso do Brasil, os milhões de pessoas que habitam este país nas zonas rurais e urbanas, nas pequenas cidades

do interior ou radicados nas grandes metrópoles. A participação que cada um terá no consumo desses bens, contudo, dependerá do nível de renda que possua. A distribuição da renda existente entre essas pessoas é que irá definir os “pobres” e os “ricos”, os que têm capacidade de comprar automóveis ou somente alimentos. Novamente aqui é o mercado que funciona como elemento para resolver este problema. Não obstante, políticas como a de integração social atualmente adotada no Brasil visam como objetivo último integrar ao mercado pessoas que estavam marginalizadas do consumo de muitos produtos.

Decisões Econômicas e a Lógica da Escolha

As pessoas estão constantemente decidindo como utilizarão seu trabalho, propriedades e como elas despendem os seus rendimentos. Milhões de cada uma dessas decisões são tomadas cada dia. Estas decisões determinam a natureza e a extensão da atividade econômica, e constituem as forças de mercado as quais operam o sistema ou mecanismo de preços.

Por outro lado, as decisões tomadas por alguém hoje podem afetar os preços e talvez induzir outras

pessoas a agir diferentemente amanhã face às mudanças nos preços. As decisões econômicas podem referir-se a decisões individuais ou decisões empresariais. Quatro tipos de decisões pessoais podem ser destacadas:

1. Um homem pode decidir como ele vai dividir o seu tempo entre trabalho remunerado e lazer e escolher entre um tipo de trabalho ao invés de outro.
2. Ele deve decidir quanto de sua renda irá gastar sobre o consumo presente, e quanto irá economizar, a fim de prever o futuro.
3. Ele deve decidir em que forma irá conservar suas poupanças, como distribuirá o total de suas poupanças entre diferentes tipos de Economia.
4. Ele deve decidir como distribuir suas despesas entre diferentes bens de consumo, tais como, alimentos, roupas, calçados, teatros etc.

A palavra decisão, aliás, sugere escolha feita deliberadamente após cuidadoso exame de aceitação e rejeição de possíveis usos alternativos. Na verdade, muitas decisões, contudo, são feitas espontaneamente, sob o impacto do momento, enquanto outras talvez não deviam ser chamadas decisões no consenso geral por que elas resultam de hábitos formados no passado, ou decorrem de imitação do que outras pessoas fazem.

Entretanto, as decisões das empresas são tomadas por pessoas ou comitês que controlam a política da firma. A empresa deve decidir, como já foi comentado anteriormente, sobre o que deve produzir e em que quantidade, como produzir ou que métodos de produção devem ser adotados e para quem produzir.

Na realidade, o grande problema da comunidade e de todos os sistemas econômicos organizados continua sendo o que produzir. Os membros de qualquer sistema desejam consumir bens, mas é quase impossível prover todas as necessidades de bens de consumo de modo a possibilitar um alto padrão de vida, como todos gostariam. Isto não é possível, todavia porque os recursos necessários para a produção de todos os bens que fossem desejados são escassos e se destinam a diversos outros usos alternativos.

Possibilidades de Produção

O problema que se apresenta em cada sistema econômico quanto à decisão do que produzir está diretamente relacionado com as disponibilidades de recursos em capacidade disponível e o montante das necessidades a satisfazer. No caso em que a Economia se encontra em subemprego efetivo, evidentemente é possível aumentar a produção simultaneamente em diversos setores sem

prejuízo do atendimento de nenhum deles. Quando a Economia, porém, se encontra em pleno emprego e plena produção não é possível tal procedimento. Somente se poderá aumentar a produção em um setor determinado, desistindo de produzir em outros setores.

Em um sistema econômico primitivo tais escolhas são realizadas pelos hábitos e costumes da população. Nas economias estatais cabe tal incumbência ao Departamento de Planificação Central e ao Governo, enquanto nas economias de livre empresa as decisões a este respeito são tomadas pelo sistema de mercado ou pelas forças da oferta e da procura. Por fim, nas economias de empresas mistas tanto o mercado como as diretrizes governamentais são importantes para este fim.

Para exemplificação do problema da lógica da escolha quanto ao que produzir encontra-se a seguir exposta uma situação em que um país teria de realizar opções entre a produção de bens de consumo e de bens de capital. Admitem-se também para este modelo que inicialmente a tecnologia seria constante e que os fatores de produção teriam pouca mobilidade. Desse modo, a equação da produção seria:

$$\text{Produção Total} = \text{Bens de consumo} + \text{Bens de capital}$$

A escala de possibilidades de produção é dada no gráfico 6 e as correspondentes curvas de possibilidades

de produção pelo gráfico 7. Tanto a escala referida como o gráfico citado mostram que se todas os recursos fossem utilizados na produção de bens de consumo, 30 milhões de unidades seriam produzidas. No outro extremo, se todos os recursos fossem devotados a produção de bens de capital, o total da produção montaria a 5 milhões de unidades e nenhuma produção dos outros bens. Entre estas duas situações encontram-se as diversas alternativas que poderiam ser adotadas conforme as conveniências econômicas sociais e políticas em consideração.

TABELA 4 – Alternativas de possibilidades de produção (em milhões de unidades)

Combinações	Bens de Capital	Bens de Consumo
A	0	30
B	1	28
C	2	24
D	3	18
E	4	10
F	5	0

Lei dos Custos Crescentes

Como pode ser observado na tabela 5, à proporção que vai aumentando a produção de bens de capital torna-se necessário desistir progressivamente de mais quantidades de bens de consumo. Em outras palavras, os custos da produção adicional de bens de capital são os sacrifícios que devem ser feitos ao suprimento de bens de capital.

GRÁFICO 6 – Curvas de Possibilidades de Produção

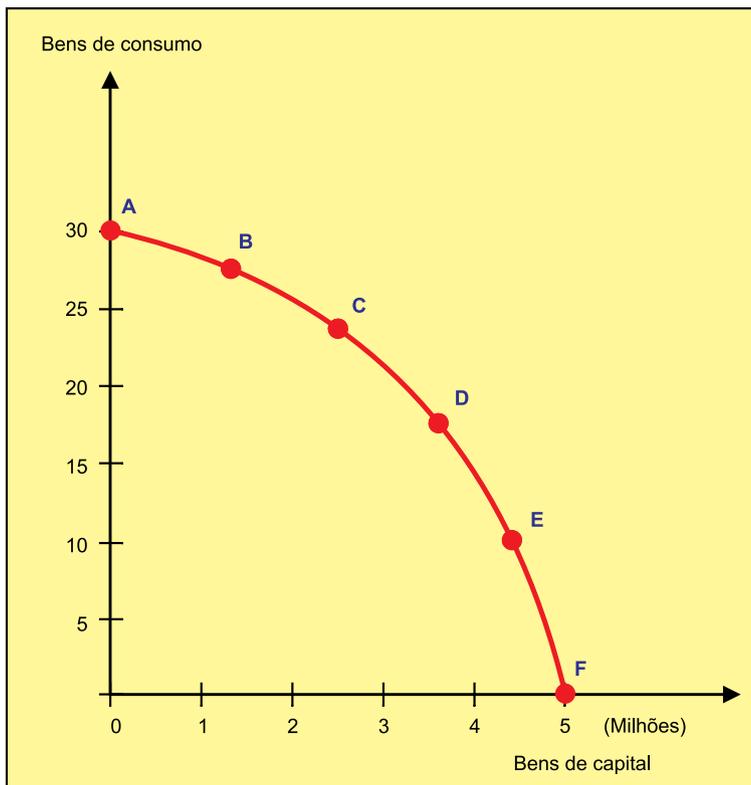


TABELA 5 – Variações na Produção de Bens de Capital e de Consumo (em milhões de unidades)

Mudanças na Combinação	Bens de Capital	Bens de Consumo
A para B	1	-2
B para C	1	-4
C para D	1	-6
D para E	1	-8
E para F	1	-10

Este fenômeno de aumento de sacrifícios constitui a mais importante Lei da Economia, isto é, **A Lei dos Custos Crescentes**.

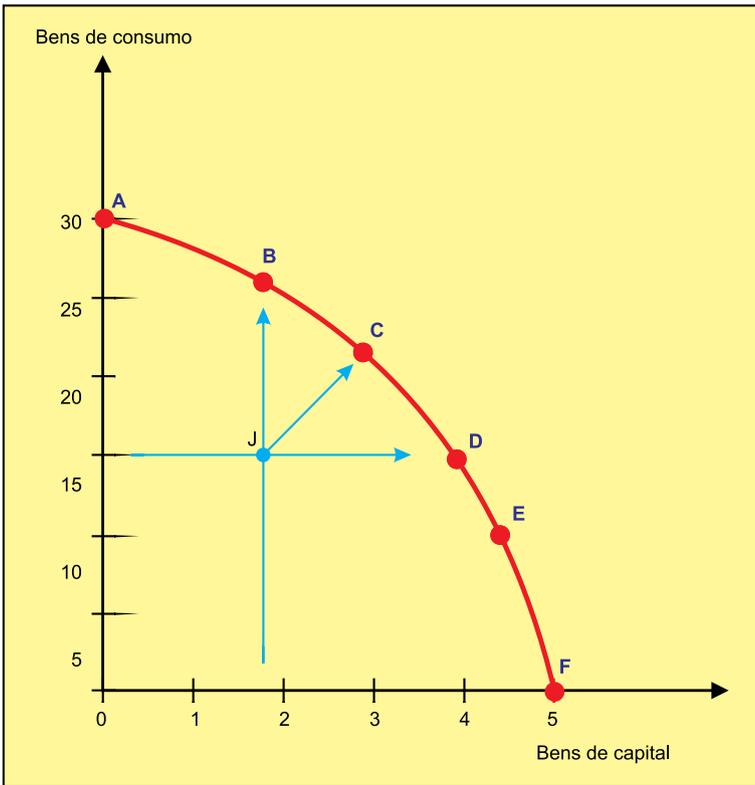
O fato relevante que explica o comportamento dessa lei reside na circunstância de que os fatores de produção não se adaptam para todos os usos alternativos. A manufatura de bens de capital exige determinados tipos de habilidades e de mão-de-obra especializada, enquanto que a produção de bens de consumo alimentícios, por exemplo, necessita de grande quantidade de recursos naturais.

Desse modo, a tentativa de mobilização de fatores de um setor para outro resultará na escassez de determinados recursos que, em combinação com os demais disponíveis, passarão a apresentar retornos decrescentes. Vale destacar que os custos crescentes são expressos em sacrifícios de um produto em relação a outro, enquanto os rendimentos decorrem da relação dos fatores de produção resultante. No caso dos custos crescentes operam as duas leis simultaneamente.

Toda a situação descrita até agora tomou por base um modelo de pleno emprego e plena produção. Admitindo-se, porém que o sistema econômico esteja em desemprego, conforme indica o gráfico 7 no ponto assinalado por J, diversas possibilidades de produção surgem sem que se torne necessário fazer sacrifícios,

conforme descrito na parte anterior quando se supôs a existência de uma situação de pleno emprego.

GRÁFICO 7 – Movimento alternativo de produção em situação de desemprego.



A partir de J de desemprego pode verificar-se um aumento de produção de bens de consumo até a fronteira de possibilidades de produção correspondente ao ponto

C, sem haver necessidade de sacrifício da produção de bens de capital. O mesmo ocorre quanto ao aumento da produção dos bens de capital, que se deslocaria do ponto **J** até o ponto **D**. Por fim ainda restarão diversas alternativas entre os pontos **C** e **D**, indicado no gráfico 6 nos quais é possível incrementar a produção de ambos os bens simultaneamente.

Em resumo: a curva de possibilidade de produção ilustra como a escassez de fatores de produção criam um limite para a capacidade de produção de uma empresa ou país.

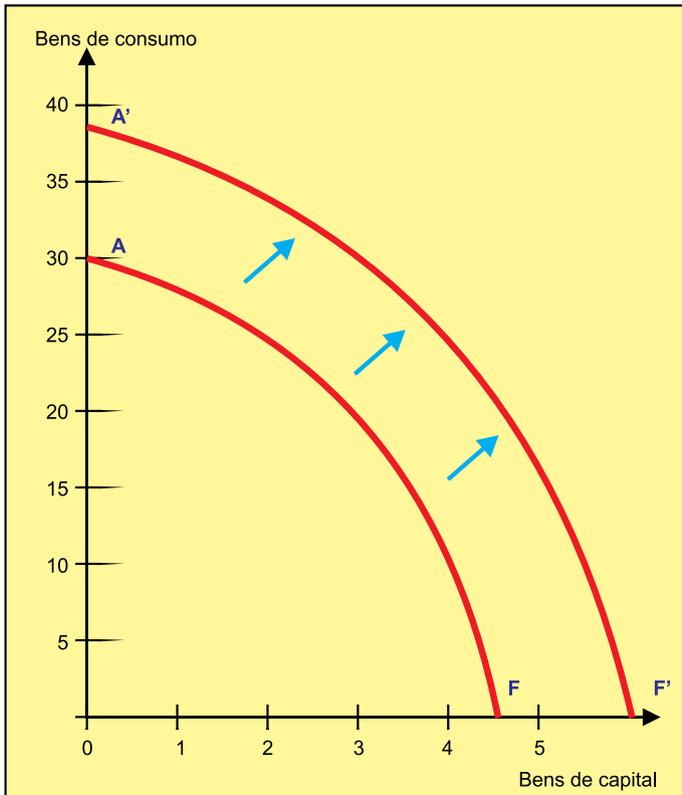
Tecnologia e Crescimento

O modelo proposto inicialmente era de curto prazo. Por isso supunha que os recursos disponíveis eram relativamente fixos, assim como a tecnologia era constante desde que a sua adoção exige períodos mais longos. No caso, porém, em que os recursos possam ampliar-se e a tecnologia mude a curva de possibilidades de produção poderá se deslocar para fora, conforme indica o gráfico 8, isto é, a fronteira de pleno emprego que era de **A** a **F** passará para **A'** **F'** incrementando a produção em toda a sua amplitude.

As razões que explicam o deslocamento indicado neste gráfico têm duas origens. A melhoria da tecnologia

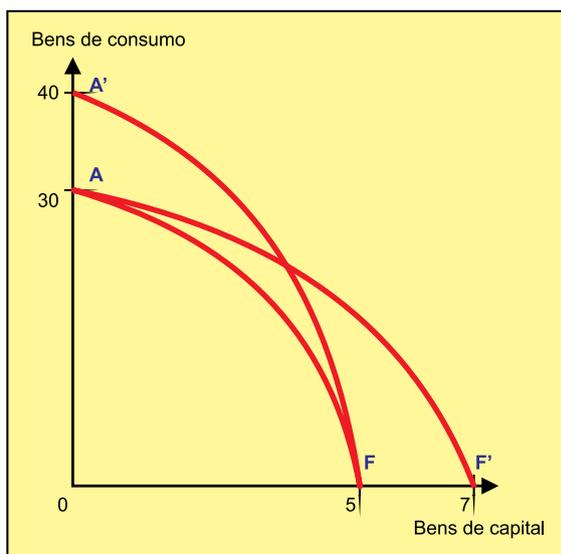
permitiu o aumento da capacidade produtiva mesmo com uma quantidade fixa de fatores dados, enquanto, ao mesmo tempo, é óbvio que a ampliação dos fatores mesmo com tecnologia constante pode resultar em igual comportamento. No caso em apreço pode verificar-se a combinação dos dois fenômenos.

GRÁFICO 8 – Expansão das possibilidades de produção com nova tecnologia



Deve-se destacar, contudo, que as inovações tecnológicas não podem ser introduzidas semelhantemente em todos os setores. Admitindo-se, por exemplo, que os recursos sejam mantidos constantes, enquanto as melhorias tecnológicas se verificaram apenas em relação aos bens de capital, a curva de possibilidades de produção pode apresentar a seguinte configuração. Isto é, uma mudança da posição de **AF** para **AF'**, conforme indica o gráfico. Fazendo o mesmo raciocínio com relação agora aos bens de consumo, ocorreria a mudança de **AF** para **A'F**.

GRÁFICO 9 – Expansão das possibilidades de produção com nova tecnologia



Vale acrescentar, ademais, que deve entender-se por tecnologia o conhecimento de como usar os recursos. Historicamente, porém, tecnologia e formação de capital têm sido formados conjuntamente. Em uma Economia primitiva, os conhecimentos tecnológicos são simples, assim como os bens de capital, que se resumem a apenas poucos instrumentos. As sociedades industriais modernas, contrariamente, tal como conhecemos, possuem grande estoque de capital elaborado de inumerável tipo.

O progresso tecnológico consiste de três componentes: 1) desenvolvimento de ciência pura, 2) invenção e 3) inovação. O progresso tecnológico tem possibilitado a produção de variados tipos de bens e serviços e reduzido os requerimentos de mão-de-obra para produzi-los.

O desenvolvimento da ciência pura e da invenção dependem da existência de um grande número de indivíduos educados, habilitados e desejosos de devotarem-se a este trabalho. A comunidade deve estar possuída de suficiente iniciativa individual e empresarial para experimentar e utilizar as novas invenções. O sistema de mercado competitivo tem proporcionado um grande estímulo para a invenção e a inovação. Em suma, variadas condições institucionais devem estimular o progresso: a) educação da população b) liberdade de pensamento e comunicação c) competição e iniciativa individual e empresarial d) recursos financeiros substanciais e) uni-

dades econômicas bastante grandes para a organização da pesquisa f) um extenso mercado.

A Delimitação da Fronteira da Produção

Como ficou evidenciado no item anterior, a seleção ou escolha dos bens que devem ser produzidos em um sistema econômico envolvem dois problemas básicos. Em primeiro lugar, há necessidade de saber-se quais são os bens e em que quantidades podem eles ser produzidos com os recursos disponíveis e, em segundo lugar, quais desses bens devem ser produzidos face às políticas econômicas estabelecidas ou às necessidades indicadas pelo sistema econômico.

A fronteira delimitante para as opções a serem feitas estão adstritas às condições de pleno emprego ou subemprego do sistema econômico em causa. Evidentemente, quando se trata de uma situação em que os fatores de produção estão ociosos, muitas são as alternativas que se apresentam para a expansão da produção. Diferentemente ocorre, contudo, quando a Economia se encontra operando com plena utilização de sua capacidade produtiva, pois o aumento da produção de um setor deverá se fazer às expensas da desistência na produção de determinados produtos. É necessário, porém, que se esteja

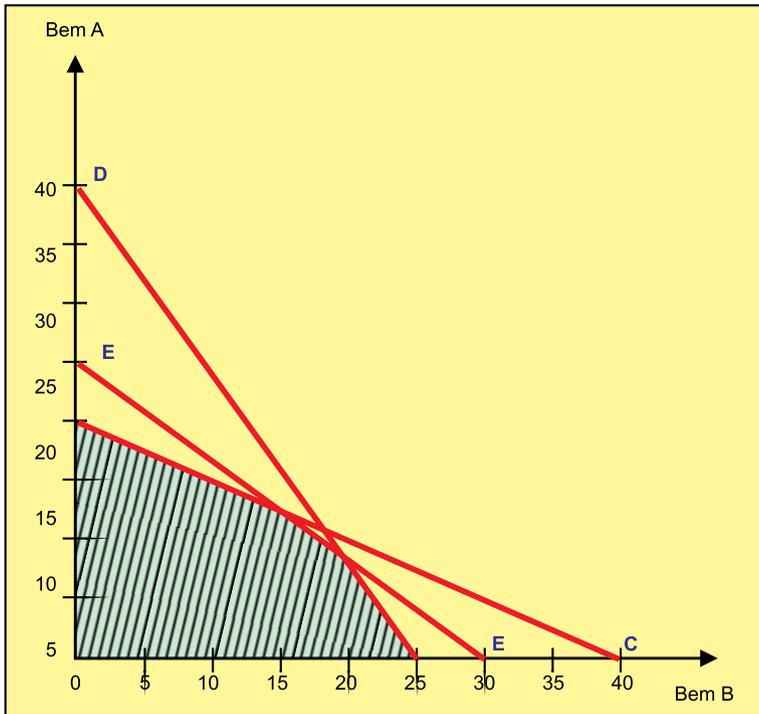
consciente de que, ao se definir os limites alternativos da produção nesse modelo de pleno emprego, não se está presumindo uma utilização total e simultânea de todos os fatores, mesmo considerando a hipótese de um nível tecnológico inalterado. A concepção de pleno emprego e plena produção se refere a uma situação limítrofe em que todos os fatores de produção se combinam com vista à produção.

A combinação de fatores que se mencionou, conseqüentemente, pode haver motivado o abandono de determinadas reservas de fatores, pela impossibilidade de uma combinação adequada face ao nível tecnológico dominante e a disponibilidade limitante de um ou mais dos fatores. A quantidade de terras, por exemplo, pode ser superior ao que se pode efetivamente utilizar, pois os dois fatores complementares, capital e mão-de-obra não seriam suficientes para uma total utilização dos recursos de terra. A mesma situação pode verificar-se com relação aos demais fatores.

Desse modo, a fronteira de produção em situação de pleno emprego é delimitada pela área em que as disponibilidades de fatores podem ser combinados, conforme indica o gráfico 10. A melhor habilitação da mão-de-obra para a produção do Bem (A) do gráfico citado, por exemplo, poderia resultar em uma dilatação da fronteira agrícola sem que se tornasse necessário

mudanças nos fatores terra e capital, que estão ociosos quanto à produção desse bem (A), devido às limitações da mão-de-obra.

GRÁFICO 10 – Área da fronteira da produção



Nota-se pelo gráfico acima que a delimitação da área da Fronteira da Produção do Bem A e do Bem B é representada pela superfície chureada determinada pelas alternativas de produção das linhas C, D e E.

A Função de Produção

Os problemas relacionados com a distribuição dos recursos e a determinação do ótimo de produção são algumas das questões de importância considerada dentro da teoria da produção.

Conforme já foi definido, produção abrange todas as atividades da qual resultam mercadorias e serviços destinados à satisfação dos desejos e necessidades. Do ponto de vista da teoria da produção pode-se definir também produção como sendo a relação funcional entre os fatores e serviços utilizados no processo produtivo e a quantidade de produto resultante: Esta relação funcional pode ser expressa matematicamente do seguinte modo:

$$P = f (X_1, X_2, X_3, \dots X_n)$$

P = quantidade total da produção (variável independente)

f = função de ...

$X_1, X_2, X_3, \dots X_n$ são as quantidades de fatores (n) utilizados como "inputs".

As relações entre fatores e produção são denominadas de Função de Produção, correspondendo em Economia a um aspecto puramente tecnológico, isto é, trata de aspectos unicamente físicos. A função de produ-

ção, com um só fator variável, *ceteris paribus* pode ser expressa algebricamente da seguinte maneira:

$P = f(X_1 / X_2, X_3 \dots X_n)$, onde os fatores à direita da barra transversal constituem a unidade técnica.

Quando os fatores de produção são expressos monetariamente, transforma-se o estudo para o campo da teoria dos custos, o que será estudado no capítulo sobre microeconomia. A mensuração da produção pode ser realizada de três maneiras diferentes, isto é, como produto total, produto médio e produto marginal.

Produto total – corresponde à soma de todas as unidades produzidas em um período determinado de tempo. A curva da função de produção corresponde à curva do produto físico total (PFT), conforme indica o gráfico 11.

Produto médio – O produto físico médio (PFMe) é o produto total (PFT) dividido pela quantidade do fator variável (X_1).

$$\text{PFMe} = \text{PFT} / X_1$$

PFMe, conforme pode ser visto no gráfico seguinte, em um ponto qualquer (A) corresponde ao valor da tangente ao ângulo formado pelo eixo das XX e que liga a origem (0) ao ponto qualquer (A). A representação gráfica da curva do PFMe tem início na origem dos eixos e se

eleva até o ponto de abscissa (D), onde é alcançado o ponto de maximização da tangente trigonométrica do ângulo. O PFMe passa a decrescer a partir desse ponto, tornando-se igual a (0) quando o PFT for nulo.

Produto Marginal – é a mudança na produção total resultante do uso de mais ou menos unidades de um fator variável, enquanto as quantidades dos demais fatores permanecem constantes. Em outras palavras, a taxa de transformação do fator (X_1) no produto (P) é chamada de produtividade física marginal de X_1 (PFMax). Simbolicamente se pode expressar essa relação na sua forma geral do seguinte modo:

$PFMa = \lim_{\Delta x \rightarrow 0} P / X = dP / dx$, isto é, a produtividade física marginal de X_1 corresponde à mudança da função pelo acréscimo da variável, quando tal acréscimo tende a um valor limite.

De modo geral, diz-se que o produto marginal enésima unidade de algum fator é a diferença entre o total da produção quando (n).unidades e quando (n-1) unidades deste fator são empregadas, *ceteris paribus*.

Em símbolos:

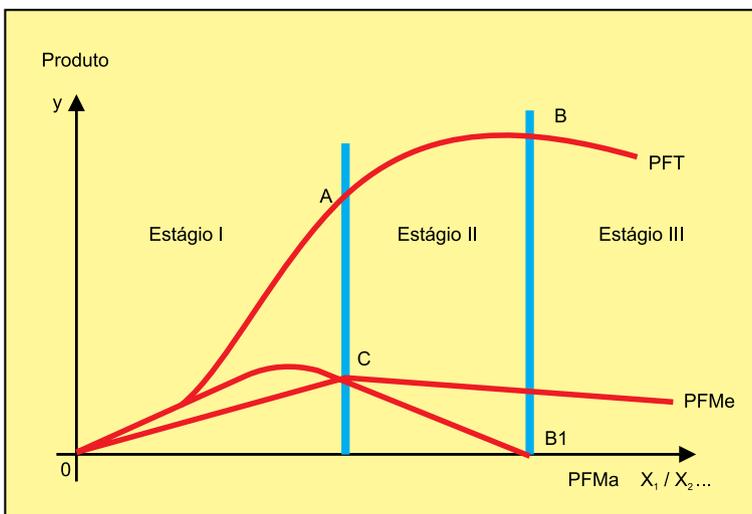
$$PFMa = P_n - P_{n-1}, \text{ onde}$$

PFMa = Produção marginal nos enésimos termos do fator variável.

P_n = É o total de produção num período de tempo resultante do uso de (n) unidades do fator variável.

P_{n-1} = É o total de produção sobre o mesmo período de tempo resultante do uso de (n-1) unidades do fator.

GRÁFICO 11 – Fases da produção: relações entre o produto físico total, médio e marginal



Em forma gráfica, o PFMa, em um ponto qualquer, corresponde a inclinação da tangente à curva do PFT nesse ponto. O PFMa é máximo quando, a partir da origem dos eixos, atinge o ponto de inflexão da curva do PFT (A). Quando o PFT atinge o seu ponto máximo o PFMa é nulo, passando a ser negativo proporcionalmente aos decréscimos do PFT. O PFMa é igual ao PFMe no ponto

(B), sendo que antes desse ponto o PF_{Ma} era maior do que o PF_{Me} , invertendo-se a posição a partir daí.

Fases da Produção – são estágios de variação no Produto Físico Total quando se acrescentam unidades consecutivas do fator variável.

- Estágio I – Da origem (O) ao ponto (a) a produção é caracterizada pelos retornos médios crescentes em relação ao fator variável. Dentro desta amplitude de produção existem regiões de retornos marginais crescentes e decrescentes até o ponto onde a produtividade média atinge o ponto máximo e se iguala com a produtividade marginal.
- Estágio II – A produção deste estágio abrange a amplitude que começa quando a $PF_{Me} = PF_{Ma}$ e termina a $PF_{Ma} = O$. A área compreendida entre os dois pontos referidos representa a amplitude racional de produção tendo em vista que é unicamente nesta região que se obtém a maximização dos retornos. Mais precisamente a máxima produção física é representada pelo ponto em que a produtividade física marginal do fator (PF_{Ma}) é igual a zero. A decisão econômica racional de maximização de lucros monetários, contudo, somente pode ser determinada através da função de produção expressa monetaria-

mente, de modo que a decisão poderá se situar dentro de qualquer um dos pontos encontrados dentro do estágio II.

- Estágio III – A partir do ponto B_1 qualquer acréscimo do fator aplicado resultará em decréscimo da produção, pois a produção física marginal a partir deste ponto é menor do que zero ($PFMa = O$).

Efeitos da Combinação Variável de Fatores e os Rendimentos Decrescentes

A análise feita no item anterior identifica uma das mais importantes Leis da teoria da produção, isto é, a Lei dos Rendimentos Decrescentes³ que é enunciada da seguinte maneira: Se a tecnologia de produção permanece invariável e unidades sucessivas de um determinado fator de produção fosse aplicado em combinação com outros agentes produtivos fixos, a produção média por unidade de fator variável, após um certo ponto, começa a declinar.

O ponto de máxima produção média é chamado de ponto de retorno decrescente ou ponto de diminuição da produtividade. Em suma, esta Lei indica que os fatores de produção não são perfeitamente substituídos pelos outros. Vale salientar, porém, que a validade da Lei dos Rendimentos Decrescentes somente se manifesta rigorosamente quando certas condições são estabelecidas, como sejam: 1) sucessivas unidades de um fator variável são usadas em combinação com quantidades fixas de outros fatores; 2) outra hipótese é que os fatores são de uma qualidade dada e são combinados com os métodos de produção conhecidos.

De acordo com uma experiência hipotética apresentada na tabela seguinte pode-se observar como opera

³ A Lei dos Rendimentos Decrescentes é também conhecida como Lei da produtividade decrescente ou Lei dos Rendimentos não proporcionais.

a Lei dos rendimentos decrescentes. Supõe-se, para este exemplo, que o fator fixo consiste de uma área agrícola de 10 hectares dispondo de determinados instrumentos agrícolas e que fossem aplicadas diferentes quantidades de fator trabalho, a fim de obter uma variação na produção de um certo artigo, digamos algodão.

Aplicando-se sobre esta área quantidades variáveis de força de trabalho em termos de semana em uma estação resultaria tal combinação de fatores nos momentos iniciais em aumentos mais do que proporcionais à aplicação dos fatores variáveis, mas em certo ponto, apesar da produção continuar crescendo, tal acréscimo é menos do que proporcional ao uso dos fatores e, em termos médios e marginais, a produção começa a cair.

Para as colunas (A) e (B), não se torna necessário explicações, enquanto a coluna (C) indica a produção média por unidade de trabalho empregada. É uma média aritmética simples calculada pela divisão da produção total pelo número de semanas de trabalho em cada um dos onze casos indicados. Por produção marginal (coluna D) entende-se como sendo a produção adicional que resulta, em cada caso, do uso adicional de trabalho ou do fator variável. Por exemplo com 2 *inputs* de trabalho a produção total é de 10 toneladas. Com mais um fator de trabalho adicional, portanto 3 unidades de fator trabalho, resulta uma produção de 18 t, ou seja, mais 8 t.

Este é o produto marginal, enquanto 6 t/ha é a produção média de milho por área cultivada. Vale ressaltar mais uma vez que o produto total cresce sucessivamente em toda a extensão do exemplo dado, isto é, de (1) a (11) unidades do fator variável (mão-de-obra). O mesmo não ocorre, porém, com a produção média e marginal. De fato, ao passar-se de 4 para 5 unidades semanais de mão-de-obra a produção marginal começa a cair até tornar-se negativa na 2ª unidade de mão-de-obra. Por sua vez, a produção média também começa a declinar a partir da aplicação da 6ª unidade de mão-de-obra, portanto em etapa posterior à inflexão da produção marginal.

TABELA 6 – Exemplo hipotético dos rendimentos decrescentes

Área Hectares	(A) Utilização de mão-de-obra (semana)	(B) Produção total de milho (t)	(C) Produção média (t/ha)	(D) Produção marginal (t)
10	0	0	–	–
10	1	1	4,0	4
10	2	10	5,0	6
10	3	18	6,0	8
10	4	28	7,0	10
10	5	36	7,2	8
10	6	39	6,5	4
10	7	42	6,0	3
10	8	44	5,5	2
10	9	45	5,0	1
10	10	45	4,5	0
10	11	44	4,0	-1

Fatores de Produção

A produção de bens e serviços necessita de recursos. Como se sabe, os recursos econômicos são escassos em relação às infinitas necessidades da população e das atividades econômicas. É importante que o uso desses recursos seja feito de modo a maximizar a produção resultante.

Os economistas classificam os fatores de produção em três tipos: capital, terra e trabalho. Terra são os recursos naturais disponíveis para o processo produtivo. Trabalho é o insumo humano, correspondente no caso do Brasil, a população economicamente ativa. Um importante ponto deve ser lembrado acerca do trabalho como recurso. Nem todos os trabalhadores possuem as mesmas qualificações. Alguns são mais produtivos do que outros, devido ao nível de educação, treinamento e experiência adquirida. Assim, ao falar de capital humano os economistas estão se referindo à qualidade dos recursos do trabalho, que pode ser melhorada através de investimentos em educação, treinamento e saúde.

Quanto ao capital, são diversos os significados atribuídos a este termo, inclusive como um instrumento para operacionalizar os negócios. Mas do ponto de vista da teoria da produção, capital tem o significado de investimento em bens que podem produzir outros

bens no futuro. Ou seja, capital se refere a máquinas e equipamentos, estradas, fábricas, escolas, instrumentos necessários para a produção de bens e serviços. As modernas economias industrializadas possuem um grande montante de capital, o qual está em contínuo crescimento. Os investimentos são determinantes para o crescimento de um país a longo prazo.

Metodologicamente é feita essa classificação do capital em fixo e circulante ou de trabalho. O capital fixo é estimado em máquinas, fábricas, área, tecnologia, edifícios e todos os bens destinados ao incremento do potencial produtivo futuro. Os economistas também incluem nessa categoria o capital social dado pelos investimentos governamentais tais como escolas, universidades, hospitais e a rede rodoviária. No caso do capital trabalho, são incluídos o estoque ou componentes que também irão ser utilizados na produção de bens de consumo final.

Muitos economistas nas últimas décadas mencionam a capacidade empresarial (*entrepreneurship*), capital individual ou mesmo liderança como um quarto fator de produção. Este capital humano corresponde à capacidade empreendedora, que organiza os três fatores básicos de produção (capital, trabalho e terra) e assume riscos com a participação de seus recursos monetários e financiamento de capital de terceiros.

Esse processo é referente às economias de mercado, ou chamadas capitalistas. Em uma Economia de planejamento central (socialista), os planejadores decidem como combinar os fatores de produção.

Tais distinções conceituais foram desenvolvidas pelos economistas clássicos da Economia política, incluindo-se geralmente os trabalhos de Adam Smith, 1776, David Ricardo, 1817; e as contribuições de Karl Marx e John Stuart Mill. Os economistas clássicos desenvolveram a teoria do valor trabalho como parte da teoria da distribuição, mas Karl Marx no seu livro **O Capital** trata os fatores de produção apenas como elementos físicos.

Contemporaneamente, a análise econômica ressalta de modo objetivo a distinção entre bens de capital e outras formas de capital, como capital humano. A mais recente expressão é “capital intelectual”. Durante a idade da informação (cerca de 1971-1991), da idade do conhecimento (1991-2002) e pensamento (2002-presente), os fatores primeiros de produção tornaram-se menos conservadores. Os novos fatores de produção são o conhecimento, colaboração e processo de engajamento. Como esses modernos fatores de produção tornaram-se abstratos, a presente idade econômica tem sido chamada de “Economia intangível”. É importante diferenciar entre fatores econômicos tangíveis e intangí-

veis das economias convencionais e modernas. Os conceitos de fatores de produção devem ser considerados de conformidade com a era econômica da sociedade. Por exemplo, a terra era o fator de produção chave da era da Agricultura (fisiocrata).

Para efeito prático, é bom saber-se que para os cálculos do Sistema de Contas Nacionais do Brasil prevalecem conceitos específicos do significado de capital. Ou seja, formação de capital fixo é o acréscimo ao estoque de bens duráveis destinados ao uso das unidades produtivas, realizados em cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do país.

A formação de capital fixo do Brasil em 2005, foi de R\$ 351 bilhões, correspondente a 19% do Produto Interno Bruto, aumento de 1,6% em relação ao ano anterior.

As classificações de capital usado em várias teorias econômicas são:

- Capital financeiro, que representa obrigações, é liquidado comercialmente como dinheiro e é de propriedade de entidades legais. É uma forma de título de posse comercializado em mercados financeiros.
- Capital natural é inerente a sistemas ecológicos e protegido por comunidades para suportar a vida como, por exemplo, lago que fornece água à cidade.

- Capital de infra-estrutura é o sistema não natural de suporte às atividades humanas (por exemplo, vestimenta, moradias, estradas) que minimizam a necessidade por seguridade social.
- Capital humano surge do investimento em educação e conhecimento. A teoria do desenvolvimento humano reconhece que ele é composto de elementos relacionados a aspectos sociais e criativos.

Apesar de ainda ser possível calcular a ideia de capital humano do ponto de vista macroeconômico como salário, ele é raramente usado no planejamento do investimento. O capital humano é visto de maneiras diferentes por aqueles que acreditam que ele é fruto do investimento ou por aqueles que acreditam que ele é vítima da exploração.

Diversos autores descreveram os termos capital natural e capital social. Estes termos refletem um consenso que a natureza e sociedade funcionam de maneira similar. Em particular, eles podem ser utilizados na produção de outros bens, não são consumidos durante o processo de produção e podem ser melhorados.

PARTE QUATRO

MERCADOS E O PAPEL DOS PREÇOS NA ECONOMIA

As pessoas têm necessidades
diferentes e exercem a sua
preferência no mercado



O Papel dos Preços em Nosso Sistema Econômico

Os consumidores possuem múltiplas necessidades que esperam satisfazer comprando bens e serviços. Muitas pessoas, contudo, não possuem capacidade econômica para adquirir todas as coisas de que necessitam e por isso têm de escolher aquelas que lhes são mais essenciais. Este processo de escolha também se aplica aos que são mais dotados pela fortuna, pois as necessidades crescem mais depressa do que os meios para obtê-las.

Assim, os consumidores têm que escolher entre uma televisão ou um rádio, entre móveis ou viagens de recreio, entre uma casa ou um carro, entre um avião ou um barco. Enfim, os consumidores compram para satisfazer necessidades, seja para alimentar-se, por conveniência, por prestígio, saúde, educação, recreação ou segurança.

As pessoas têm necessidades diferentes e exercem a sua preferência no mercado. A canalização total dessas necessidades expressas em poder aquisitivo cria o mercado para uma cidade, um estado, para o país ou para o mundo. Para satisfazer tais necessidades dos consumidores é preciso produzir, estocar, transportar e comercializar através de uma cadeia complexa de atividades.

Outra razão para vender reside na esperança de obter lucros para a seguir comprar bens e serviços para atender a necessidades.

Em um sistema econômico em que as pessoas são livres para comprar e vender de acordo com os preços que lhes convier, diz-se que se trata de um sistema de mercado. Nestas condições os preços têm uma posição dinâmica e fundamental na determinação do que deve ser produzido, em que quantidade e onde. Os preços também orientam os produtores sobre qual deva ser a qualidade e como os produtos irão ser produzidos, processados, empacotados e transportados.

Os preços também fornecem informações às empresas e aos ofertantes acerca de quem irá produzir de modo a obter a qualidade dos produtos que estejam sendo procurados, quais os recursos que necessitam utilizar, em que época e de que modo irão prover o mercado com essas necessidades e serviços.

O fluxo circular de bens e serviços contidos no diagrama seguinte dá uma indicação da sistemática de funcionamento do sistema de preços. Os consumidores vão ao mercado de bens e serviços e lá manifestam os seus desejos no sentido de adquirir os bens para satisfazer as suas necessidades. As empresas procuram atender a essa demanda a um nível de preços que os seus custos permitem e face ao poder aquisitivo dos compradores.

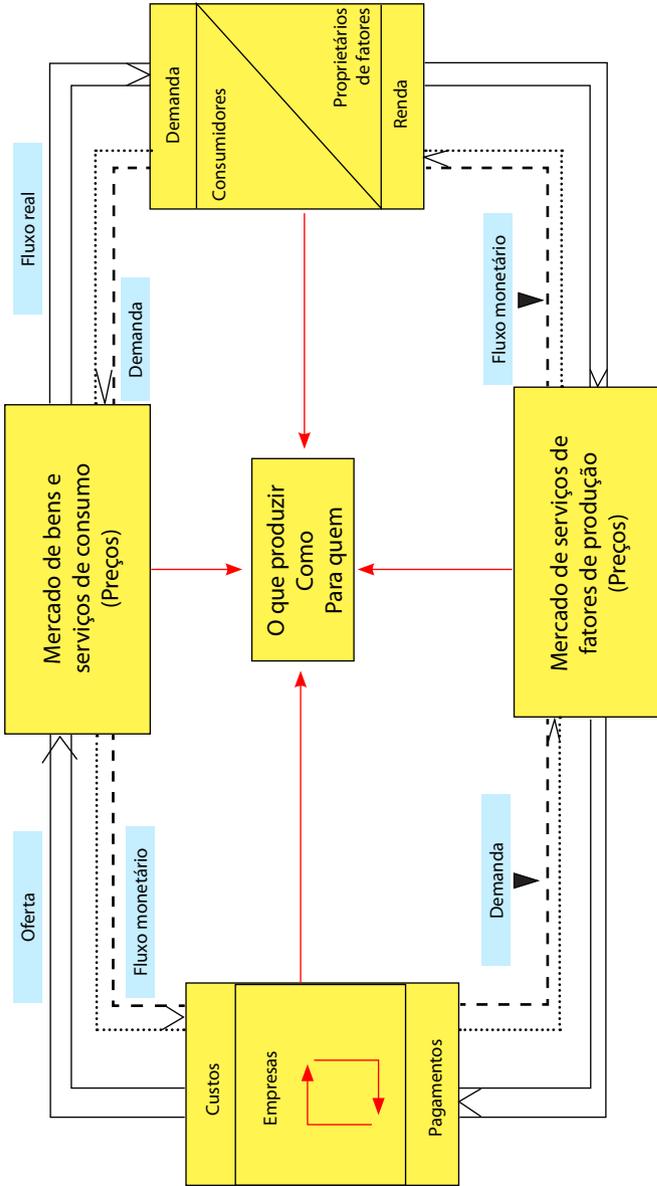
Por outro lado, as empresas produtoras necessitam de matérias primas, bens de capital e mão-de-obra para manter ou ampliar suas atividades voltadas para as solicitações do mercado. Para isso dirigem-se ao mercado de serviços de fatores, cujos proprietários são os próprios consumidores, isto é, o público possui duas personalidades: vendedor de fatores e consumidor final. Desse modo, o fluxo circular completa-se conduzido pelo sistema de preços.

Os Modelos de Mercado

Em teoria econômica se classificam os mercados em competição perfeita ou pura, e competição imperfeita, incluindo-se neste último caso competição monopolista e oligopólio. No extremo oposto à primeira modalidade de mercado encontra-se o monopólio, que é denominado também de monopólio puro ou perfeito. As denominações dadas a esses quatro tipos de mercado referem-se ao lado da oferta, pois quando se trata da demanda passam a ser intitulados de competição perfeita (idêntico à oferta); ologopsônio, competição monopsônica, e monopsônio.

As condições necessárias para que se configure uma situação de mercado de competição perfeita já foram comentadas no item anterior. Quanto às demais

Diagrama 1 – Fluxo circular de bens e serviços



formas faz-se a seguir algumas qualificações essenciais a um entendimento introdutório sobre o assunto, que será desenvolvido posteriormente de modo mais específico.

Mercado de Competição Perfeita

A competição é a principal razão que motiva as empresas a venderem os seus produtos a preços razoáveis, provendo os produtos que os consumidores desejam comprar, desenvolvendo a qualidade dos produtos e oferecendo melhores serviços. De outra maneira uma firma que tente vender os seus produtos a preços altos em tal sistema, imediatamente verá refletida essa decisão na queda de suas vendas. Isto ocorre porque as outras empresas estarão dispostas a vender idênticos produtos a preços mais baixos. Como resultante do sistema de competição, o que pode ocorrer é que as empresas que almejam vender mais caro poderão diminuir os seus lucros decorrentes da contração dos negócios que certamente se dará.

Todas as análises e comentários feitos neste trabalho e em qualquer livro de Economia sobre a denominação de concorrência perfeita contêm implícita uma série de hipóteses que formalizam esse modelo.

As hipóteses consideradas para caracterizar este tipo de mercado são as seguintes:

1. Estabilidade no valor da moeda. Evidentemente, em circunstância em que houvesse inflação, deflação etc. seria difícil identificar os efeitos reais das variações dos preços sobre o caso que se desejasse examinar.
2. Preços de outros bens permanecendo constantes. Novamente se procura eliminar a influência de fatores externos na análise de preços individuais. Se o objetivo fosse averiguar os efeitos da variação dos preços da televisão sobre o comportamento dos consumidores e ao mesmo tempo fossem alternados os preços de muitos outros produtos, como rádios, geladeiras, enceradeiras etc., não seria possível isolar ou conhecer precisamente o comportamento do consumidor de televisão face à sua variação de preços. Ele seria conduzido a agir sob a influência de outros fatores.

Estas duas primeiras generalizações são chamadas de hipóteses preliminares. O que efetivamente marca a categoria de competição pura são as seguintes condições:

3. Atomicidade do mercado. Isto é, grande quantidade de compradores e consumidores de tal

modo que individualmente nenhum deles pode influenciar os preços do mercado. O exemplo típico da condição atomística é referente à produção agrícola. No Brasil existem milhões de estabelecimentos agrícolas onde, na sua maioria, são produzidos milho e feijão. Os agricultores sabem por isso, que sua produção individual é tão pequena em relação à produção total do país que se eles reduzissem sua produção teriam meramente diminuída sua receita e jamais conseguiriam com tal procedimento elevar os preços do produto no mercado. Por outro lado, ocorre similar com os compradores do produto. Existem milhões de consumidores de feijão e milho no Brasil, de tal sorte que uma dessas pessoas isoladamente não tem qualquer poder para inflacionar os preços vigentes no mercado.

4. Homogeneidade. Este é outro pré-requisito para definir o modelo de mercado de competição perfeito. Admite-se que todos os produtores ou vendedores oferecem um produto idêntico. Algodão tipo 2, por exemplo. Mas o arroz vendido aos consumidores a preços diferentes pode, na realidade, se tratar de um produto diferenciado,

isto é, arroz agulha, arroz vermelho, etc., e que neste caso não poderá ser considerado como um produto homogêneo. Muitos são os fatores que podem influir em tal diferenciação e que por isso é necessário estar atento para sua perfeita identificação.

5. **Fluidez.** A terminologia indicada refere-se ao direito que cada vendedor ou comprador possui para entrar ou sair do mercado. Licenças e franquias são exemplos de restrições, que não devem existir no tipo de mercado em estudo.

6. **Transparência.** Para que os vendedores ou compradores possam fazer suas opções corretamente sobre o que devem vender ou adquirir de acordo com os preços que mais lhes convier é necessário que estejam perfeitamente informados a respeito de todas as características do mercado. Os serviços de informações de preços ou de mercado virão exatamente a transmitir o conhecimento necessário sobre os mercados. Um agricultor que vendesse o seu produto por R\$ 30,00/saco de 60 kg em vista de desconhecer que na cidade mais próxima ele está sendo cotado a R\$ 35,00, evidentemente

não está operando em um mercado de concorrência perfeita.

7. Modalidade dos fatores. Para completar o elenco de hipóteses nessa categoria, supõe-se também que os fatores de produção podem ser livremente mobilizados de uma atividade para outra, sem restrições. Em outras palavras, se o preço do milho estivesse em elevação, os agricultores poderiam desviar os seus recursos aplicados na produção de outro produto para utilizá-lo na produção do artigo que ofereça melhores oportunidades de lucro.

Deve-se ressaltar, ainda, que a base de todo o sistema de mercado livre repousa na concepção do que os economistas denominam de hipóteses do racionalismo econômico. A presunção contrária de que os produtores e consumidores orientassem o seu comportamento por decisões ilógicas será introduzir no sistema econômico uma situação caótica e indecifrável. O que poderá o economista deduzir sobre a vida econômica se as pessoas passassem a preferir os produtos de pior qualidade pelos mais elevados preços? Evidentemente isto pode acontecer em circunstâncias

especiais, porém, jamais como procedimento universalizado e constante.

O que a análise da Economia e do comportamento das pessoas revela é que os consumidores procuram maximizar a sua satisfação (teoria do consumidor) e as empresas buscam maximizar os seus lucros, (teoria da firma) que é o fator motriz de toda a atividade econômica dos sistemas de empresa mista – capitalista. Além disso, os proprietários dos fatores de produção também procuram maximizar as suas rendas (teoria da distribuição). Estes três últimos aspectos, portanto, completam o quadro de referências dentro do qual se desenrola o funcionamento do sistema de preços dos mercados de competição pura.

Poder-se-ia se perguntar agora se existe no mundo algum país ou região que apresente todas essas características conjuntamente? A resposta é negativa, e os economistas jamais imaginariam que pudesse existir esse mundo de perfeição. O químico, ou cientista físico que realizam suas experiências dentro de uma proveta também estão conscientes de que o mundo exterior é bastante diferente daquele onde suas pesquisas são realizadas.

Resumo das hipóteses do mercado de competição perfeita – **Hipóteses preliminares:** 1) estabilidade no valor da moeda; 2) preços de outros bens permanecendo

constantes. **Hipóteses Fundamentais:** 3) atomicidade; 4) homogeneidade do produto; 5) Fluidez; 6) Transparência; 7) Perfeita mobilidade dos fatores; 8) não considerados os preços dos transportes. **Hipóteses do racionalismo econômico:** 9) o consumidor busca maximizar a sua satisfação; 10) As firmas objetivam maximizar os seus lucros; e 11) Os proprietários dos fatores de produção procuram maximizar as suas rendas.

Fatores de Imperfeição do Mercado

Muitos fatos de nossa Economia podem ser explicados pelo modelo de competição pura. As situações de mercados realistas predominantes no sistema econômico moderno diferem bastante das estruturas e formas dos mercados perfeitamente competitivos. Em muitos casos os consumidores não estão suficientemente informados do mercado. Os produtores são em pequeno número ou exclusivos, os produtos não são homogêneos, mas diferenciados. O governo também interfere no mercado alterando os modos e instrumentos de ação do sistema perfeitamente competitivo, criando-se em substituição uma sistemática denominada de competição imperfeita.

A influência do governo na determinação dos preços – Cada país difere quanto ao papel do governo na

determinação dos preços. Nos países de livre empresa, muitas vezes o governo exerce pequena influência, apesar de sob o mesmo sistema, outras vezes ele ocupa uma relevante importância. Este último caso ocorre mais frequentemente nos países subdesenvolvidos onde as políticas de preços de cunho social constituem a tônica das políticas governamentais.

Por outro lado, nos países socialistas e comunistas, o Estado era quem determinava os preços que os produtos deveriam ter.

No caso do Brasil, cujo sistema econômico é misto de empresa capitalista, grande parte dos preços são determinados pelo povo na sua condição de produtores e consumidores livres. Todos sabemos, contudo, a importância do papel do governo brasileiro sobre o mecanismo de preços do país. A sua ação se manifesta em diversas modalidades. Resta frisar que, apesar do suporte de preços ser realizado ao nível da fazenda, exerce certa influência ao nível do consumidor. Os preços dos produtos derivados do petróleo estão afetos ao Conselho Nacional do Petróleo, assim como os preços da energia elétrica são determinados pela Eletrobrás. O Ministério do Trabalho controla os salários mínimos e aprova os níveis de remuneração de outras classes trabalhadoras. As taxas de juros são especificadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Sumariando este assunto, pode-se dizer que não obstante o preço dessa lista de produtos e serviços sofrerem a influência do governo, eles são também indiretamente afetados pelas forças de mercado. Uma elevação no preço mínimo do milho, por exemplo, mesmo sendo pelo governo, reflete, essencialmente, às pressões geradas pelo sistema de mercado. Semelhante apreciação que se formule no tocante a qualquer produto se aplica o mesmo raciocínio. Assente este ponto, ainda se impõe esclarecer que uma quantidade inumerável de bens e serviços, no Brasil, não são afetados na formação de seus preços por qualquer interferência governamental. No que se refere a este item, contudo, não interessa desenvolver comentários sobre essa última situação, pois as discussões estão aqui concentradas apenas no que diz respeito às imperfeições do mercado.

O problema que efetivamente nos preocupa é o da identificação dos tipos de mecanismos que adulteram o sistema de preços do ponto de vista do modelo de mercado perfeitamente competitivo. Na verdade, são muitos os processos de intervenção que se manifestam no mercado, além da ação direta do próprio governo.

O grau de concorrência, segundo esse novo conceito, varia de uma indústria para outra, conforme a maneira como ela se apresenta no mercado. O direito de patente, por exemplo, é uma restrição à competição.

Podem ser concedidas também licenças especiais para a venda de determinados produtos, limitando o número de empresas em tal negócio. Neste caso, encontram-se, por exemplo, os concessionários da indústria automobilística. A propaganda dirigida que ressalta as qualidades de um produto (gasolina aditivada) pode também influenciar o consumidor na sua decisão. Quando ocorre uma das citadas circunstâncias, ou outras, por parte das empresas, diz-se que se trata de um sistema de competição monopolista, oligopólio ou monopólio.

Monopólio

Existe uma situação monopolista quando a indústria se encontra constituída por uma única firma e produz ou vende um produto sem similar ou substituto. São monopólios, por exemplo, correios e telégrafos, estradas de ferro, serviços de abastecimento d'água, distribuição de gás liquefeito, produção e distribuição de energia elétrica etc.

No mercado de competição perfeita, dada a existência de um grande número de vendedores, não há possibilidade de um produtor isolado influenciar os níveis de preços, conforme já sabemos. Quando o mercado é caracterizado pelo monopólio, as coisas

se comportam diferentemente. De fato, o monopolista pode restringir sua produção com a finalidade deliberada de elevar os preços do seu produto, caso esse procedimento resulte em maiores lucros. Isto é, ele pode considerar ser preferível vender uma menor quantidade a mais elevado preço do que vender muito a mais baixo preço.

Neste tipo de mercado – monopólio – não tem muita influência as pressões no sentido de conduzir a empresa a melhorar a qualidade do produto ou fazer uso dos recursos da melhor maneira possível e segundo métodos mais eficientes. As decisões sobre esses assuntos emergem da própria empresa e não segundo a interferência da “mão invisível” dos mercados de livre competição.

Diversas são as razões que podem motivar o surgimento de um monopólio. Muitas vezes a própria natureza da atividade econômica motiva a existência de um monopólio ou analisar as suas consequências é necessário como primeiro passo para eliminar alguns pré-julgamentos a seu respeito. De fato, para muitas pessoas o termo monopólio segue unicamente “exploração”. Em sentido estrito, contudo, o monopólio significa apenas que há um único vendedor de um particular produto em um determinado mercado. Muitos monopólios são de pequenas coisas e não exclusivamente de grandes.

Nas pequenas cidades e distritos estão presentes muitas formas de monopólio. A farmácia, o banco, o único hotel da cidade, o cinema e muitas outras atividades se caracterizam por situações monopolísticas.

O poder monopolístico também se manifesta por muitas outras razões. A indústria automobilística, por exemplo, motiva o surgimento de muitas pequenas indústrias satélites exclusivas fornecedoras de equipamentos para as linhas de montagens. As condições de produção ou processos tecnológicos, por outro lado, exigem a apuração de grandes unidades que possuem capacidade de produção acima ou suficientes para o abastecimento do mercado existente. Neste caso, diz-se que o monopólio é natural, tornando-se antieconômica a entrada adicional de novos produtores. Estão neste caso, por exemplo, o refino de petróleo, uma fábrica de cimento, de aço, etc. No caso também de uma descoberta de uma mina de bauxita, pode motivar o aparecimento de uma fábrica de alumínio, assim como certas matérias-primas podem pertencer apenas a um fabricante impedindo que outros entrem no mercado. A exploração de minas de níquel, cobre e chumbo são outros exemplos entre particulares.

O monopolista, a fim de preservar a sua posição no mercado, pode também organizar cartéis, ou seja, combinação de firmas com o propósito de dominar o

mercado sem o perigo de guerras de preços entre si. Nestas situações, acordos dessa natureza podem levar empresas ineficientes a se manterem no mercado por força das combinações que se fazem na organização do cartel.

Os direitos de patentes são também exclusivistas. De acordo com as leis de garantia do inventor, um novo produto ou processo tecnológico pode ser mantido por longos anos, sem que outras empresas possam usá-los. Através desse processo, o monopólio renova comumente os seus direitos de fabricação fazendo novos registros de suas novas patentes.

Os economistas muitas vezes ao se referirem a essa modalidade de mercado dão a denominação de **monopólio puro**. O que se está procurando explicar com essa terminologia é caracterizar o monopólio não somente pela existência de um único vendedor, mas também pela condição do produto que não tem substituto. Na prática, porém, é difícil encontrar-se um produto dessa natureza, pois a energia elétrica pode ser substituída em certas circunstâncias pelo querosene, o telefone pelo telegrama ou carta. Deve-se mencionar, ainda que para evitar que os monopólios prejudiquem os consumidores, o governo estabelece condições para o seu funcionamento, o que não se presume que ocorra na situação de monopólio puro.

Outra forma de organização monopolista são os **Trustes** (*trust*, que significa em inglês confiança), que reúnem as mesmas características dos **Cartéis**, porém em modalidade permanente. O controle das organizações que integram esse sistema é entregue a um conselho (trustes) que emite certificados em troca das ações da companhia por ele controlada. Os **trustes** tiveram origem nos Estados Unidos, mas em 1890 a Lei Sherman considerou ilegais todas as formas de organização desse tipo.

Um outro modelo de mercado também monopolizador e que se tornou comum em muitos países é denominado de **Holding-company**. Assenta-se essa modalidade de associação no controle formado pelo agrupamento de várias empresas. Diferentemente do que se verifica com o cartel e o *trust*, as empresas pertencentes ao *holding* mantêm a personalidade jurídica e, aparentemente a independência econômica. O *holding*, porém, detém a maioria das ações de suas filiadas e os seus diretores, que concentram a maioria dos votos, estabelecem a orientação para as suas subsidiárias, cujos diretores também são escolhidos pelo *holding*.

O poder monopolista pode ser exercido de acordo com diversas modalidades. As empresas podem associar-se para evitar a competição entre umas e ou-

tras, transformando-se, assim em formas empresariais monopolizantes.

Quando as empresas se organizam dessa maneira para realizar a comercialização em conjunto diz que se trata de um **cartel**. Neste caso são estabelecidos os preços de venda e as quotas de produção ou de mercado para cada associada, de modo a que as empresas deixem de concorrer no tocante aos preços. Os argumentos econômicos contra os cartéis se fundamentam em que as empresas assim associadas tendem para o abuso e para objetivos censuráveis. Os exemplos mais conhecidos das distorções dos cartéis é quanto à manutenção de unidades produtivas ineficientes e a restrição das atividades de empresas eficientes por força das quotas de produção estabelecidas. A tendência para o estabelecimento de preços acima dos níveis de competição é outro fator negativo dos interesses da comunidade. No seu sentido pleno, os cartéis são organizados temporariamente. A competição de interesses também conduzem naturalmente à separação das empresas que compõem os cartéis.

Oligopólio

O termo oligopólio é usado para definir uma indústria que conta com poucos produtores. Ele se

denomina duopólio, quando existem apenas duas firmas produtoras ou vendedoras. Outra característica do oligopólio é que a decisão de aumentar ou diminuir a produção ou os preços podem alterar o comportamento das outras poucas empresas. O produto fabricado pode ser idêntico ou diferenciado. Esta diferença pode ser real, mas noutros casos é meramente aparente ou criada apenas na mente dos consumidores. Em quaisquer casos os produtos são substitutos e tecnicamente se diz que há uma elevada elasticidade cruzada. Quando a indústria produz artigos idênticos e os consumidores não apresentam nenhuma preferência por um dos produtos, a não ser pelo preço, diz-se que o oligopólio é puro.

A entrada de novas empresas nesse tipo de mercado não é muito fácil devido às vezes à própria limitação do mercado, assim como aos obstáculos causados pelos produtores e vendedores atuantes no mercado.

A indústria automobilística, produção de cigarros, indústria farmacêutica etc., são exemplos das modalidades de organização oligopolista. À semelhança do monopólio, são comuns em mercados locais as formas oligopolistas.

De modo geral, porém, estas firmas são grandes e podem incorporar técnicas avançadas de produção.

Competição Monopolista

A competição monopolista apresenta duas características que são encontradas na competição perfeita: grande número de produtores e a entrada e saída do mercado não apresentam problemas. A influência sobre os preços de uma dessas firmas é praticamente nula, não só decorrente das duas características apontadas como pelo pequeno tamanho das empresas que prevalece nessa modalidade de mercado.

Na competição monopolística, contudo, as firmas produzem artigos diferenciados. O produto em termos aparentes é homogêneo (algodão, trigo, feijão, roupas, doces industriais) mas na realidade cada um desses produtos possui uma peculiaridade que os distingue um dos outros. Assim, cada empresa tem um certo monopólio sobre o seu produto, fazendo que cada vendedor tenha sua própria curva de demanda. Os produtos apesar de serem diferenciados, são porém, substitutos. Quando uma firma baixa os seus preços, isto poderá motivar a queda da demanda de outras firmas a favor daquele que vende a preços mais baixos.

Um dos mais importantes fatores de preferência dos consumidores no comércio varejista, que é uma modalidade comum de concorrência monopolística, é

a localização das empresas. Muitos preferem comprar em grandes supermercados, enquanto outros preferem adquirir seus bens em pequenos armarinhos ou mercados perto da residência. Os serviços adicionais prestados pelos vendedores também influenciam a decisão do consumidor. A marca de fabricação também tem importância: Doces da “Cica”, roupas de homem “Ducal”, móveis “Cimo” etc.

TABELA 7 – Características dos Modelos de Mercado

Critério	Concorrência pura	Concorrência imperfeita		Monopólio puro
		Concorrência monopolista	Oligopólio	
Número de empresas	Muitas	Numerosas	Algumas	Uma
Dimensão	Pequenas	Pequenas	Grandes	Grandes
Tipo de produto	Padronizado	Diferenciado	Padronizado ou diferenciado	Único
Domínio sobre os preços	Nulo	Reduzido	Grande	Total
Possibilidade de entrada no mercado	Total	Relativamente fácil	Dificuldade	Nenhuma
Exemplos	Agricultura	Roupas, sapatos, comércio varejista	Alumínio automóveis, móveis domésticos, carne enlatada	esgotos, telégrafo, energia elétrica

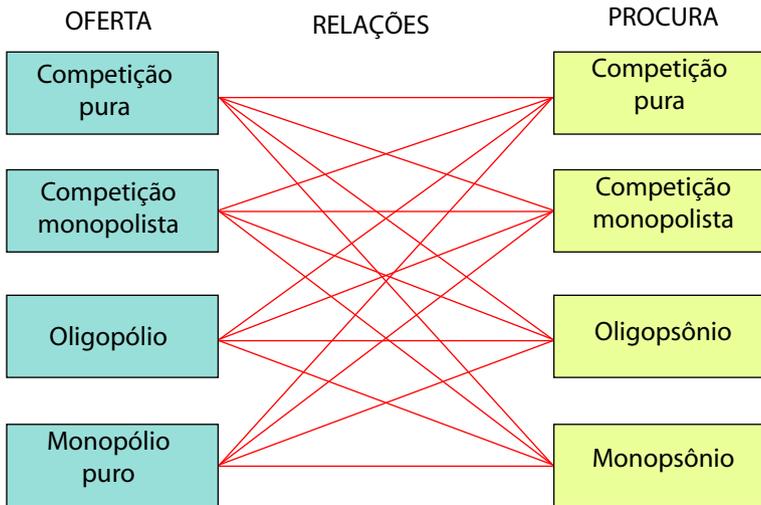
Relações entre os Mercados

Os quatro tipos de mercado comentados apresentam relacionamentos diversos do ponto de vista da oferta e da procura. As considerações que expendemos nos itens anteriores caracterizaram bem as situações em que se apresenta a oferta no tocante à competição perfeita, competição monopolista, oligopólio e monopólio. Quanto ao lado da procura, essas modalidades de mercado se identificam principalmente pelo número de compradores. Quando há um grande número de compradores significa competição pura do ponto de vista da procura. Usamos a denominação competição monopsonia quando se encontra no mercado uma quantidade bastante numerosa de compradores, mas muito inferior ao caso da competição pura. O oligopsônio é quando os compradores são poucos. Finalmente, o monopsônio decorre da existência de apenas um comprador no mercado.

Na Economia real manifesta-se uma infinidade de combinações entre as diversas modalidades de mercado enumerados. Em alguns casos os ofertantes estão organizados em forma de competição pura, mas existe apenas um comprador, ou seja, a procura é monopsonica. Esta situação pode ser inversa, assim como muitas outras relações dessa natureza podem ocorrer. Na figura seguinte

encontram-se representadas as diversas alternativas que os mercados podem operar.

Diagrama 2 – Relações básicas dos mercados segundo a oferta e a procura



PARTE CINCO
GLOBALIZAÇÃO E
COMÉRCIO INTERNACIONAL

Os países utilizam o mercado mundial
para aumentar seu nível de crescimento
econômico e bem-estar



A Globalização

O mundo atual está se tornando mais integrado. Esse processo está sendo chamado de globalização e se caracteriza pela predominância dos processos econômicos, serviços de caráter mundial sobre aqueles de natureza nacional ou regional.

Tal processo é resultado de complexos fatores, dentre os quais são fundamentais a redução de custos com transporte, de uma comunicação mais ampla de ideias, de fluxos crescentes de capital e de pressões de migração internacional.

O conceito de mundialização e globalização vem sendo amplamente utilizado nos debates econômicos, políticos e estudantes de Economia na última década. Mesmo neste livro de fundamentos de Economia tal tema não poderia deixar de ser considerado, mesmo que resumidamente. Não se trata de assunto recente, mas a amplitude que o processo alcançou é que deu uma grande visibilidade ao tema.

O processo de globalização está determinado, em grande parte pelo caráter desigual dos atores participantes. Na evolução tem exercido influência preponderante os governos dos países desenvolvidos e as empresas multinacionais. A evolução paralela das instituições multinacionais teve papel importante no ordenamento

internacional do comércio e das transações financeiras no último século.

A primeira fase da mundialização, na verdade, abrange o período de 1870-1913, quando ocorreu uma grande mobilidade de capitais e de mão-de-obra. Teve papel influente para essa onda de relações internacionais a redução dos custos dos transportes e a adoção da políticas de livre comércio. Esta fase foi interrompida pela Primeira Guerra Mundial. Somente depois da Segunda Guerra teve início uma nova etapa de integração global, mas se acelerou consideravelmente desde a metade da década de 80. Nos últimos vinte anos esse modelo econômico foi vitalizado pela internacionalização das empresas, a segmentação das empresas localizadas em distintos países. Todas essas circunstâncias motivaram as facilidades para as invasões estrangeiras diretas ou em associação com o capital local.

Custos e benefícios

Os dados disponíveis mostram que essa nova configuração do sistema econômico internacional proporciona um forte impulso ao crescimento econômico na Ásia Oriental como Hong Kong (China), Repúblicas da Coreia e Singapura. Mas nem todos os países em desenvolvimento tiveram participação semelhante na globalização nem estão em condições de beneficiar-se dela. Noutros

casos as vantagens vieram acompanhadas de novos riscos e problemas. A avaliação dos custos e benefícios da globalização para os distintos grupos de países e a Economia mundial é um dos temas mais controvertidos dos debates sobre o desenvolvimento.

No vigésimo nono período de sessões da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), o assunto da globalização e do desenvolvimento econômico foram exaustivamente analisados. De acordo com os estudos apresentados e as discussões realizadas, é possível tirar-se algumas conclusões valiosas. Houve consenso, por exemplo, de que a globalização oferece oportunidades para o desenvolvimento da América Latina nos próximos anos. Mas as estratégias nacionais devem ser planejadas em função das possibilidades de cada país, da região para incorporação da Economia mundial em base mais ampla do que ocorre presentemente. Esse processo traz riscos originados das fontes de instabilidade tanto comercial como financeira.

Para uma Economia nacional, o acesso ao comércio exterior irrestrito implica a oportunidade de beneficiar-se da divisão internacional do trabalho, mas terá de enfrentar uma concorrência mais forte nos mercados mundiais. Ao mesmo tempo, os consumidores desfrutam de uma variedade maior de produtos nacionais e importados a preços mais baixos. Um país com maiores

relações internacionais se beneficia também de novas tecnologias que chegam diretamente dos países com os quais mantém intercâmbio comercial. Estes benefícios tecnológicos são importantes para aqueles países que não estão preparados adequadamente para demandas de competitividade próprias do mundo contemporâneo.

Quem se Beneficia

As últimas estimativas são de que cerca de dois milhões de pessoas vivem em países que possam participar da Economia globalizada, especialmente as economias estagnadas, dependentes das exportações de alguns produtos agrícolas. A questão que se formula nesses países é se eles vão permanecer fora dessa onda da Economia mundial. Ou se há esperanças de que possam compartilhar desse mundo globalizado.

Certamente a maioria dessas nações continuará a não usufruir dos fatores positivos que poderiam advir do mercado mundial. Noutras situações é possível que possam tirar proveito disso com transformação das políticas de desenvolvimento e as instituições sejam adequadas às novas necessidades dos mercados industriais globais. De modo geral, em quase todos esses países a participação do Estado na Economia é negligente e descontinuada por problemas internos de grupos de interesse.

Os novos países globalizados são exemplos que precisam ser conhecidos e imitados. São mais ou menos três milhões de pessoas que residem em países que se habilitaram a entrar nos mercados industriais globalizados. Esses, porém, estão em estágios de crescimento mais duradouros e onde a redução da pobreza tem ocorrido prioritariamente, apesar de haver déficits na questão ambiental.

As preocupações desses países são principalmente quanto às políticas protecionistas dos países ricos. As maiores restrições são geralmente quanto àqueles produtos que os países subdesenvolvidos contam com mais vantagens relativas. As altas tarifas estipuladas para a entrada de bens industrializados por esses países, além de exigências trabalhistas e ambientais nos setores cambiais são outras barreiras a superar na mesa de negociações.

Uma característica marcante do comércio globalizado é que as empresas multinacionais passam a exercer grande influência nas milhões de exportações e importações. Esta situação está associada à abertura dos investimentos externos, cujas políticas nem sempre se coadunam com os interesses nacionais.

Programa de Inclusão na Globalização

Uma das questões mais discutidas atualmente entre as correntes contrárias e de defesa da globalização é

quanto ao fato desse fenômeno contribuir ou não para a redução da pobreza e das desigualdades mundiais.

Para tornar a globalização mais benéfica para as economias em desenvolvimento, o Banco Mundial adotou um conjunto de medidas que estão sendo avaliadas internacionalmente. As ações sugeridas como essenciais com esse objetivo dizem respeito ao acesso a mercados pelos referidos países através de negociações comerciais. O segundo foco da ação estratégica relaciona-se com investimentos externos. Neste particular, a ênfase é a boa governança ao invés dos incentivos fiscais e subsidiados tradicionalmente adotados nos países latino-americanos, especialmente no Brasil.

A prioridade deve ser as empresas de médio e pequeno porte, principalmente em cidades e áreas rurais para criar empregos não agrícolas e melhorar os níveis salariais. Para tanto, é fundamental os investimentos em educação que têm um retorno positivo. Com melhores serviços educacionais e condições estimulantes de investimentos, certamente os pobres irão ser beneficiados. Além disso, é preciso oferecer uma assistência social adequada no mercado de trabalho, pois no início do processo de globalização setores de pouca competitividade serão prejudicados. Sem essa ajuda, as populações pobres serão atingidas e marginalizadas.

Uma questão delicada e motivo de muitos debates na esfera internacional é o problema do perdão das dívidas,

especialmente dos países pobres, muito deficitários em suas cotas externas. A ideia é que os recursos para essa finalidade não devem ser dos fundos atuais de financiamento, mas assumido de programas especiais de ajuda multinacionais e complementares. Assim, muitos países pobres poder-se-ão se beneficiar da globalização.

Outra preocupação com os países que pretendem ingressar na era da globalização é quanto ao assunto da vulnerabilidade das crises econômicas internacionais a que estão sujeitos com a abertura da Economia para o exterior. De fato, há uma ameaça constante no campo da competitividade, pois são expostos à concorrência de países altamente dinâmicos como a China, Índia e França.

Ao longo das próximas décadas, o poder da globalização será múltiplo e nesse contexto os países que estiverem organizados para a competição serão altamente beneficiados.

A Globalização nos Países Ricos

A globalização certamente é um assunto de interesse bem maior nos países ricos do que nos subdesenvolvidos. Muitas são as vantagens das nações industrializadas com a internacionalização da Economia. Mas não são apenas benefícios que ocorrem com os países ricos, como em geral se presume. Uma das grandes preocupações desses países, por exemplo, é o assunto da desigualdade dentro

de suas fronteiras, através dum mecanismo novo de investimentos diretos dos países do Norte (desenvolvidos) para o Sul (subdesenvolvidos) e as emigrações com sentido contrário. Ou seja, os salários nos países pobres são elevados, enquanto são reduzidos no Norte, provocando focos de desigualdade. Associado a esse fenômeno, tem ocorrido a transferência de empregos na produção para os países de baixas remunerações.

Os estudos mostram, entretanto, que os trabalhadores engajados no processo de globalização dos países ricos estão recebendo salários bem mais altos do que os residentes nos países subdesenvolvidos.

Diversas economias como a européia e asiática são diferentemente afetadas pela globalização, em comparação com o que ocorre na Economia norte-americana. São políticas que visam a obter mais igualdade social, como são exemplos a Áustria, a Bélgica, a Dinamarca, o Japão e a Noruega.

A Desigualdade Global

A literatura sobre os efeitos da globalização em nível mundial às vezes sugere uma visão pessimista. Fala-se até que a globalização deixa os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. Há evidências de que a pobreza está em declínio nos países subdesenvolvidos que ingressaram

na Economia global. O renomado economista Amartya Sen (2005) chama a atenção para o fato de que durante o século XIX, a desigualdade mundial cresceu fortemente. Antes o mundo era mais igual, porém bem mais pobre. A partir da década de 1980, os países globalizados estão reduzindo seu hiato de desenvolvimento em relação às economias desenvolvidas. Mas estão fora dessas mudanças cerca de dois bilhões de pessoas.

Grande parte desse contingente reside no quadro rural ou não se integraram à nova industrialização. Algumas nações poderão superar esses problemas, no entanto é pouco realista esperar que a simples abertura dos mercados e a instalação de algumas indústrias desarticuladas possam mudar tal situação de estagnação. Essa situação é agravada pela fragilidade das instituições e políticas ruins da administração pública.

Outro problema que tem sido associado à globalização é o aquecimento global decorrente do pouco empenho dos países quanto às questões ambientais. O grupo de países mais desenvolvidos formado pelo G-7 são responsáveis por cerca de 70 por cento da emissão de CO₂. Somente os Estados Unidos são responsáveis por 25 por cento dos gases que provocam o efeito estufa, mesmo que representem apenas 4 por cento da população. Os outros grandes responsáveis são a União Européia, Rússia, Japão, Índia e Brasil. A China, entretanto, é o

segundo maior poluidor neste particular. Quando é feita em comparação com relação à população, os países desenvolvidos tomam a dianteira e a China, a Índia e Brasil caem muito na classificação geral dos que causam o aquecimento global.

A visão do Banco Mundial sobre os efeitos da globalização pode ser resumida na afirmação de que “ela tem o potencial de reduzir a pobreza dos países subdesenvolvidos à medida que as economias integradas tendem a crescer mais rapidamente, aumentando a produtividade.” O professor Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia de 2001 autor do *best seller* **A globalização e seus malefícios**, afirma que “os países ricos podem reduzir a miséria no mundo abrindo seus mercados”. Em seu livro **Os exuberantes anos 90**, Stiglitz lembra que as discussões sobre descentralização, regionalização e globalização envolvem mais do que teoria econômica.

A globalização também nos força a tratar de questões de justiça no nível global: somente com a criação de um arranjo internacional equitativo perderá estabilidade para o mercado global.

O Comércio Internacional

O comércio internacional é a troca de bens e serviços entre os países. Este tipo de transação dá origem

a uma Economia mundial na qual os preços, ou a oferta e a procura afetam ou são influenciados por acontecimentos mundiais. Em muitos países esse segmento da Economia representa uma preparação importante do Produto Interno Bruto. Embora o comércio internacional tenha estado presente durante toda a história da humanidade, sua expressão econômica, social e política cresceu muito durante os dois últimos séculos. Foram fatores determinantes desse acontecimento o avanço dos meios de transporte, a industrialização e o processo de globalização mundial.

Modernamente o comércio internacional tornou-se um ramo da Economia, o qual juntamente com as finanças formam uma disciplina determinada Economia internacional, que compreende o cenário internacional, a teoria monetária e as finanças internacionais.

Praticamente todos os produtos podem ser encontrados no mercado internacional, como alimentos, máquinas e equipamentos, vestuário, jóias, bebidas, ações, moedas etc. Serviços também são negociados bem como turismo, consultoria, transporte e outros. Quando um produto é vendido para um mercado mundial é uma exportação. É uma importação no caso da compra no mercado mundial. As importações e as exportações são centralizadas em cada país na balança corrente e na balança de pagamentos.

Os manuais de comércio internacional apontam possíveis benefícios a nível mundial. Dizem os economistas que essas transações não só resultam num aumento da eficiência, mas permitem que os países envolvidos participem da Economia global. Inclusive incentivando a oportunidade de investimento estrangeiro direto, que é a quantidade de dinheiro que as pessoas investem em empresas estrangeiras ou atividades produtivas em associação com empresários nacionais. Segundo a teoria, as economias passam a crescer de forma mais eficiente e de modo competitivo.

Duas questões controversas são frequentemente analisadas na Economia internacional. Trata-se de questões de livre comércio *versus* protecionismo. A teoria do comércio sem restrições (*laissez faire*) defende que a oferta e a procura dos fatores, operando em escala global, irão garantir que a produção ocorra de modo eficiente. A ideia é de que as forças de mercado irão automaticamente promover a condução ótima dos fatores de produção. Em contraposição, o protecionismo defende a regulamentação do comércio internacional para que os mercados funcionem adequadamente. O protecionismo existe em diversas modalidades, mas as mais usuais são a prática de tarifas (impostos), subsídios e quotas quantitativas para as importações. Neste caso, as estratégias visam a corrigir as deficiências no mercado

internacional onde forças monopolistas podem favorecer grupos de interesse.

Os nações socialistas acreditam no modelo da antagônia (sem o comércio internacional), com ausência completa do comércio internacional, mas nunca conseguiram transformar em realidade essa política em seus países.

Teoria do Comércio Internacional

Existem diferentes teorias ou padrões para analisar as vantagens e inconveniências do comércio entre nações.

O modelo do economista David Ricardo é a mais importante formulação no campo da Economia internacional. A concepção ricardiana foca as vantagens comparativas para justificar a conveniência da prática do comércio internacional. Neste modelo, a proposta ricardiana é de que os países devem se especializar naquilo que fazem melhor em comparação com a dotação de fatores de outros concorrentes. Segundo esse economista, os países devem se especializar em poucos produtos com vantagens relativas ao invés de produzir uma grande quantidade diversificada de bens. Uma deficiência desse modelo é que não considera diretamente as características naturais dos países nem a disponibilidade relativa de mão-de-obra.

O economista Heckscher-Ohlin desenvolveu um modelo técnico alternativo ao modelo ricardiano. Essa nova

proposta defende que o padrão do comércio internacional é determinada pela diferença na disponibilidade de alguns fatores naturais. Deste modelo é suprimido a teoria do valor trabalho ricardiano e incorpora o mecanismo neoclássico do preço. Ohlin prevê que “um país irá exportar aqueles bens que fazem uso intensivo dos insumos que são abundantes neste país e irá importar aqueles bens cuja produção é dependente de fatores escassos localmente”. Explicando na prática, um país com excedente de capital exportará esse fator, enquanto um país com carência de capital poderá exportar mão-de-obra disponível.

Regulamentação do Comércio

O ordenamento do comércio internacional é regulamentado através de acordos bilaterais ou multilaterais entre as nações. Durante os períodos ancestrais do mercantilismo, as nações geralmente adotavam tratados bilaterais. Nessa fase do comércio mundial, a maioria dos países mantinham elevadas tarifas e muita restrição ao comércio internacional. O Reino Unido, no século XIX, adotou e propagou o livre comércio como um paradigma que se estendeu nas nações ocidentais. Após a II Guerra Mundial, com a interferência das Nações Unidas, passaram a ser adotados tratados multilaterais como o GATT e a OMC.

A Organização Mundial do Comércio (World Trade Organization) é destinada a supervisionar a liberalização do comércio internacional. Foi fundada em 1955, sendo sucessora do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), a qual foi criada em 1947 e que funcionou até a institucionalização da OMC.

A maior parte do trabalho atual da OMC provém das negociações chamadas “Uruguay Round”, e anteriormente negociadas sob a responsabilidade do GATT. A Organização está atualmente tratando como anfitrião das novas negociações, sob o desenvolvimento da Agenda de Doha, iniciadas em 2001.

A OMC é governada por uma conferência de ministros, os quais se reúnem a cada dois anos. O Conselho Geral é quem implementa as decisões das sessões políticas das conferências e é responsável por assuntos administrativos do dia-a-dia. O diretor geral é indicado pela Conferência Ministerial. A sede da administração central é localizada em Genebra (Suíça).

A Natureza do Balanço de Pagamentos

A teoria do comércio internacional afirma que as nações têm relações comerciais quando apresentam custos de produção diferentes. É o que os economistas clássicos chamam de “teoria das vantagens comparativas”.

O balanço de pagamentos é um registro sistemático durante um período determinado de todas as transações econômicas e financeiras reunidas entre os residentes de um país e os residentes no resto do mundo.

O balanço de pagamentos inclui o registro de muitas transações puramente financeiras tais como a compra ou a venda de fundos, a concessão ou a tomada de empréstimos de fundos. Certas transferências unilaterais entre residentes e não residentes são também incluídas. Por exemplo, uma bolsa de estudo concedida por um doador de um país a um estudante residente no Brasil poderá ser registrada no balanço de pagamentos do Brasil como operação unilateral, sem um correspondente fluxo de mercadorias, serviços ou fundos financeiros do estudante brasileiro para o doador estrangeiro.

Muitas transações são realizadas em moeda, mas se a transação não envolve um pagamento é também incluída no balanço de pagamentos, tão logo o residente efetiva a negociação com alguém no resto do

mundo. Enfim, todas as diversas transações econômicas que ultrapassem as fronteiras do país são capturadas e sumarizada em seu balanço de pagamentos.

Princípios de Contabilização do Balanço de Pagamentos

Para registro das transações no balanço de pagamentos é usado um sistema de dupla entrada, débito e crédito, semelhante ao que se faz na contabilidade de uma firma comercial. Quando estas normas são rigorosamente seguidas, o total de débito e crédito serão sempre iguais. Este equilíbrio entre débito e crédito, contudo, não tem um significado econômico especial no balanço de pagamentos, e decorre simplesmente dos procedimentos contábeis utilizados. A fim de se fazer uma análise do balanço de pagamentos de modo economicamente significativa, deve-se classificar débitos e créditos ou categorias econômicas representativas. Dessa maneira poder-se-ia comparar a situação dos débitos e créditos em grupos particulares e averiguar os “deficits” e “superavits”, conforme é entendido no conceito de balanço de pagamentos.

Os regulamentos básicos de contabilização do balanço de pagamentos podem ser assim resumidos:

Exportação = Transferência de bens e serviços para residentes no exterior	Crédito
Importação = Transferência de bens e serviços do estrangeiro para os residentes locais	Débito
Entrada de capital = Pagamentos realizados por estrangeiros a residentes	Débito
Saída de capital = Pagamentos realizados por residentes a estrangeiros	Crédito

Como exemplo simplificado, admitamos que o Brasil importa US\$ 200 milhões de trigo da Argentina, e exporta US\$ 200 milhões de café para este país. Estas operações operariam no balanço de pagamentos:

Simulação

Balanço de pagamentos do Brasil (US\$ milhões)

	Crédito	Débito
Importação de trigo	–	200
Influxo de divisas	200	–
Exportação de café	200	–
Afluxo de divisas	–	200
	400	400

Classificação do Balanço de Pagamentos

Costuma-se dividir o balanço de pagamentos em diversos, sub-balanços denominados:

- a) balanço comercial, correspondente às exportações e importações de mercadorias;
- b) o balanço de serviços prestados e recebidos tais como: transporte, juros, seguro etc.;
- c) balanço em contas correntes, incluindo os itens A e B;
- d) balanço de capitais.

Como decorrência do sistema contábil adotado para o registro das contas do balanço de pagamentos, o valor dos débitos é sempre igual ao valor dos créditos para o conjunto das transações, em um dado ano. O saldo fiscal do balanço de pagamentos, por esta razão, é sempre igual a zero. Relativamente os sub-balanços sempre que ocorre um “superavit” ou “deficit” no balanço de contas correntes, é necessariamente compensado por um saldo inverso correspondente da mesma magnitude no balanço de capitais.

O balanço entre as contas do balanço de contas correntes e de capitais é sempre igual a zero, desde que os erros e omissões sejam também registrados.

Balanço comercial

A balança comercial compreende as transações de mercadorias, ou seja, as exportações e as importações, sem inclusão das despesas de seguro e frete. Os movi-

mentos de ouro não monetário geralmente são colocados logo após os dois primeiros itens, porque correspondem ao ouro considerado como mercadoria, isto é, destinados a fins industriais.

Balanço de serviços

Os fretes e seguros sobre o transporte internacional encontram-se classificados sob esta categoria. Deve-se ter presente que as estatísticas disponíveis sobre o comércio de mercadorias geralmente incluem nos dados de importações tanto os custos de mercadorias adquiridas como o seguro e o frete.

Esta situação é classificada sob a cláusula CIF (*cost., insurance freight*) e significa que o vendedor entrega a mercadoria a bordo do navio, no porto de embarque, paga as despesas de transporte até o destino e os seguros marítimos das mercadorias respectivas. Neste caso, para efeito do registro no balanço de pagamentos, é feita a separação do custo da mercadoria, para registro no balanço comercial, e dos fretes e seguros, para registro no balanço dos serviços.

Quanto às exportações, contudo, os valores são expressos de acordo com a cláusula FOB que corresponde às iniciais da expressão inglesa *free on board*, ou seja, “livre a bordo”, ou mais precisamente, sem a inclusão dos custos de frete e seguros.

As despesas de viagens e passagens internacionais realizadas por turistas, homens de negócios ou com outras finalidades também são incluídas no item de serviços, assim como os rendimentos de capitais, lucros, dividendos recebidos e remetidos para o exterior.

Este item abrange as receitas provenientes de inversões, isto é, os rendimentos que os estrangeiros obtêm sobre seu capital financeiro investido no país recipiendário, e os residentes, sobre o capital investido no exterior. De igual modo, acham-se nesta categoria as despesas com assistência técnica prestada e recebida e as remunerações pelo uso de patentes *Royalties*, aluguéis e outros serviços.

O balanço comercial e o balanço dos serviços as vezes são classificados no balanço de pagamentos sob o título genérico de “bens e serviços”. A razão disso é que a renda nacional provém em parte das exportações de bens e serviços e em parte das vendas de mercadorias e serviços para inversões internas (I) e para consumo (C). O total de bens e serviços que afluem à Economia provêm da produção (Y) e das importações (M), o que equivale aos bens e serviços usados pela Economia ($X + C + I$), isto é:

$$(1) Y + M = X + C + I, \text{ onde se depreende,}$$

$$(2) Y - C - I = X - M$$

$$(3) Y = C + I + (X - M)$$

A equação (2) indica que o excesso de produção nacional sobre o consumo e inversões equivale ao “superavit” de exportação.

Balço de capitais – pagamentos de transferêcia

Os pagamentos de transferêcia são feitos ou recebidos tanto pelo setor das unidades familiares, como pelo governo central. Este item abrange as remessas de emigrantes ou imigrantes por heranças, doações para obras de beneficêcia etc. As doações de ajuda econômica ao governo, desde que não envolvam pagamentos futuros são registradas neste item. Quando se trata de ajuda econômica que deverá ser paga posteriormente, registra-se na conta de capital, isto é, somente são considerados neste item as transferêcias não referentes a pagamentos.

Ao saldo de bens e serviços e transferêcias se chama de “Balço de Transações Correntes”. Abstraindo certas divergêcias conceituais sobre o assunto, pode-se estabelecer algumas relações entre o balço de pagamentos e a Economia interna. De fato, saldo da conta de bens e serviços e pagamentos de transferêcias equivalem ao saldo das inversões internas (I) e da poupança interna(S).

O total de recursos que o país pode dispor corresponde à renda produzida (Y) mais os pagamentos de transferêcia líquida que recebe do exterior (T), ou seja: $Y + T$. A poupança equivale à parte da renda que não

é destinada ao consumo ($Y + T - C$). Em decorrência pode-se ter a seguinte equação:

$$S = Y + T - C$$

e posto que $Y - C = X - M + I$, podemos obter a seguinte equação:

$$S = T + X - M + I, \text{ o que é igual a: } S - I = X - M + T.$$

Isto significa que a diferença entre poupanças e inversões equivale ao saldo de bens e serviços e pagamentos de transferência correntes. Consequentemente, um país não pode investir mais do que poupa sem risco de incorrer um “deficit” na conta corrente de seu balanço de pagamentos.

Caso o país não possa contar com financiamentos adequados para cobrir esta diferença ou “deficit” em conta corrente (quantia que excede de investimento em relação à poupança), o país enfrentará problemas de balanço de pagamentos.

Variáveis Financeiras do Comércio Exterior

▪ Relação de preços de intercâmbio (R_{pi})

A denominação se aplica ao quociente entre os preços das exportações (P_e) e os preços das importações (P_{in}), ou seja: $R_{pi} = P_e / P_{in}$

Quando esta relação declina, diz-se que está ocorrendo uma deterioração nos termos de intercâmbio. Para o conhecimento destas tendências torna-se necessária, contudo, a construção de índices dos preços das exportações e importações de modo que o quociente resultante decorra da relação entre dois índices tomando por base um ano determinado.

- Poder de compra das exportações (Pce)

O poder de compra das exportações de um país corresponde ao montante das importações, que é possível realizar, com base nas exportações (Ex) realizadas, e a relação de preços de intercâmbio existente.

$$Pce = Pe / Pm \cdot Ex$$

- Capacidade de pagamentos no exterior (CP)

A capacidade de pagamentos de um país é determinada pelo volume de divisas que é possível dispor através das entradas de pagamentos das exportações, das entradas de capital em diversas modalidades, de crédito e de outras despesas no país de residentes no exterior, isto é:

$$Cp = Pce + Ke + Ee + De$$

$$Ke = \text{Capitais}$$

$$Ee = \text{Empréstimos}$$

$$De = \text{Outras rendas}$$

- Capacidade para importar (C_m)

As divisas disponíveis de um país são utilizadas com diversas finalidades, de modo que apenas uma parcela da capacidade de pagamento pode efetivamente ser destinada a compras de mercadorias e bens.

De fato, do mesmo modo que ocorrem movimentos de divisas para o país na forma de empréstimos, investimentos, despesas de turistas etc., também se verifica um movimento inverso. Assim, da capacidade de pagamento é necessário deduzir estas parcelas a fim de quantificar os valores que possam ser usados para importações.

$$C_m = P_{ce} + K_e = E_e + D_e - K_s - E_s - D_s, \text{ isto é:}$$

$$C_m = P_{ce} = (k_e - k_s) + (E_e - E_s) + (D_e - D_s)$$

$$C_m = P_{ce} + K + E + D$$

D = despesas de turistas

e = entradas

s = saídas

- Importações (m)

Resta ainda verificar se a capacidade para importar corresponde às necessidades do país neste particular. Evidentemente, é possível que uma nação tenha uma

elevada capacidade para importar, mas não ocorra uma correspondente carência de importações, verificando-se o mesmo em sentido contrário.

O ajustamento destas duas situações é efetuado por meio das variações nas reservas (q) que podem ser positivas ou negativas. Assim, quando as importações são inferiores à capacidade para importar, as reservas aumentam ($M < C_m$), contrariamente ocorrendo, ou seja, diminuindo as reservas quando as compras são maiores do que a capacidade para importar ($M > C_m$). Quando se estabelece uma igualdade entre as variáveis, permanecem inalteradas as reservas, ou seja:

$$M = P_{ce} + K + E + D \pm 9.$$

Política Cambial

A taxa de câmbio é uma peça-chave para estabelecer o grau de proteção contra bens e serviços importados e contra a lucratividade das exportações, além de determinar o poder de compra do comércio.

Dois sistemas de taxa de câmbio têm sido adotados no Brasil: o de taxa de câmbio livre ou flexível e o sistema de taxas fixas.

- Taxa de câmbio fixa

A característica fundamental desse sistema é a relação fixa entre taxa de câmbio vigente e determinada mercadoria ou moeda. O Sistema Bretton Woods, adotado após a II Guerra Mundial, é um exemplo de um sistema com taxas de câmbio fixas. Neste caso, a conversibilidade entre dólar e ouro a um preço fixo foi fixada pelos Estados Unidos da América em U\$35.00 por ouro do metal.

- Taxa de câmbio flutuante

A taxa de câmbio (flexível) flutuante, quando é pela força da oferta e da demanda. No caso do Brasil é esta a política que foi adotada, em 1999, mesmo que oportunamente o Banco Central faça alguma intervenção para manter a taxa de câmbio sob controle. Neste caso, fazem uso de suas reservas internacionais, vendendo e comprando dólares.

O famoso economista e prêmio Nobel da Escola de Chicago, Milton Friedman é um defensor ardoroso desse sistema.

O Comércio Exterior no Brasil

As informações relativas ao comércio de mercadorias do Brasil mostram que no ano de 2006 foram exporta-

dos para o exterior US\$ 137,5 bilhões. Como as compras dessa origem foram US\$ 91,4 bilhões, resultou em um saldo de US\$ 46,1 bilhões. A evolução nas transações internacionais do Brasil tem sido muito positiva, em um recorde de aumento de 128% de exportações entre 2002 a 2006 (Tabela 10). Como as importações ascenderam menos (116%), donde o saldo da Balança Comercial também elevou-se no período 154%. Contribuíram fundamentalmente para esses resultados as vendas de produtos agrícolas, principalmente soja.

Segundo as Unidades da Federação, São Paulo foi o principal exportador com US\$ 45,9 bilhões em 2006, correspondente a 30% das vendas neste ano. O saldo comercial foi de US\$ 8,8 bilhões, pois São Paulo importou apenas US\$ 37,1 bilhões. O segundo estado mais exportador foi Minas Gerais, com US\$ 15,6 bilhões e um saldo de US\$ 10,7 bilhões. As transações internacionais brasileiras têm origem em 85% em oito estados, sendo que do Norte e Nordeste apenas o Pará contribuiu com 5% das exportações, havendo realizado poucas importações.

O principal destino das exportações foi a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), com US\$ 623 bilhões, com os Estados Unidos absorvendo 50% desse valor.

A América Latina e Caribe comparam US\$ 36,4 bilhões, dos quais o MERCOSUL participou com 36%.

Outro bloco econômico importante para as exportações brasileiras foi a União Europeia, com US\$ 30,3 bilhões. Esta área de comércio também proporcionou o maior valor das importações brasileiras no montante de US\$ 20,1 bilhões. Do MERCOSUL o Brasil importou US\$ 8,9 bilhões e a China valor semelhante. O bloco econômico formado pelo que se denomina Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC) foi donde o Brasil mais importou, ou seja, US\$ 44 bilhões.

Em resumo, estima-se que as importações brasileiras provieram 54% dos países classificados como desenvolvidos e o restante dos países em desenvolvimento, segundo o critério do Banco Mundial.

TABELA 9 – Comércio Exterior do Brasil 2002-2006
(Valor bilhão US\$)

Ano	Exportação	Importação	Saldo Comercial
2002	60,3	42,2	18,1
2003	73,1	48,3	24,8
2004	96,5	62,8	33,7
2005	118,3	73,6	44,7
2006	137,5	91,4	46,1

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 2006.

TABELA 10 – Comércio Exterior das Principais Unidades da Federação – 2006

(Valor bilhão US\$)

Estado	Exportação	Importação	Saldo Comercial
São Paulo	45,9	37,1	8,8
Minas Gerais	15,6	4,9	10,7
Rio Grande do Sul	11,7	7,9	3,8
Rio de Janeiro	11,5	7,3	4,2
Paraná	10,0	5,9	4,1
Pará	6,7	0,6	6,1
Espírito Santo	6,7	4,7	1,9
Santa Catarina	5,9	3,4	2,5
Outros	23,5	19,5	4,0
Brasil	137,5	91,4	46,1

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 2006.

Os Blocos Econômicos de Países

Ao longo das últimas décadas os países tanto subdesenvolvidos como desenvolvidos, procuraram se organizar em diversas modalidades de blocos por associações. A finalidade é disciplinar as relações comerciais entre si e com outros países.

São quatro as modalidades mais importantes dessas organizações: Área de Livre Comércio, União Aduaneira,

Mercado Comum e União Econômica e Monetária. Vão desde a simples redução de tarifas alfandegárias à abertura de mercados internos, livre circulação de capitais até a adoção geral de políticas de desenvolvimento econômico e moeda única.

Neste último caso se encontra a União Europeia, com 27 países integrantes em 2007 e um Produto Interno Bruto de US\$ 13,9 trilhões e população de 494 milhões. Com uma renda *per capita* então de US\$ 28 mil, trata-se de um grupo de países ricos. Os seus membros fundadores foram: Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos. O bloco de cooperação econômica da Ásia e do Pacífico (APEC) foi criado em 1989 com o objetivo de estabelecer até o ano de 2020 um zona de livre comércio entre 20 países membros, e Hong Kong. O grupo se destaca como o maior do mundo em volume de negócios, concentrando 30% de todas as exportações do planeta. Em conjunto, contavam com um Produto Interno Bruto de US\$ 26 trilhões. A renda *per capita* média era de US\$ 10.000 com países desenvolvidos e em desenvolvimento. Podem ser citados como exemplo os Estados Unidos, Austrália, Canadá, Japão dentre os ricos; e Indonésia, México, Peru, Tailândia entre os demais.

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi criado em 1991 e abrange a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Foram recentemente incluídos no bloco Chile,

Bolívia e Peru. Em conjunto, contavam com um Produto Interno Bruto de US\$ 1.146 bilhões e renda *per capita* de US\$ 4,198 no ano de 2007. A população correspondia a 213 milhões. Nesta época, as tarifas de importação entre os países-membros estavam reduzidas em 90%. Nos últimos anos, o intercâmbio era de US\$ 25 bilhões entre esses países, com destaque de 80% envolvendo o Brasil e Argentina.

Devem ser referenciados também o Mercado Comum e Comunidade do Caribe (CORICOM) que é um bloco com 14 países, iniciado em 1973. A Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), com 10 países, surgiu em 1967, mas diferentemente dos demais blocos, destinam 80% de suas exportações a países não associados. Além desses, existiam outros blocos em fase de organização.

O segundo bloco de maior dimensão econômica depois da União Europeia é o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), com início em 1988, com um tratado entre Estados Unidos e Canadá. Em 1993, o México passou a integrar o grupo que gera anualmente US\$ 11 trilhões e abarcam uma população de 422 milhões de habitantes.

PARTE SEIS

DESENVOLVIMENTO E
SUBDESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

Somente nos últimos cinquenta anos foi que
os países compreenderam que era possível
sair do estado de subdesenvolvimento
em que se encontravam



Elementos Conceituais

Desenvolvimento econômico é um assunto que se tornou de primordial interesse para o conhecimento especulativo e para o mundo prático. Como se trata de um problema que envolve estruturas econômica, social e política das nações, constitui-se também uma “ideologia”.

Apesar de só recentemente se ter constituído num problema do pensamento econômico contemporâneo, ele é um assunto constante na teoria econômica. Paul A. Baron (1955) afirma mesmo que desenvolvimento econômico é “o tema central da Economia clássica”.

Pelas razões expostas, o presente capítulo tem por escopo examinar alguns aspectos teóricos à análise do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, num quadro do mundo real.

Um país economicamente subdesenvolvido é o que em média proporciona aos seus habitantes um produto final de consumo e bem-estar material apreciavelmente inferior àquele proporcionado pelas economias dos países desenvolvidos.

Naturalmente, cada país é subdesenvolvido no sentido de que não atingiu ainda a plenitude e é, por isso, capaz de desenvolver-se ainda mais. Desta maneira, o conceito é, antes de tudo, um conceito comparativo e

refere-se ao melhor ou pior desempenho da Economia de um país. Fora da esfera econômica, um país subdesenvolvido pode ser altamente desenvolvido em arte, religião, filosofia ou organização social.

O subdesenvolvimento significa um mau desempenho econômico, mas com potencialidades de melhorias através da aplicação dos meios conhecidos e adotados em outras regiões. Dizendo de maneira diferente, isto significa que se os países subdesenvolvidos usassem os recursos de produção que possuem mais eficientemente, os habitantes destes países conseguiriam um produto final de consumo e bem-estar material apreciavelmente melhor do que o obtido.

A conceituação de desenvolvimento e subdesenvolvimento é indiscutivelmente importante como ponto de partida para o estudo da matéria que o presente curso tem em vista. Tal significação, porém, é mais de caráter teórico ou didático, pois a compreensão exata do problema somente se concretiza depois de obter-se uma ideia clara de toda a matéria em estudo. Na verdade, num curso resumido sobre desenvolvimento econômico não convém fazer uma digressão exaustiva no tocante a essa complexa expressão. Parece-nos mais profícuo fazer alusões mais ou menos genéricas a respeito do problema, deixando de lado o estudo mais profundo das controvérsias.

A noção de desenvolvimento que contava com maior número de seguidores se fundamenta no crescimento do produto ou renda real por habitante. Isto é, diz-se que um país ou região se desenvolve quando apresenta, ao longo de um período de tempo, incremento do produto, ou renda real por habitante. Este critério da medição do desenvolvimento apresenta certas limitações, como será discutido mais adiante, porém é extremamente prático. De fato, o conceito de desenvolvimento é relativo, ou seja, para se saber se um país deve ou não ser considerado subdesenvolvido é necessário comparar-se o seu padrão de vida, cujo indicador mais vulgarizado é a renda *per capita*.

Comparando-se os dados de renda, segundo esse critério, chega-se à conclusão de que o mundo se separa em uma minoria de países com padrões de vida elevados e uma grande maioria de subdesenvolvidos, tomando como divisor dos grupos o nível de U\$ 765,00 *per capita*, que é o estabelecido pelas Nações Unidas. Dificilmente seria possível chegar-se a tal conclusão de modo tão simples, pois afora os dados de renda nacional, que praticamente são calculados em quase todos os países do mundo, poucas são as outras estatísticas que poderiam ser utilizadas com esse propósito. Deve-se, porém, estar advertido das limitações do conceito de renda *per capita*.

Dentre referidas objeções, podem ser destacadas como as mais ponderáveis:

- a) A renda *per capita* indica apenas a produção por habitante, ignorando, portanto, o problema da distribuição que é de suma importância quando se procura conhecer os níveis de bem-estar.
- b) As cifras de renda nacional são, na maioria dos países, relativamente deficientes. Ademais, a comparabilidade internacional das estatísticas de renda ficam prejudicadas, em parte, pela própria dificuldade de conversibilidade em uma moeda padrão e, em segundo lugar, devido aos enganos que podem conduzir o confronto de economias em estágios de desenvolvimento diferentes. Nos países atrasados predomina a Economia primária que monetariamente dispensa numerosos serviços, os quais são apenas computados na renda nacional nas economias mais adiantadas.
- c) Não considera, ainda, a renda *per capita*, o crescimento da renda em relação aos recursos de que dispõe a Economia nacional. Realmente uma Economia pode ter uma renda *per capita* baixa, mas se encontra apenas utilizando parte de sua capacidade produtiva, enquanto outro

país com o mesmo nível de renda pode estar trabalhando em toda a plenitude dos seus recursos conhecidos.

Tais objeções, que são motivo de acirradas controvérsias, não são suficientes para motivar o abandono do critério de renda *per capita* desde que os resultados atingidos por este método sejam auxiliados mediante outros indicadores.

Alguns autores como Colin Clark⁵ preferem comparar o produto por homem/hora, isto é, ao invés de estabelecer uma relação entre a renda e a população total (renda *per capita*) o faz com a renda e a população economicamente ativa ou ocupada. Este critério, contudo, além das críticas já formuladas no método anterior, no tocante à parte de representatividade dos dados, comporta, ainda, a limitação de que o índice pode permanecer inalterado enquanto a renda global aumenta, através do aumento das horas trabalhadas ou da percentagem das pessoas ocupadas. Neste caso, como é evidente, apresentaria aumento da renda *per capita*, refletindo a verdadeira situação.

⁵ Colin Clark. *The Conditions of Economic Progress*, 1985.

Características das Economias Subdesenvolvidas

A identificação do nível de desenvolvimento de um país ou região pode ser conseguida de várias maneiras, utilizando diversos critérios de julgamento. Usualmente são adotados os seguintes indicadores, com essa finalidade: 1. Renda *per capita* baixa; 2. Duração curta de vida; 3. Alto índice de natalidade. Taxa bruta de mortalidade acrescida da taxa de mortalidade infantil; 4. Baixo nível de saúde da população; 5. Níveis deficientes de alimentação, roupa, moradia e educação; 6. Ineficiência quanto à formação de capital, devido ao baixo nível de poupança, desigualdades nos níveis de renda, distorção qualitativa e quantitativa dos investimentos; 7. Índice reduzido de progresso e modificações nas técnicas, devido principalmente à falta de capacidade para invenção e do espírito empreendedor.

Outros índices gerais considerados úteis para mensuração do estágio de desenvolvimento de uma comunidade, estritamente correlacionados com a expansão da renda, são: 1. Taxas percentuais da população total em relação à força de trabalho e estrutura da população ocupada, com predomínio da agricultura; 2. Medidas de consumo *per capita* atual de bens e serviços; 3. Indicadores do nível de estudo ou condição material dos indivíduos.

Como ficou exemplificado, as áreas subdesenvolvidas podem ser distinguidas das já desenvolvidas através de certos índices monetários e não monetários.

Poder-se-ia dizer, portanto, que um país está atingindo o desenvolvimento econômico se estes indicadores apresentassem uma melhoria continuada, em termos reais.

A Teoria Geral do Desenvolvimento Econômico

O interesse pelos problemas do desenvolvimento econômico não constitui novidade sem precedentes no campo teórico da Economia política. Cabe notar, a propósito, que desenvolvimento econômico foi tema central mesmo na Economia clássica, conforme se constata na obra pioneira de Adam Smith *Riqueza das Nações*.⁶ É verdade que a ideia de desenvolvimento, contida no pensamento de Smith, emerge explicitamente e de modo dogmático.

Durante um longo período, contudo, o problema do desenvolvimento ocupou uma posição secundária no âmbito da Ciência Econômica. As questões que os economistas dessa fase mais deram atenção foram as

⁶ Adam Smith (1776). *An Inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*.

relativas à repartição do produto social, às flutuações dos níveis de preço e à insuficiência periódica da intensidade de ocupação da capacidade produtiva. É verdade que às vezes, ao lado desses problemas eram tratadas algumas questões sobre o crescimento a longo prazo. Não obstante, o enfoque de modo geral se consubstanciava na formulação de uma teoria da estagnação ao invés de desenvolvimento propriamente dito.

O predomínio da teoria do desenvolvimento no pensamento econômico do mundo, todavia, se acentuou bastante a partir da grande crise de 1929. Referidas teorias tratam de explicar, numa perspectiva macroeconômica, as profundas transformações da estrutura econômica, social e política, assim como da organização dominante da produção, da distribuição e do consumo. As teses principais dos mais importantes estudos sobre o assunto procuram esclarecer essencialmente os seguintes tipos de problemas.

- a) Quais as condições e que fatores foram responsáveis pelo advento das primeiras economias comerciais;
- b) Que condições são exigidas para que um sistema não industrial estacionário passe para um sistema industrial em expansão;

- c) Quais são as condições necessárias para que as economias subdesenvolvidas eliminem a diferença que as separa das economias adiantadas, cujo desenvolvimento teve início nas últimas décadas do século XVIII e na primeira metade do século XIX.

Fato relevante que deve ser levado em consideração, portanto, no estudo desse problema é que não existe uma única teoria do desenvolvimento econômico. De fato, são incontáveis os fatores que podem determinar o crescimento econômico em cada país, havendo como decorrência grupos de teorias que procuram explicar os vários processos que levam ao desenvolvimento econômico ou à involução de certas economias. Grande parte da literatura sobre o assunto, todavia, foi elaborada nos países adiantados.

Subentende-se, daí, naturalmente, que se constitui esse o motivo da inadequação de muitas teorias, para explicar os fatos da perspectiva dos verdadeiros interesses dos países subdesenvolvidos. Sem dúvida, tal acervo de concepções teóricas e conhecimentos científicos são indispensáveis às reformulações das teorias econômicas e sociais, que modernamente estão sendo realizadas. De fato, grande parte dos países subdesenvolvidos estão agora iniciando uma linha de política econômica sem qualquer precedente histórico nos países adiantados.

Os países subdesenvolvidos, preocupados com a problemática do desenvolvimento atual, estão procurando formular as suas próprias teorias, ajustadas aos seus problemas e interesses.

O desenvolvimento econômico deve ser considerado sob dois prismas: como fenômeno relativamente espontâneo e como fenômeno provocado. Alguns países conseguiram alcançar prosperidade através de um longo processo de crescimento econômico não deliberado. Naturalmente que a evolução desses países decorreu de políticas econômicas que no seu momento histórico contribuíram para esse fim, mas não havia uma decisão política de fazer desenvolvimento econômico como objetivo. A falta de consciência dos problemas de desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, do mecanismo do processo motivou muitas vezes a adoção de políticas que resultaram em estagnação ou retrocesso da Economia de alguns países.

Somente nos últimos cinquenta anos foi que os países compreenderam que era possível saírem do estado de subdesenvolvimento em que se encontravam. Para que isso ocorra, torna-se necessária a adoção de medidas deliberadas com vista ao alcance de padrões de vida mais elevados do que os existentes historicamente. A procura pela compreensão dos problemas de desenvolvimento passou a se constituir no centro de interesse de todos

os países que almejam o desenvolvimento econômico. Apesar dos esforços despendidos por muitos países com o propósito de desenvolverem-se, muitos obstáculos têm surgido para impedi-los de alcançarem os seus propósitos. Mesmo assim, é reconhecido que a utilização dos recursos tem-se tornado mais adequada, mesmo diante dos resultados limitados atingidos.

Elementos do Crescimento

O Professor Simon Kuznets realizou estudos exaustivos sobre a medição e análise do crescimento econômico mundial. Por esse trabalho ele recebeu o Prêmio Nobel de 1971. Ele definiu o crescimento econômico de um país como “o aumento de longo prazo na capacidade de ofertar bens econômicos progressivamente mais diversificados a sua população, baseando-se esta capacidade crescente nos avanços tecnológicos”.

Segundo o Professor Simon Kuznets, quase todas as nações desenvolvidas passaram por vários aspectos característicos: Altas taxas de crescimento do produto *per capita* e da população; Altas taxas de elevação da produtividade do total dos fatores, especialmente na produtividade da mão-de-obra; São altas as taxas de transformação estrutural da Economia, com a redução da participação da agricultura na formação da renda e

do emprego e taxas de transformação social e ideológica. Há uma propensão dos países economicamente desenvolvidos para estenderem-se pelo resto do mundo, na busca de mercados e matéria-prima. Observa, finalmente, Kuznets, que a difusão deste crescimento econômico é limitado, atingindo apenas um terço da população mundial. Essas características são altamente inter-relacionadas e se reforçam mutuamente.

Desenvolvimento do Nordeste

Desde o início da década de 1950, o Brasil apresentou crescimento continuado e de mudanças estruturais. Isto transformou a Economia brasileira de predominantemente rural em sociedade de natureza urbana. O Brasil ocupa hoje o oitavo lugar entre as potências industriais do mundo. Mas com discrepância estarrecedora entre o progresso econômico e as condições de pobreza de segmentos importantes da população em todas as partes do país, especialmente no meio rural do Nordeste.

A “performance” da Economia brasileira no processo de evolução comentado tem apresentado avanços rápidos em certos períodos e desaceleração em outros, de acordo com as condições favoráveis e vicissitudes da Economia interna e mundial.

Os efeitos das flutuações econômicas registradas no país ou no exterior nem sempre se refletem instantaneamente no Nordeste, de modo que há certa diferenciação temporal ou efeitos retardados nas taxas de crescimento do produto em nível nacional e na região. As políticas e incentivos específicos direcionados para o Nordeste têm motivado também o crescimento autônomo do produto em certos períodos, mesmo que, no final das contas, repercuta nas próprias taxas de comportamento da Economia brasileira.

Segundo estudos do Banco do Nordeste, a evolução da renda e vários indicadores sociais representam o reflexo de fatores exógenos (históricos, climáticos, escassez de recursos naturais etc.), bem como a consequência de políticas governamentais de caráter regional e as de natureza nacional e setorial.

Esses fenômenos têm favorecido a melhoria da posição relativa do produto *per capita* do Nordeste, em relação ao Brasil, enquanto, em outras ocasiões, induzem a vazamento de recursos para o resto do país e a agravamento das disparidades inter-regionais.

O início da década de 1960 foi para a Economia brasileira uma fase de incerteza, motivada por problemas econômicos e dificuldades políticas. O lançamento do Plano Trienal em 1963 foi inócuo para deter o aumento da inflação e a tendência recessiva da Economia. Com a

mudança de governo em 1964, foram realizadas alterações na política econômica, com ênfase no combate à inflação, estabelecimento de uma Economia de mercado, redução dos déficit do Governo e remuneração real dos ativos financeiros. É desta época a formulação completa do Sistema Financeiro Nacional e a política de reajuste de salários inferiores à inflação, com piora no perfil de distribuição de renda do País. Mesmo com o aumento substancial das exportações, a capacidade ociosa da indústria de transformação chegou a alcançar 25% em 1965. O período seguinte foi de expansão de crédito ao consumidor e aquisição de moradia com o objetivo de revigoração da economia.

No período de 1968-73, a política governamental direcionou-se para a maximização da taxa de crescimento do produto a curto prazo. Era parte essencial da nova política o controle da inflação e a cobertura do déficit do balanço de pagamento com entradas líquidas de capital financeiro do exterior. A conjuntura internacional foi bastante favorável então, com crescimento das exportações brasileiras e a capacidade para importar em torno de 25% ao ano entre 1967-73. A conjunção da fase ascendente da Economia interna com um período excepcionalmente favorável do ciclo da evolução da Economia internacional passou a ser denominado no Brasil de milagre econômico. A taxa de crescimento do

produto total no período de 1968-73 atingiu 11,2%, e o da indústria alcançou 13,4% ao ano.

O período de 1974-1980 foi marcado por diversos eventos internos e externos que motivaram o arrefecimento da Economia brasileira, ainda que os 6,8% de crescimento do produto possam ser considerados como excelentes para as condições vigentes. O agravamento da Economia brasileira nesse período esteve associado à recessão das economias industrializadas (taxa de crescimento do produto de 2,8% entre 1973-79), decorrente, principalmente, do choque dos preços do petróleo e do colapso do acordo de **Bretton Woods**.

Na tentativa de manter o crescimento da Economia brasileira em ritmo semelhante à fase do milagre econômico, foram realizadas substanciais importações de bens de capital e matérias-primas a preços inflados por aumentos generalizados do comércio internacional. Ao mesmo tempo ocorreu uma brusca redução das exportações brasileiras, com aumento sem precedente do déficit na balança comercial e de serviços. A dívida externa, que era de US\$ 12,6 bilhões, passou para US\$ 32 bilhões em fins de 1977. Mesmo assim, a política monetária e cambial continuou a incentivar a captação de recursos externos (liberação das taxas de juros) bem como eram mantidos os estímulos ao crescimento do consumo interno. O resultado dessas diretrizes econômi-

cas, além da redução da taxa de crescimento do produto, foi o crescente aumento da dívida externa, pressões inflacionárias e o estrangulamento da Economia para a continuidade do crescimento de longo prazo.

A partir de 1980, especialmente 1981-83, o comportamento da Economia brasileira caracterizou-se por muitos entraves internos e problemas externos de consumo e de endividamento externo. Disso resultou uma drástica queda na taxa da Economia, que, no período referido, chegou a ser negativa. Novas medidas para reativar a Economia surtiram rápido efeito, de modo que entre 1984-86 a Economia brasileira voltou a crescer de 7,9% a.a., apesar de em 1988-89 haver ocorrido uma queda dessa taxa para 1,8%.

▪ As Mudanças Estruturais da Economia

A Economia do Nordeste do Brasil tem apresentado ao longo das últimas três décadas significativas modificações na sua estrutura produtiva. O comportamento dessas mudanças na composição das atividades setoriais do produto regional segue um padrão similar ao observado no processo histórico de desenvolvimento das nações hoje industrializadas.

Nesse sentido, pode-se observar a uma nítida tendência da perda gradativa de posição do setor primário na formação do produto total do Nordeste. Por sua vez,

o setor secundário nordestino manteve uma posição estrutural relativamente estável na década de 1950, em cerca de 15% do produto total, passando a representar aproximadamente 25% no quinquênio 1960-70. A partir de 1990 até o momento (2007), a percentagem tem sido em torno de 30-36%. No caso do Brasil, essa proporção foi alcançada em 1980, estando hoje com mais ou menos 40% do produto gerado pelo setor secundário. Da análise comparativa com o Brasil, pode-se concluir que o país mantém uma proporção do setor serviços superior ao do Nordeste, confirmando a teoria de que o setor terciário, por razões variadas, mantém-se com participação relativamente estável durante o processo de crescimento econômico.

Convém ressaltar que, no tocante ao setor industrial, destaca-se a indústria de transformação como a maior responsável pelo aumento da contribuição do setor secundário para a formação do produto regional, especialmente sabendo-se que ela corresponde a 62% deste segmento.

No contexto específico da indústria de transformação, destaca-se como fenômeno mais relevante o ganho expressivo de posição das indústrias dinâmicas, representadas pelas atividades metalúrgica, química, mecânica, material elétrico e de comunicações e, com menor expressão, os produtos relacionados com matéria plástica.

Esse padrão de comportamento na mudança da composição da indústria foi registrado em nível nacional; seguindo o Nordeste, com retardamento, os passos do Brasil e das regiões mais desenvolvidas do Sudeste e Sul. Referida situação condiz com as características registradas no decurso da evolução do produto do setor industrial dos países em desenvolvimento. Assim, verificou-se também no Nordeste, a tendência de uma queda acentuada da posição relativa dos setores produtores manufatureiros de bens de consumo não-duráveis, em contrapartida ao incremento dos bens intermediários e bens de capital e de consumo duráveis.

Para ilustrar esse fenômeno, pode-se mencionar que a estrutura do setor industrial das nações atualmente desenvolvidas conta com aproximadamente 10% de bens de consumo, 50 a 60% de bens de capital e similares e o restante de bens intermediários. Segundo estudos de Hottman (1958) os Estados Unidos tinham em 1870, uma estrutura industrial próxima ao padrão do Nordeste em 1980. Estudos realizados no Japão por Chang (1954) mostram que esse país, em 1936, tinha uma participação de 33% de bens de consumo, mas, naquela época, a contribuição dos bens de capital já era de 50%, com 11% de outros produtos.

Com relação ao setor terciário do Nordeste, as modificações estruturais mais expressivas ocorreram

na melhoria da posição das atividades financeiras, bens imóveis e serviços às empresas. Seguindo caminho proporcionalmente inverso, destacam-se atividades comerciais e os serviços comunitários, sociais e pessoais. Com menor expressão relativa, as atividades de transporte, armazenagem e comunicações também apresentaram tendências ascendentes nos últimos anos.

Dois comentários finais parecem ainda oportunos para maior clareza do fenômeno das mudanças estruturais que caracterizam o crescimento das economias.

Em primeiro lugar, as taxas diferenciadas de crescimento dos setores é que determinam as modificações da estrutura da produção. Assim, à medida que o setor industrial e de serviços evoluíram a ritmo mais acelerado do que o da agricultura, ocorreu a tendência já analisada de redução da participação do setor primário e elevação da posição das atividades mais dinâmicas. Tal comportamento pode ser explicado pela baixa elasticidade-renda da demanda dos produtos primários, com reflexo da estrutura das necessidades humanas e dos padrões de vida moderna que tendem a motivar a criação de maiores necessidades de produtos e atividades de outros setores que não os de origem agrícola.

O segundo comentário, de natureza ilustrativa, é a respeito da comparação dos padrões das mudanças

estruturais em curso na Economia do Nordeste e nos países em desenvolvimento de modo geral, em relação ao ocorrido nos países hoje desenvolvidos no seu processo histórico de crescimento. Pelos comentários já expostos, é óbvio que há uma semelhança no comportamento entre os dois tipos de países, quanto ao assunto em análise.

Para exemplificar, basta mencionar que o Reino Unido, no início da Revolução Industrial, em 1770, contava com 45% do produto gerado pela agricultura, reduzindo-se gradativamente essa participação para 20% oitenta anos depois, por volta de 1850 e, finalmente, estabilizando-se em torno de 2-3%, a partir da década de 1970 até o presente. O setor industrial, que participava com um quarto do produto total no início do período mencionado, subiu paulatinamente sua posição para, 200 anos após, alcançar cerca de 40%. As atividades terciárias evoluíram de 31% para os atuais 62%, de acordo com os estudos de Diane. Os Estados Unidos, França e Japão careceram de um século para alcançar essas mudanças estruturais. Estes, presentemente, contam em média com 2-4% do produto oriundos da agricultura, 36-41% da indústria e, dos serviços, entre 62% nos Estados Unidos e França, e 56% no Japão.

Assinale-se que, no processo de crescimento econômico moderno, tais mudanças estruturais estão sendo

obtidas em prazos extremamente curtos. A experiência do Nordeste comprova que as alterações estruturais que necessitaram de séculos nos países da Europa e da América do Norte foram conquistadas em poucas décadas no Nordeste, no Brasil e, de modo geral, em diversos países mais dinâmicos do Terceiro Mundo.

A semelhança dos padrões das mudanças estruturais entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, do ponto de vista quantitativo, não é válido quando se comparam as causas e os efeitos desse desempenho.

O Prêmio Nobel de Economia, Simon Kuznets (1966), realizou profundos estudos sobre os padrões de crescimento dos diferentes países em circunstâncias diversas, durante mais de dois séculos. Segundo esse renomado economista, as fontes de crescimento econômico que ocorreram na Europa Ocidental nas fases iniciais da Revolução Industrial e que prosseguiram até o período moderno são ambivalentes. Embora algumas mudanças – afirma Kuznets – que marcam o processo desse crescimento possam ser largamente econômicas e tecnológicas, a exploração do potencial de crescimento que encerram requer, geralmente, muitas invenções sociais, ou seja, mudanças em composições através das quais os indivíduos cooperam e participam da atividade econômica e social. À medida que o crescimento econômico e tecnológico avança, de acordo

com esses estudos, as sociedades devem modificar sua estrutura institucional preexistente, substituindo-a por instituições novas, e as perspectivas que governam a organização social.

Entre as principais características do processo histórico de desenvolvimento, analisadas por esse economista, vale destacar a obtenção no processo de crescimento de altas taxas de elevação da produtividade total dos fatores, especialmente da mão-de-obra, e altas taxas de transformação nas práticas sociais, políticas e ideológicas da sociedade em que tais mudanças ocorrem.

Em resumo, o crescimento econômico de uma nação ou região, nos tempos modernos, de acordo com as conclusões de Kuznets, deve apresentar transferências de produção do setor agrícola para o não-agrícola, e da população do campo para as cidades. A necessidade de modificações da posição econômica de grupos e de "status" de emprego, com elevação da renda *per capita* e melhoria da distribuição de bens e serviços com a população, que sustentam e determinam o crescimento econômico moderno, pode ser corroborada com as observações do sueco Myrdal (1965). Diz ele ser necessária, para a realização do processo de desenvolvimento econômico autêntico, a modernização dos métodos de pensamento da sociedade e a melhoria da distribuição da renda para elevar os níveis de vida. Enfim, acha Myrdal

ser indispensável para a obtenção do desenvolvimento a adoção vigorosa dos ideais de eficiência, zelo, pontualidade, frugalidade, honestidade, orientação para a mudança, autoconfiança, cooperação e disposição para organizar a vida pessoal e comunitária da nação.

São oportunas as conclusões do professor Stefan Robock (1964) sobre o assunto, reportando-se à situação do Nordeste do Brasil. Diz ele que o sistema é ineficiente porque não satisfaz as expectativas do povo. “O desafio que se apresenta no Nordeste brasileiro, portanto, é o de melhorar a eficiência de operação de toda a sociedade – dos indivíduos, das instituições privadas e das organizações governamentais de maneira continuada”.

PARTE SETE

ROTEIRO PARA RELATÓRIOS TÉCNICOS

Um bom relatório poupa tempo e dinheiro,
vence etapas, melhora sua imagem, sua carreira.



Finalidade dos Relatórios Escritos

De um modo geral, podemos dizer que os relatórios são escritos com os seguintes objetivos: 1) divulgar ao máximo os dados técnicos obtidos; 2) registrá-lo em caráter permanente.

A linguagem escrita, ademais, oferece uma série de vantagens sobre os relatórios orais, sem falar na necessidade ou exigência que se faça quanto ao primeiro tipo de relatório. De posse do relatório escrito, as partes interessadas poderão usar os dados fornecidos repetidas vezes até considerá-los perfeitamente assimilados.

Fontes de Informações

Muitos relatórios são elaborados com base em pesquisas originais, executadas pelo próprio responsável pelo relatório. De modo geral, porém, os estudantes terão de usar informações já produzidas por outras pessoas, entidades ou órgãos oficiais de estatística. Os arquivos constituem também uma boa fonte de informações e as bibliotecas são excelentes repositórios de publicações, estudos e pesquisas que podem ser exploradas de forma útil. Sem muitas dificuldades, podem ser feitas entrevistas com componentes de equipes e grupos de trabalho quaisquer outras pessoas conhecedoras do assunto que seja motivo

do tema estudado. Através desses contatos pessoais podem ser evidenciados pontos que poderiam ser desprezados pelo autor ou esclarecer questões obscuras que porventura tenham surgido do manuseio das informações de fontes secundárias. Este procedimento poderá resultar em enriquecimento do assunto estudado e dar uma maior originalidade ao trabalho em elaboração.

Compilação dos Dados

Após haver consultado as diferentes fontes de informações e realizado os estudos necessários, o relator acha-se habilitado a compilar os dados de que necessita.

O sucesso de um relatório depende bastante da habilidade do seu autor em preparar um esboço adequado. Ele servirá de ponto de apoio para a coleta e análise dos dados.

Durante a preparação das tabelas estatísticas é necessário estar atento para as regras existentes sobre o assunto. Com essa finalidade o Conselho Nacional de Estatística estabeleceu oficialmente as “Normas de Apresentação Tabular” que atualmente são usadas no País neste particular.

No final deste documento se encontra um resumo das principais normas que devem ser rigorosamente seguidas na preparação das tabelas estatísticas.

Análise das Informações

A análise das informações requerem quatro operações: 1) classificação do material; 2) justaposição das partes logicamente relacionadas; 3) eliminação dos dados desnecessários; e 4) acréscimo de material novo.

Com os dados e informações organizados em sequência lógica, pode o relator estudar os elementos que lhe parecem mais importantes para os objetivos que tenha em vista esclarecer ou informar. No preparo do relatório deve-se desprezar os pontos de menor importância, indicando, porém, que embora os mesmos não tenham sido incluídos no relatório, não foram todavia descurados.

Organização do Relatório

Depois de examinar todo o material colhido e verificar a sua importância, a falta ou abundância de dados, o relator deverá estabelecer, ou ver-se forçado a isso, o tamanho de seu relatório. Às vezes são estabelecidas aprioristicamente o número de páginas que o trabalho deve conter. O reajuntamento do material disponível face a tal especificação poderá exigir a eliminação de parte do material conseguido ou apresentá-los de maneira mais resumida. Em outros casos, torna-se necessário obter material complementar para ampliar o trabalho até

o tamanho mínimo exigido. Esse procedimento poderá implicar um novo processo de avaliação e eliminação, ou poderá exigir uma revisão do esboço inicialmente traçado. Finalmente, caso seja preferível a utilização de tabelas e gráficos, deverão ser escolhidos os tipos e modelos que melhor se adaptem a cada caso, atendendo-se sempre para a magnitude dos objetivos e os principais pontos a serem cobertos pelo relatório.

Preocupações do Relator

Quando da elaboração de um relatório técnico, é necessário que o relator considere alguns aspectos essenciais à produção de um bom trabalho. A primeira preocupação do relator deve ser a objetividade. Os relatórios técnicos devem ser objetivos, evitando-se sempre que possível digressões desnecessárias e pouco esclarecedoras a respeito do assunto estudado. A imparcialidade é outro aspecto decisivo nesse sentido. Devem ser desprezadas todas as opiniões que distorcem a realidade do problema tais como interesses pessoais, sentimentos e preconceitos sobre o problema em estudo.

Preparação de um esquema – destaca-se, também, como uma das providências fundamentais à elaboração de um relatório, o preparo de um esquema contendo a discriminação dos temas principais do trabalho e suas

subdivisões. Esta providência pode ser dispensada no caso de haver sido organizado antecipadamente um índice do relatório. É comum os esquemas serem adaptados em forma de índice quando da apresentação final dos relatórios. Anexos a este trabalho encontram-se alguns modelos de sumários e esquemas de alguns trabalhos já realizados.

Composição do Relatório

Página contendo o título do trabalho – dá ao leitor uma ideia do conteúdo do relatório. Deverá sempre declarar o assunto da forma mais completa e enfática possível. Às vezes torna-se necessária a inclusão de subtítulos. Poderá esta mesma página conter também o nome do autor, a data de sua elaboração e o nome e localização da organização para a qual foi elaborado o relatório.

Sumário – destina-se a revelar a composição do relatório, apresentando os principais títulos e subtítulos devidamente distinguidos um do outro.

Introdução – diz do objetivo e da extensão do relatório, bem como os elementos que serviram de base para a elaboração do documento.

Resumo – é uma condensação do relatório, na qual é dada particular ênfase aos principais resultados e conclusões obtidas. É conveniente colocar esta parte logo depois do índice e da introdução do relatório, pois

assim o leitor tomará conhecimento de imediato do que é essencial no trabalho.

O texto – por questão de clareza, deverá ser utilizada uma linguagem destituída de circunlóquios e caracterizada pela simplicidade de sua estrutura. É engano pensar-se que o uso de palavras difíceis e sentenças complicadas fazem um bom relatório. Ao contrário, quanto mais intuitiva a sua forma, mais apropriada ela se torna.

Os dados poderão ser apresentados graficamente ou em forma tabular, sendo preferível colocar no corpo central do relatório apenas as tabelas mais importantes ou em forma resumida. Em anexo, porém, devem constar todas as tabelas essenciais ao entendimento do texto. Deve-se estar advertido porém que um breve relato de certos resultados poderá ser mais recomendável do que uma descrição detalhada de todos os cálculos feitos.

Um bom relatório técnico deverá sempre conter dados corretamente interpretados e que possam servir de base a recomendações. Muitos relatórios são deficientes por apresentarem uma discussão insatisfatória dos resultados obtidos. O leitor não familiarizado com a matéria, vê-se face a uma exposição insatisfatória dos resultados obtidos. O leitor não especializado depara-se, enfim, com uma apresentação de métodos e um amontoado de dados de alta complexidade para serem imediatamente compreendidos.

Um relatório que possa parecer óbvio ao relator que refletir sobre o assunto diversas vezes, poderá não ocorrer imediatamente, ou de forma alguma, aos leitores. Eis porque, geralmente é de conveniência que sejam acrescentadas algumas explicações ao corpo do relatório, mesmo com o risco de prolixidade, ao invés de deixar o leitor confuso.

Conclusões – finalmente a inclusão da parte sobre conclusões é facultativa, dependendo da natureza e objetivos do relatório. Apesar disso, convém, nos relatórios mais completos, destacar os fatos importantes. Além disso é útil que se faça uma apreciação crítica dos resultados obtidos, e de outros aspectos do relatório de vez que frequentemente conduz a novos métodos de aproximação, isto é, a novas ideias para investigações futuras e para utilização prática dos resultados obtidos, se este é o caso.

Nota de pé-de-página – serve para indicação das fontes bibliográficas que deram origem a situações no texto do relatório ou para explicações complementares dos assuntos tratados no corpo do trabalho. Para essas chamadas pode-se adotar o uso de asteriscos ou números, repetindo-se a notação escolhida no final da página, separada do texto por um traço.⁷

⁷ Referido traço tem, usualmente, o comprimento de 5 centímetros.

Quando se trata de registros bibliográficos deve-se levar em conta os critérios estabelecidos com cada finalidade. Assim, no caso da chamada destinar-se a mencionar o livro que deu origem à citação ou que se refira a sugestão de leitura complementar deve-se fazer o registro obedecendo à seguinte ordem:

- a) nome do autor (o último nome em primeiro lugar)
- b) título do livro
- c) lugar, editor e data da publicação
- d) número do volume e a página de referência, se for o caso.

Exemplos:

LEITE, Pedro Sisnando. *A Luta pelo Desenvolvimento Regional e Rural no Mundo*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

BURSK, Edward C. & CHAPMAN, John F. *Modern Marketing Estrategy*. New York, New American Library, 1965.

KINDLE, Joseph H. *Geometria Analítica: plana e no espaço*. Resumo da teoria, problemas resolvidos, problemas propostos. Rio de Janeiro: McGraw – Hill do Brasil, 1970.

Quando se trata de revistas ou jornais deve-se registrar da seguinte maneira:

- a) nome do autor (em ordem normal, no caso de uma Instituição e segundo o anterior, nas outras situações)
- b) título do artigo (desejando-se uma referência específica)
- c) nome da revista ou periódico
- d) número do volume e da página onde se encontra o artigo
- e) lugar e data de publicação.

Exemplos:

HOLANDA, Nilson Craveiro. Problemas de avaliação de projetos em países subdesenvolvidos. Revista Brasileira de Economia, vol. 24, n. 3, Rio de Janeiro, jul./set./70.

Fundação IBGE. Comércio Internacional. Exportação por vias internas, 1958, Ceará. Rio de Janeiro, IBGE, 1970.

MORAIS, Marcus Vinícius Patrino de. As imposições da tecnologia, Jornal do Brasil, Revista Econômica 70/71, p. 27, Rio de Janeiro, edição de 26 de março de 1971.

O mesmo procedimento acima deve ser adotado para a organização das referências bibliográficas no final do relatório. Neste caso, a ordenação da bibliografia deve seguir a ordem alfabética.

Dicas para Escrever Bons Relatórios

1. Faça um **esboço** minucioso do que deseja escrever.
2. Seja **breve** sem prejuízo das informações que deseja comunicar.
3. Seja **específico**, evitando generalizações.
4. Seja **lógico** no desenvolvimento do tema, com a utilização de parágrafos.
5. Use **sentenças curtas** para maior clareza e facilidade do leitor.
6. Utilize **palavras simples**, evitando jargões científicos.
7. Use a **estatística com parcimônia**, no texto, porque dificulta a leitura.
8. Torne clara as **fontes**, com referências para cada assunto tratado.
9. Apoie as conclusões com **fatos**, nunca deixando que o leitor tenha de fazer suposições.
10. Delimite claramente os **conceitos**, para evitar os julgamentos de valor.

Normas para a Elaboração de Trabalho Prático

▪ Redação

A redação dos trabalhos deve ser feita de modo a oferecer uma análise objetiva dos assuntos aborda-

dos. Em se tratando de um trabalho escolar, cumpre, porém, fazer uso da terminologia já conhecida, além dos aspectos conceituais ou mesmo teóricos envolvidos no tema.

Quando for pertinente, os trabalhos devem incluir no texto ou em apêndice tabelas estatísticas, ilustrações gráficas, fluxogramas, mapas etc. Os autores devem obedecer, com exceção de casos especiais, o roteiro indicado mais adiante e as monografias deverão ser digitadas em papel ofício, espaço duplo, contendo em local apropriado o nome da Faculdade, do trabalho e o nome e número do autor. Antecedente à parte do texto deve ser incluído um índice da matéria tratada e, quando necessário uma introdução fazendo a apresentação do trabalho e/ou comentando as dificuldades encontradas na sua elaboração.

▪ Referências bibliográficas e citações

Todas as citações devem ser feitas entre aspas, fazendo-se entre parêntese a chamada para a nota de pé-de-página, onde deverá ser indicado o nome do autor e do livro que deu origem à citação.

No final do trabalho deve ser incluída a relação dos livros ou documentos consultados e os respectivos autores ou responsáveis.

▪ Roteiro do Trabalho

Estado de _____

Causas do Baixo Nível de Renda *Per Capita*.

A- Sumário dos Principais fatos econômicos
(Veja o plano, anexo, para este sumário)

B- Fatores estruturais de origem geral

1. Parte porque este fator afeta a população economicamente ativa.

Explique porque este fator afeta a renda *per capita*.

Qual a magnitude da importância deste fator?

2. Estrutura do Emprego

Mostre as variações na renda do Estado, segundo os ramos de atividade, que se verificam, se a distribuição da população ativa por ramo de atividade, no Estado, fosse igual à do Brasil. Discuta a importância deste fator e calcule sua magnitude.

C- Agricultura:

1. Discuta a importância do setor agropecuário na Economia do Estado e descreva a natureza da atividade agrícola aí existente.

2. Uso da Terra

Quanto da área total do Estado não está empregada na agricultura? Como se divide o uso entre lavouras, pastagens e floresta?

3. Produtividade da terra

Compare a produtividade física por hectare das culturas mais importantes no Estado com as médias do Nordeste e do Estado de maior produtividade.

Compare a renda por hectare para diferentes culturas no Estado, a fim de constatar a concentração ou não em culturas pouco remuneradas.

Compare a estrutura das culturas no Estado com a estrutura nacional, a fim de que se verifique se o Estado tem uma concentração acima da média em culturas de baixo rendimento monetário por hectare.

Analise a importância e a magnitude das diferenças regionais no valor por toneladas das culturas mais importantes.

4. Área cultivada por trabalhador

Compare os hectares por trabalhador rural no Estado com outras áreas e analise os efeitos de quaisquer diferenças regionais.

5. Sumarie os fatores que, no setor agrícola, determinam o baixo nível de renda e analise a importância relativa

dos vários fatores, com especial ênfase nas questões que merecem investigações posteriores mais profundas.

D- Indústria

1. Discuta a importância da indústria para a Economia do Estado e descreva a estrutura da atividade manufatura. Use dados do censo de 1960 do Registro Industrial para os Estados que os dados do censo ainda não estão disponíveis.

2. Analise a concentração em indústrias de baixos salários (compare com o Estado de São Paulo).

3. Analise as diferenças estaduais em salários e valor adicionado dentro de indústrias específicas.

E- Outros Setores

1. Verifique se os outros setores são variáveis dependentes que variam com as flutuações na agricultura, indústria e governo, como itens individuais e no total.

2. Analise outros aspectos que considera importantes nesses setores.

F- Apêndices

Sumário dos principais fatos econômicos

1. População

2. Renda total (Indicar também a evolução ocorrida nos últimos cinco anos, usando um defletor).

3. Renda *per capita* – Renda segundo a repartição funcional (Percentagens)

4. Renda *per capita*

5. Agricultura

a) Renda bruta da Agricultura

b) Renda média por trabalhador rural

c) Principais produtos (Rol de 5 a 10 em ordem de importância)

6. Indústria

a) Renda total

b) Renda média por operário

c) Principais indústrias (ordenados segundo o valor adicionado, mostrando também, o número de operários empregados).

7. Comércio

a) Renda total

b) Renda média por empregado

8. Outros

Modelo de Sumário⁸

I – Introdução

II – A Posição do Sal no Conjunto da Indústria

⁸ SISNANDO, Maria Mirna Nobre. Relatório Preliminar da Indústria Salinera do Nordeste (1962). BNB/ETENE.

III – A Exploração do Sal no Nordeste Brasileiro

1. Antecedentes
2. Utilização e Produtos Derivados
3. Distribuição Geográfica das Salinas
4. Pessoal Ocupado
5. Produção
 - a. Aspectos Gerais
 - b. Participação Relativa dos Estados no Nordeste
 - c. Participação do Nordeste no Brasil
6. Tamanho das Salinas do Nordeste e outras áreas
7. Nível Técnico e Administrativo da Indústria Salineira
 - a. Processo de Produção
 - b. Aspectos Administrativos

IV – Mercado

1. Tamanho e Tendências
2. Comercialização

V – Suprimento de Insumos

VI – Exigências Locacionais

VII – Possibilidades no Nordeste

1. Áreas mais Promissoras
2. Aproveitamento das águas Residuais

VIII – Conclusões e Recomendações

PARTE OITO

ESQUEMA DE ESTUDOS

Após a fase inicial, deverá ser estabelecida
uma ordem de prioridade de execução
para os produtos a serem estudados



Âmbito Geral da Pesquisa

1. Objetivos: Identificar, por ordem de importância para a Economia nordestina, as atividades que merecem especial atenção, com a finalidade de ensejar a formulação de uma filosofia de trabalho que possa concretizar-se em normas operacionais adequadas.

2. Sumário do que deve ser abrangido pela pesquisa:

- a) Diagnóstico da situação atual de cada atividade com o fim de avaliar: a produção atual e tendências, os recursos utilizados para a obtenção dessa produção e os em potencial, as condições de mercado e comercialização e os problemas de ordem técnica.
- b) Descrição e análise dos recursos humanos, financeiros e materiais, assim como pesquisas complementares que possibilitem o conhecimento da localização das atividades estudadas pelas distintas áreas da região, em função tanto de aspectos agronômicos como econômicos, a fim de fixar prioridades para cada agência operadora do Banco.
- c) Formulação de políticas de financiamento (normas técnicas operadoras) através das quais possam ser implementadas as medidas a serem

recomendadas. Esta parte é o complemento dos itens **a** e **b**, cabendo a sua elaboração ao ...

- d) Avaliação e reajustamentos dos resultados obtidos de conformidade com a implementação do programa.

3. Equipe responsável: Os problemas sobre o que financiar e onde financiar ficarão a cargo de ... enquanto os sobre como financiar sob a responsabilidade do ...

4. Procedimentos para a execução da pesquisa: A execução dessa pesquisa poderá ser efetuada de acordo com um dos seguintes critérios:

Primeiro: Avaliação geral de toda a agricultura nordestina a fim de identificar quais os produtos que são significativos para a Economia da região do ponto de vista econômico e agrônômico, para efeito de financiamento.

Segundo: Partindo do conhecimento já existente, selecionar aprioristicamente quais os produtos que devem ser pesquisados.

Em qualquer uma das duas hipóteses devem ser levados em consideração tanto os produtos tradicionais que mereçam incentivos para expansão como também aqueles pouco difundidos, mas que possam contar com condições para implantação ou maior difusão.

5. Planejamento e esquema da pesquisa: Para um perfeito entrosamento com o ... e a fim de que se tenha

uma visão detalhada da pesquisa, tornar-se necessário a elaboração de um roteiro bem detalhado de tudo que deva ser incluído nos estudos. Isto não elimina, naturalmente, os roteiros individuais para cada produto, pois em cada caso haverá necessidade de considerar ou eliminar aspectos não relevantes para o produto que se tenha em vista. Após a fase inicial, deverá ser estabelecida uma ordem de prioridade de execução para os produtos a serem estudados, cujos critérios deverão ser indicados pela ... A mesma orientação deve ser seguida quando da elaboração dos questionários para as pesquisas de campo.

Esquema do Estudo

1. Justificativa do estudo
2. Objetivos da pesquisa
3. Metodologia
 - a. Critérios para a seleção dos produtos e das áreas
 - b. Etapas do trabalho
4. Fontes de consulta e levantamentos de dados
 - a. Estatísticas existentes
 - b. Pesquisa de campo
5. Nível de profundidade dos estudos
6. Necessidades de pessoal e suas qualificações
7. Cronograma preliminar e orçamento de despesas

Esboço de um Roteiro

1. Introdução
2. Importância econômica da cultura
3. Produção
 - a. área cultivada, produtividade, etc.
 - b. zoneamento das áreas produtoras destacando as de maior vocação
 - c. demais aspectos atinentes (preços do produto etc.).
4. Características das explorações
5. Exigências de fatores de produção e custos de produção
 - a. gastos feitos na cultura
 - b. dispêndios com *inputs* de produção
 - c. medidas para reduzir os custos de produção
6. Rentabilidade da cultura
7. Problemas de financiamento à produção
8. Problemas técnicos da produção
9. Estimativa do mercado e descrição da comercialização
 - a. mercados local, regional, nacional e externo
 - b. canais de comercialização
10. Atividades industriais que utilizam o produto como matéria-prima
11. Descrição dos recursos humanos, financeiros e técnicos que necessitam e poderiam ser mobilizados para a expansão da cultura
12. O que poderia ser feito pelo Banco no tocante ao produto na sua área atual de operação.

TABELA 11 – Seleção de produtos, segundo a 1ª hipótese

Destino	Tipo	Estado de transformação	Pontos para classificação
Mercado Interno (10)	Alimentos (10)	<i>In natura</i> (10)	30 x coef. mão-de-obra
		Semi-acabado (8)	28 x coef. mão-de-obra
		Industrializados (5)	25 x coef. mão-de-obra
	Matérias-primas (5)	Índústrias com capacidade ociosa (10)	25 x coef. mão-de-obra
		Expansão da indústria (8)	23 x coef. mão-de-obra
Mercado Externo (5)	Alimentos (5)	Implantação de novas indústrias (5)	20 x coef. mão-de-obra
		Industrializados (10)	20 x coef. mão-de-obra
		Semi-acabados (8)	18 x coef. mão-de-obra
	Matérias-primas (10)	<i>In natura</i> (5)	15 x coef. mão-de-obra
		Semi-acabados (10)	25 x coef. mão-de-obra
		<i>In natura</i> (5)	20 x coef. mão-de-obra

A Preparação de Tabelas¹⁰

Na preparação de tabelas, a estatística brasileira se rege pelas “Normas de Apresentação Tabular”, do Conselho Nacional de Estatística.

I – Definições

1. As partes principais de uma tabela são: corpo, cabeçalho e coluna indicadora.

2. O corpo da tabela abrange colunas e linhas que contêm, respectivamente, as séries verticais e horizontais de informações; ao cruzamento de uma coluna com uma linha dá-se o nome de casa.

¹⁰ “Normas de Apresentação Tabular” aprovadas pela Resolução nº 731, de 10.7.59, do Conselho Nacional de Estatísticas.

3. Cabeçalho é a parte da tabela em que é designada a natureza do conteúdo de cada coluna.

4. Coluna indicadora é a parte da tabela em que é indicada a natureza do conteúdo de cada linha, podendo a mesma tabela ter mais de uma coluna indicadora.

5. Distingue-se ainda na tabela estatística o título, o rodapé, a fonte e as notas e chamadas.

6. Título é a parte superior da tabela na qual se indicam a natureza do fato estudado, o local e a época em que o mesmo foi observado.

7. Rodapé é o espaço aproveitado, em seguida ao fecho da tabela, para inserção de notas de natureza informativa.

8. Fonte é o indicativo, no rodapé da tabela, da entidade responsável por sua organização ou fornecedora dos respectivos dados.

9. Notas e chamadas são as informações em linguagem concisa, colocadas no rodapé da tabela, em seguida à indicação da fonte, quando a matéria contida na tabela exige esclarecimentos:

- a) usa-se a nota para conceituação da matéria constante da tabela ou, ainda, para esclarecimento de carácter geral, quando mais de uma, são numeradas em algarismos romanos, e os respectivos textos vêm seguidos de ponto e traço, com exceção do último, que só é seguido de ponto final;

- b) usa-se a chamada para esclarecer certas minúcias em relação a casas, linhas ou colunas; é sempre numerada em algarismo arábico entre parênteses; quando mais de uma, os respectivos textos vêm seguidos de ponto e traço, com exceção do último, que só é seguido de ponto final.

II – Regras Gerais para a Apresentação de Tabelas Estatísticas

A – Generalidades

1. Cada tabela deve ter significação própria de modo a prescindir, quando isolada, de consultas a texto. Esse critério deixa de ser aplicado quanto aos dados numéricos de tal maneira integrados no texto que a ordem lógica do pensamento não é interrompida por sua intercalação.

2. Nenhuma casa deve ficar em branco, apresentando sempre um número ou sinal.

3. Como a principal finalidade da tabela estatística é revelar a evidência numérica de determinado fenômeno, evitar-se-á a apresentação de tabelas em que a maior parte das casas indicaria a inexistência do fenômeno.

B – Numeração das tabelas – algarítmos arábicos

1.

2. etc.

– letras minúsculas seguidas de parênteses:

a)

b) etc.

Havendo necessidade de uma quarta enumeração, adotar-se-ão, em segundo lugar, letras maiúsculas seguidas de parênteses:

A)

B) etc.

Tornando-se imprescindível uma quinta subdivisão, recorrer-se-á às letras gregas seguidas de parênteses:

α)

β) etc.

C – Modo de apresentar as especificações da coluna indicadora.

1. Após a especificação, na coluna indicadora, será feita uma linha pontilhada (.....) até encontrar o início da primeira coluna do corpo da tabela, não havendo mais a referida linha daí em diante. No caso, porém, da existência de colunas indicadoras subsequentes à principal, adotar-se-á, também, como no exemplo a seguir, a linha pontilhada até o traço da coluna imediata.

Unidades da Federação	Tipo de Conservação	Quantidade (t)		Valor (R\$ 1.000)	
		Ano 1	Ano 2	Ano 1	Ano 2
São Paulo	Verde	754	1.306	1.803	3.588
	Saco	173	187	775	780
	Salgado	5.769	6.306	27.284	24.647

Fonte: O autor.

4. Nenhuma tabela será disposta de maneira que a leitura exija colocação do volume fora de sua posição normal.

5. As tabelas serão fechadas, no alto e em baixo, por linhas horizontais do tipo “gras”:

a) quando a tabela tiver, no sentido vertical, continuação na página seguinte, não terá o fio “gras” inferior, e o cabeçalho será repetido na página seguinte;

b) as tabelas não serão fechadas, à direita e à esquerda, por linhas verticais.

6. As colunas muito extensas devem ter, de cinco em cinco ou de dez linhas, um intervalo em branco.

7. Quando em uma tabela mais de uma coluna for apresentada sob uma mesma especificação, separar-se-á esse conjunto por uma linha mais grossa.

8. Os conjuntos tabulares devem ser precedidos de uma indicação dos sinais empregados e, no final, a relação completa das fontes e respectivos endereços.

D – Enumeração de títulos e subtítulos

1. Nas publicações que compreendem muitas tabelas estas devem ter um número de ordem.

2. Fica adotada a seguinte precedência para as diferentes indicações de títulos e subtítulos de tabelas:

a) em primeiro lugar algarismos romanos seguidos de traço:

3. Sempre que forem utilizadas chaves, estas deverão abranger todas as especificações que lhes pertencerem, e não terminar na primeira subdivisão que ocorra.

Assim, por exemplo:

		Valor: R\$ 1.000
Produção Agrícola	Grãos	Sojas.....2.540
		Milho..... 130
		Algodão.....50
		Total.....2.720
	Frutas	Laranja.....2.960
		Abacaxi..... 10
		Maçã.....10
		Total.....2.980

E) Colocação e denominação dos totais

A soma dos dados de uma coluna será intitulada, sempre que for o caso, “Brasil”, ou o nome do “Estado”, do “Território”, do “Município”, ou do “Distrito”; quando não for o caso de tais denominações, inscrever-se-á “Total”, evitando-se, em qualquer hipótese, a palavra “soma”:

- a) os totais serão escritos destacadamente, em negrito, sem traço horizontal cortando as colunas;
- b) o total inscrito em linhas figurará, em regra, após as parcelas; no caso, porém; de um total que esteja discriminado, segundo diversas especificações, figurará ele antes das parcelas;
- c) o total inscrito em colunas figurará sempre antes das parcelas.

E) Emprego de denominações especiais

1. A rubrica que engloba várias especificações denominar-se-á:

- a) “outros”, quando o grupamento tiver sido feito na própria organização da tabela, por qualquer conveniência de apresentação;
- b) “não declarados”, quando o grupamento tiver sido feito na própria apuração, por falta ou insuficiência de informação dos declarantes;
- c) “não especificados”, quando o grupamento tiver sido previsto no próprio material de coleta, por qualquer circunstância.

2. Nenhuma outra expressão deverá ser usada para denominar a rubrica que engloba várias especificações.

F) Ordem de apresentação de dados

1. Quando não se impuser outra ordem de apresentação, será adotada a seguinte:

- a) por municípios, nacionalidades ou países – ordem alfabética;
- b) em último lugar, as rubricas “outros” ou “não especificados” e “não declarados”.

2. Quando figurarem na coluna indicadora todas as Unidades da Federação, elas serão dispostas em ordem geográfica, se outro critério não dever prevalecer por motivos especiais.

G) Sinais

1. Nas casas devem ser colocados:
 - a) – (traço horizontal), quando o valor numérico é nulo, quanto ao resultado do inquérito ou em casos em que o espaço tiver que ser deixado em branco, pela natureza das coisas ou pela maneira como a tabela é apresentada;
 - b) ... (três pontos), quando não se dispõe dos dados;
 - c) ? (ponto de interrogação), quando há” dúvida quanto à exatidão do valor numérico;
 - d) § (parágrafo), quando o dado retifica informação anteriormente publicada;
 - e) 0; 0,0; 0;00 (zero), quando o valor numérico é muito pequeno para ser expresso pela unidade utilizada. Se os valores numéricos são expressos em números decimais, acrescentar-se-á à parte decimal um número correspondente de zeros;
 - f) x (letra x), quando o dado for omitido a fim de evitar individualização de informações.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Rômulo. *Voltando para o futuro*. Fortaleza: BNB, 1986.
- ALVES, Eliseu & CONTINI, Elísio. *A Modernização da agricultura brasileira*. Brasília: CODEVASF, 1987.
- AMARAL, J. Duarte. Padrões, Normas e Funções de Produção Parciais. In: *Análise e Planejamento da Exploração Agrícola*. Lisboa, Portugal: Fundação Caloeste Gulbengiau, 1964.
- ATTALI, Jacques e MARC, G. *A antieconomia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- ATTANASIO, Onazio and SZÉKELY, Miguel. *Portrait of the poor*. Washington D.C.: Latin American Resource, Network, 2001.
- BARAN, Paul A. *The political economy of growth*. London, Yoha calder, 1957.
- BARDAN, Pranab. *The economic theory of agrarian institutions*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- BNB. ETENE. *Desenvolvimento urbano e emprego*. Fortaleza, 1979.
- BRASIL. Presidente, 1985 (José Sarney). *Plano de metas: sustentação do crescimento e combate à pobreza*. Brasília, 1985.
- BRUTEN, Henry J. *Princípios de Economia do desenvolvimento*. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1965.
- CARVALHO, José Raimundo; KLAUSS, Hermanns. *Políticas públicas e desenvolvimento regional do Brasil*. Fundação Konrad Adenauer, 2005.
- CONJUNTURA Econômica, Rio de Janeiro, 41(5), maio, 1987.
- DIANE, Phillis. *British economic growth – 1968-1959*. Cambridge, Cambridge University, 1969.

DOLLAR, David e KRAAY, Aart. *Growth is good for the poor (O crescimento é bom para os pobres)*. Washington D.C.: Banco Mundial, 2001.

FUNDAÇÃO IBGE. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1986.

———. *Censos demográficos: 1940-85*. Rio de Janeiro.

GALENSON, Walter et alii. *Subemprego, problema estrutural*. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.

GASTAL, Edmundo. *Fundamentos teóricos de la eficiencia en la unidad de produccion. agropecuaria*. Santiago do Chile. Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, 1968.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. O Emprego no Nordeste: sugestões de políticas. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza: BNB, 13(3): 459-545. jul.set.,1982.

HARBISON, Fredenok. *The Strategy of human resources development in modernizing economics*. New York, 1985.

HEADY, Earl O.; DILLON, John L. *Agricultural Production Function*. Iowa State University Press, Anes, Iowa, 1964.

HIRSCHMAN, Albert. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 196p.

HOLANDA, Nilson Craveiro. *Introdução à Economia*. Fortaleza: BNB, 1978.

HOTTMAN, N. G. *The Growth of industrial economics*. Manchester University, 1958.

ICID. *Desenvolvimento e meio ambiente no semi-árido*. Fortaleza, 1992.

KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

KINDLERBERG, C. R. *International economics*. New Jersey: McGraw-Hill, 1972.

KUZNETS, Simon. *Teoria do crescimento econômico moderno*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. Economic growth and income inequality. *American Economic Review* 45(1, march): 1-28.

KRAUSE, Walter. *Economy and development*. Belmont: C.A. Wadsworth Publishing Company, 1961.

KRUEGI, Anne O. *Estratégias comerciais e emprego nos países em desenvolvimento*. *Finanças e desenvolvimento*. Washington, 4(2), jun. 1984.

LAL, Dupak e WYNT, H. *The political economy of poverty, equity and growth*. New York: Oxford University Press, 1996.

LEITE, Pedro Sisnando. Contribuição da agroindústria para o desenvolvimento do Nordeste. *Rev. Econômica do Nordeste*. Fortaleza, 11(3): 427-60, jul./set., 1980.

_____. *A luta pelo desenvolvimento regional e rural do mundo*. Fortaleza: BNB, 2006.

_____. *Novo enfoque do desenvolvimento econômico e as teorias convencionais*. Fortaleza: Vivali e-book, 2007.

_____. *Retrospecto e perspectiva da população e renda do Nordeste*. Fortaleza: BNB, 1990.

MELMAN, Seymours. *Depois do capitalismo*. São Paulo: Editora Futura, 2002.

MOURA, Hélio A. *Regiões metropolitanas do Nordeste: diferenciais de renda e educação entre naturais e migrantes*. Recife, SUDENE/BNB-ETENE, 1975.

_____. Tendências e perspectivas de crescimento da oferta regional de mão-de-obra: 1940/1980. *Rev. Econômica do Nordeste*. Fortaleza, BNB. ETENE, 2(8): 5-39, abr./jun., 1971.

_____. & COELHO, José Olímpio Marques. *Migrações para as grandes cidades do Nordeste: intensidade e características demográficas*. Fortaleza, BNB. ETENE, 1975.

MYRDAL, Gunnar. *Subdesenvolvimento*. Brasília: Ed. de Brasília, 1965.

_____. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Cultura, 1960.

NAÇÕES UNIDAS. *Conceptos x definiciones referentes a la formación de capital*. New York, 1963.

_____. *The World population in 1979*. New York, 1980.

PAULA, Levi Fernando e RENAUT, Michel (Orgs.). *Novo desenvolvimento: um projeto nacional de desenvolvimento com equidade social*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

PNUD. *Relatório do desenvolvimento humano*. Lisboa: Tri-nova Editora, 1994-2000.

REBOUÇAS, Osmundo E. Crescimento do Nordeste no contexto Nacional: fatores condicionantes. *Revista Econômica do Nordeste*, BNB/ETENE, 9(4): 452-68, out./dez., 1978.

ROSTOW, Walt Whitman. *The process of economic growth*. New York: Norton, 1952.

ROBOCK, Stefan. *Brazil's development northeast*. Washington, Brooking Institution, 1964.

SACHS, Jeffrey. *O fim da pobreza*. São Paulo: Editora Schwarz Ltda., 2005.

SAMPAIO, Yony & FERREIRA, José. *Emprego e pobreza rural*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1977.

SAMUELSON, P. A. et alli. *Tendencias del pensamiento económico*. Madrid, 1958.

SCHUMPETER, J. A. *A História da análise econômica*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

SEN, Amartya. *The concept of development*. New York: Elsevier Science Publishes, 1988.

STIGLITZ, Joseph. *Some retrospective viwes an growth theory*. Cambridge: Mass. Mit Press, 1990.

SUDENE. *Estrutura e dinâmica da população do Nordeste brasileiro: 1940-70*. Recife, 1978.

_____. Formações de capital fixo do setor público do Nordeste. *Boletim Econômico da SUDENE*, 4(1), out./dez., 1968.

SUDENE/CAEN. *Incentivos fiscais e criação de emprego no Nordeste*. Fortaleza, 1979.

TANEATT, W. *Teorias do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

WORLD BANK. *The World Bank Atlas*. Washington, 1987.

_____. *World development report*. Washington, 1984.

_____. *World development report*. Washington, 2007.

Glossário

Acumulação de capital: é o crescimento do estoque de capital real de um país, resultante de investimentos líquidos em ativos fixos.

Agricultura de subsistência: é o tipo de agricultura na qual a colheita destina-se basicamente ao consumo próprio, é geralmente de baixa produtividade.

Armadilha populacional mal-péssima: é um nível inevitável de população, previsto por Thomas Malthus (1755-1834), no qual o crescimento populacional tenderia a parar pela falta de alimentos.

Balanço de pagamentos: é um quadro resumido das transações financeiras de uma nação com o mundo exterior.

Bancos de desenvolvimento: são intermediários financeiros especializados, públicos e privados, que financiam crédito de médio e longo prazo.

Bem econômico: é qualquer mercadoria ou serviço que produza “utilidade” para um indivíduo.

Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD ou Banco Mundial: é uma instituição financeira internacional que faz parte do sistema das Nações Unidas, com sede em Washington, DC (USA).

Capital humano: são investimentos produtivos incorporados em seres humanos (qualificações).

Capitalismo avançado: sistema econômico caracterizado pela propriedade privada, porém com o setor público representando um papel importante.

Círculo vicioso: é uma situação que se auto-reforça, na qual existem fatores que tendem a perpetuar determinado fenômeno indesejável – baixa renda, baixo consumo etc.

Concorrência perfeita: é a situação de mercado que caracteriza-se pela existência de muitos compradores e vendedores, bens e serviços homogêneos, conhecimento perfeito e entrada livre no mercado.

Crescimento econômico: é o processo produtivo de uma Economia que aumenta ao longo do tempo de modo a motivar níveis crescentes de renda nacional.

Crescimento populacional: é a taxa com que cresce o tamanho da população durante um certo período de tempo (um ano).

Curvas de possibilidade de produção: é uma curva (gráfico) indicando combinações alternativas de duas mercadorias que podem ser produzidas, quando todos os fatores de processo disponíveis são empregados efetivamente.

Desemprego aberto (voluntário): são aquelas pessoas que não desejam aceitar trabalhos para os quais estariam qualificados.

Desenvolvimento econômico: é o processo de melhoria da qualidade de todas as vidas humanas, criação de condições que demonstrem o auto-respeito da população e aumento da liberdade de escolha.

Desigualdade de renda: é a existência de uma distribuição desproporcional da renda nacional total entre as famílias pela qual a participação de pessoas ricas é muito maior do que as das pessoas pobres.

Eficiência econômica: é uma situação na qual todos os recursos produtivos estão plenamente empregados e nenhum recurso pode ser realocado para outro uso sem alguma perda na produção.

Escassez: é uma situação que surge quando existe menos de alguma coisa (bem) do que as pessoas gostariam de ter.

Estrutura etária (da população): é a composição de idade da população.

Industrialização: é o processo de desenvolvimento da capacidade de um país de processar matérias-primas e manufaturar bens para o consumo ou produção futura.

Investimento: é aquela parcela de renda destinada à produção de bens de capital durante um período de tempo.

Macroeconomia: é a parte da teoria econômica que trata das relações entre grandes agregados econômicos, tais como renda nacional.

Microeconomia: é a parte da teoria econômica que trata das decisões de unidades individuais – firmas e famílias.

Modelo: é uma estrutura analítica usada para representar as relações funcionais entre variáveis econômicas.

Níveis de vida: é o grau até o qual uma pessoa, uma família ou um grupo de pessoas pode satisfazer suas necessidades materiais, sociais e espirituais.

Plano econômico: é um documento escrito que contém as decisões de política governamental sobre como os recursos produtivos serão alocados entre diferentes usos de forma a obter uma taxa determinada de crescimento econômico durante um período de tempo.

Pleno emprego: é uma situação na qual todos que querem trabalhar conseguem encontrar trabalho a taxa de salário existente.

Pobreza absoluta: situação na qual a população é capaz de obter apenas o essencial em alimentos, vestuário e abrigo para a sua mera subsistência.

Política econômica: é uma declaração de objetivos e métodos de realização destes objetivos, feito pelo governo, partido político, órgão empresarial etc.

Poupança: é a parcela da renda disponível que não é gasta em consumo pelas famílias mas os lucros retidos pelas firmas.

Princípios econômicos: são os conceitos básicos de teoria econômica que formam o instrumental da análise econômica.

Produto interno bruto (PIB): é o valor monetário total calculado a preços de mercados de todos os bens finais e serviços produzidos durante um dado período de tempo (um ano).

Produto marginal: é o aumento no produto total resultante do uso de uma unidade adicional de um fator de produção variável.

Progresso tecnológico: é a crescente aplicação de novo conhecimento científico na forma de invenções e inovações em relação ao capital, físico e humano.

Renda per capita: é o PNB total de um país dividido pela população total.

Sistema econômico: é a estrutura organizacional e institucional de uma Economia, incluindo a natureza da propriedade e entrada dos recursos produtivos.

Subdesenvolvimento: é uma situação econômica na qual persistem baixos níveis de vida.

Vantagem comparativa: um país possui uma vantagem comparativa sobre um outro se ao produzir uma mercadoria pode fazê-lo com um custo relativamente mais baixo.

Aumento Natural da População: diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade em um período determinado.

Qualidade de Vida: bem-estar geral da população. A qualidade de vida é difícil de medir porque, além de bem-estar material inclui-se componentes intangíveis como a qualidade do meio ambiente, a segurança nacional e pessoal e as liberdades políticas e econômicas.

Capital (bens de capital): recursos utilizados para produzir bens e serviços. Atualmente os economistas dividem o capital em capital físico, capital natural e capital humano.

Capital Físico: edifícios, máquinas e equipamentos utilizados na produção, estoque de matéria-prima, produtos semimanufaturados.

Demografia: estudo científico das populações humanas, inclusive seu tamanho, composição, distribuição, diversidade e crescimento, assim como as camadas e as consequências socioeconômicas de mudanças desses fatores.

Externalidades: efeitos de atividades de uma empresa em outras. As externalidades podem prejudicar ou beneficiar a outros, ou seja, ser negativas ou positivas.

Fundo Monetário Internacional: instituição internacional fundada em 1944 junto como Banco Mundial – para promover a cooperação internacional em matéria monetária e agilizar os pagamentos de dívidas entre os países-membros.

Força de Trabalho: toda a população de um país economicamente ativa entre os 10 e os 65 anos (Brasil) de idade. Inclusive todas as pessoas empregadas, desempre-

gadas e membros das forças nacionais, com exclusão dos estudantes e as pessoas não remuneradas em atividades domésticas.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): índice composto por vários indicadores sociais que são utilizados para comparações entre países.

Linha Internacional de Pobreza: nível de renda estabelecida pelo Banco Mundial para determinar a população mundial considerada pobre. Uma pessoa é considerada pobre se vive em um lugar cuja renda é inferior a US\$ 1 por pessoa (ajustado a preços internacionais de 1985 pelo indicador de paridade de poder aquisitivo – PPA).

Fator de Conversão de Paridade de Poder Aquisitivo (PPA): indica que quantidade de moeda de um país se necessita para comprar o que nos Estados Unidos se compraria com um dólar.

Organização Mundial de Comércio (OMC): criada em 1995 para substituir o Acordo Geral sobre Barreiras Aduaneiras e Comércio (GATT). Atua como forma para os negócios multilaterais e ajuda a resolver as divergências comerciais entre os países-membros.

Países de Renda Alta: são os classificados pelo Banco Mundial (1997) como países cujo PNB *per capita* era de US \$ 9.386 ou mais.

Países de Renda Baixa: são os países cujo PNB *per capita* era de US\$ 765 ou menos.

Países de Renda Média: são os demais classificados PNB *per capita* era de US\$ 766 a 9.385.

Produto Nacional Bruto: valor de todos os bens e serviços produzidos em um país durante um ano, mais as rendas que os residentes de um país tenham recebido do exterior.

Recursos Naturais Renováveis: recursos naturais que se podem recuperar por meios e processos naturais ou pela intervenção do homem. As florestas e os peixes, por exemplo, são renováveis. Os minerais e os combustíveis são recursos naturais não renováveis.

Outros livros do autor

- A Agricultura do Nordeste
- Subdesenvolvimento e Desenvolvimento do Nordeste
- Desenvolvimento Harmônico do Espaço Rural
- Retrospecto e Perspectivas da População e da Renda do Nordeste
- Estratégias e Planejamentos do Desenvolvimento Regional e Rural Integrado
- Novo Enfoque do Desenvolvimento Econômico e as Teorias Convencionais
- Escandinávia: Modelo de Desenvolvimento, Democracia e Bem-estar
- A Prática de Elaboração de Relatórios Técnicos
- Combatendo a Pobreza Rural
- Questões Econômicas e Acadêmicas
- Em Busca do Desenvolvimento Rural do Ceará
- Estratégias para o Desenvolvimento Rural do Ceará
- A Luta pelo Desenvolvimento Regional e Rural no Mundo
- A Tragédia do Orós: Documento Histórico
- Devoção à Santa Face de Jesus
- A Trava do Desenvolvimento Econômico



Gráfica e Editora LCR Ltda
85 3272-7844 - Fax 85 3272-6069
Rua Israel Bezerra, 633 - Dionísio Torres
CEP 60135-460 - Fortaleza - Ceará
www.graficalcr.com.br
atendimento@graficalcr.com.br

Como assinala Kenneth Boulding, a "economia apresenta um problema peculiar de exposição, dado que suas várias partes estão muito mais relacionadas do que as partes de outras matérias. A menos que o estudante possua uma visão de todo o grande universo da Análise Econômica, é provável que não compreenda a significação de cada parte que estuda". Inúmeros outros autores que lecionam introdução à economia, em muitas partes do mundo, são unânimes quanto a este "approach" para o ensino de economia na fase inicial dos cursos de graduação.

